

VERBOS INTRODUTORES DE PRESSUPOSTOS

por

Rosa Attié Figueira

43-4
Dissertação apresentada ao
Departamento de Linguística
do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Univer-
sidade Estadual de Campinas,
como requisito parcial para
a obtenção do grau de mestre
em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. O. DUCROT.

Campinas

1974

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Pare Anatoria .

RESUMO

Este trabalho se faz dentro de uma forma de descrição semiótica (proposta pelo linguista francês Oswald Ducrot), que considera o pressuposto como um constituinte do significado literal do enunciado, cuja função é impor ao interlocutor as condições para o prosseguimento do discurso.

A definição do pressuposto como um ato específico de fala, isto é, como um elemento que transforma as relações existentes entre os interlocutores, pois obriga o ouvinte a levar em conta determinado conteúdo do ato de enunciação do falante, se integra numa concepção de língua, que a tem como o lugar de atuação da subjetividade dos falantes, e não simplesmente como um sistema de signos ou como um conjunto de regras de correspondência entre som e sentido.

O objetivo deste trabalho é apresentar um conjunto de verbos de português, introdutórios de pressupostos, reconhecidos como tais, graças aos critérios da negação, interrogação e encadeamento.

O primeiro capítulo trata dos verbos copulativos, o segundo de verbos de palpite e apreciação. No terceiro capítulo, analisamos os verbos de opinião, e no quarto capítulo, verbos que integram na sua descrição o verbo *ter*.

INDICE

INTRODUÇÃO

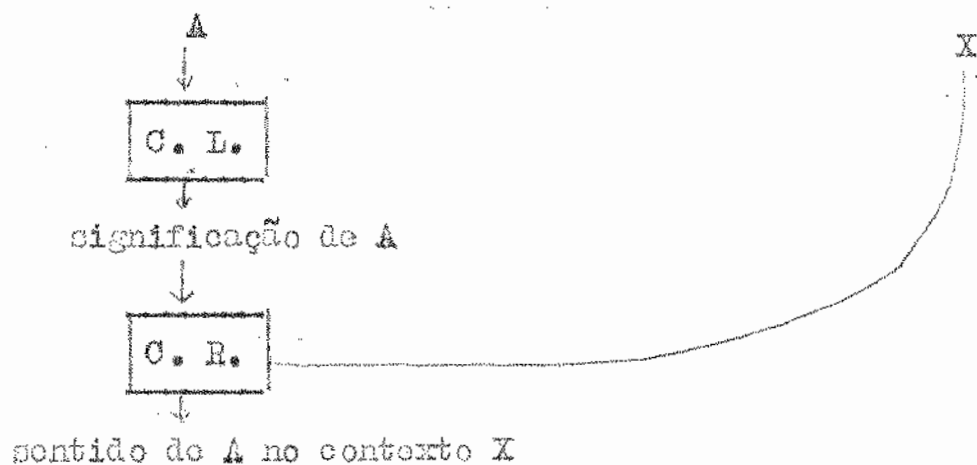
Capítulo 1: VERBOS COPULATIVOS	1
Capítulo 2: VERBOS DE APRECIAÇÃO	47
I. Achar: palpite e apreciação	47
II. Outros verbos de palpite e apreciação	68
III. Apreciação explícita e apreciação implícita	78
IV. Dupla apreciação: superestimar e subestimar	87
Capítulo 3: VERBOS DE OPINIÃO	100
I. Verbos que pressupõem a verdade da completiva	103
II. Verbos que pressupõem a falsidade da completiva	133
Capítulo 4: PRESSUPOSIÇÃO COM O VERBO TER	140
OBSERVAÇÕES FINAIS	152
BIBLIOGRAFIA	153

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se faz no interior de uma forma de descrição semântica proposta pelo linguista francês Oswald Ducrot, cuja expressão mais sistemática se encontra no livro "Dire et ne pas Dire".

A descrição semântica (abreviadamente D. S.) dos enunciados de uma língua, tal como a concebe Ducrot, deve incluir dois componentes: o componente linguístico (C. L.) e o componente retórico (C. R.).

O componente linguístico confere a cada enunciado (= A), independentemente de qualquer contexto, uma certa descrição, a que se dá o nome de significação (= A'). Sendo dada, de um lado, a significação A', o, de outro, a situação do discurso, o componente retórico produz o sentido efetivo de A numa situação X.



Para Ducrot, o único dado que o linguista tem à sua observação são os atos de enunciação, e o objetivo da D. S. deve ser explicar como os falantes de uma dada língua compreendem os atos de enunciação produzidos ou possíveis nesta língua. Se seu modelo postula a existência de uma significação estabelecida independentemente das situações de emprego, esta é apenas uma noção operacional, uma construção do linguista para permitir

chegar ao sentido efetivo de um enunciado, pronunciado numa situação X.

Para exemplificar o funcionamento da D. S., tomemos o seguinte enunciado:

(1) Este notorista não é muito cuidadoso.

e imaginemos duas situações em que possa ser pronunciado:

S_1 : o emissor de (1) é o passageiro de um ônibus, cujo notorista não obedece os sinais e ultrapassa perigosamente os carros pela direita. Seu interlocutor é parente do notorista.

S_2 : numa conversa sobre trânsito, o falante enaltece as qualidades de um notorista que conheceu. Depois disto, por comparação, faz, a respeito do notorista que o conduz, o comentário contido no enunciado (1).

É fácil ver que o sentido efetivo de (1), será, na primeira situação:

Este notorista é completamente imprudente! (1")

e na segunda situação:

Este notorista é cuidadoso, mas não muito. (1''')

A D. S. deve conter mecanismos capazes de explicar estes dois sentidos de (1). Ela o faz da seguinte maneira: o enunciado em questão recebe no C.L. uma descrição, na qual se abstrai das circunstâncias da elocução:

(1') É falso que este notorista é muito cuidadoso.

Esta significação será a entrada para a aplicação das regras do C.R., que deverão produzir (1") e (1'''). Duas leis do discurso entram em jogo: a litote e a exaustividade, respectivamente.

Litote (ou eufemismo) é uma maneira de dizer algo de chocante, empregando um enunciado que tem valor menos forte do que aquilo que se quer fazer entender. No caso de (1), este foi o enunciado menos forte que o falante pôde atribuir ao motorista, sem correr o risco de ser tachado de indelicado. Para que o ouvinte retirasse de (1) o sentido (1''), foi preciso que ele procedesse ao seguinte raciocínio:

"Meu interlocutor gostaria de me dizer que o motorista é completamente imprudente (=a), mas dizê-lo explicitamente poderia parecer indelicado; logo, para não me chocar, emprega um enunciado mais fraco, mas que eu posso interpretar como tendo o valor de a."

Exaustividade é a lei segundo a qual o falante é obrigado a dar a seu interlocutor o máximo de informações que possa interessá-lo, relativamente ao assunto de que se fala. Assim, diante de (1), o interlocutor, acreditando que o falante tenha respeitado a lei de exaustividade, interpreta-o como sendo o comentário mais forte que poderia ser feito sobre o motorista, ou seja: "O motorista é cuidadoso, embora não seja muito".

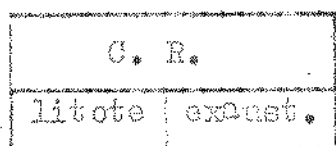
Litote e exaustividade conduzem, neste caso, a interpretações quase opostas:

(1) Este motorista não é muito cuidadoso. S₁ S₂



↓

(1') É falso que este motorista é muito cuidadoso.



(1'') Este motorista é completamente imprudente. (1''') Este motorista é cuidadoso, mas ã muito

(1'') e (1''') são implícitos do tipo discursivo, isto é,

subentendidos produzidos por um raciocínio do interlocutor sobre o ato de fala. Diferem de outra forma de implícito, a que Ducrot dá o nome de implícito imediato ou pressuposto (abreviadamente PP). Este está contido no significado literal do enunciado, ao lado da informação propriamente nova do enunciado, ou seja, do posto (abreviadamente P).

Um enunciado como:

(2) Maria deixou de contar mentiras.

ao dizer-nos que Maria não conta mais mentiras (P), informa-nos, sob o modo implícito (PP), que antes Maria contava mentiras.

Este último dado não é deduzido do ato de fala por meio de leis discursivas, como no caso de (1") e (1''); para depreendê-lo não é necessário nenhum raciocínio discursivo, basta que o interlocutor conheça a língua, ou melhor, o significado do verbo "deixar de".

Estando contido no significado literal do enunciado, o falante não pode recusar a responsabilidade do pressuposto, enquanto pode fazê-lo no caso do subentendido. Este último, relevando de um raciocínio sobre o ato de enunciação, pode ser atribuído à inteira responsabilidade do ouvinte. O subentendido afigura-se assim, como um acréscimo ao significado literal do enunciado.

Se a uma afirmação do tipo "Este motorista não é muito cuidadoso", alguém se recusar de chamar o motorista de irresponsável ou de imprudente, possa sempre se defender da acusação, refugiando-se no significado literal do enunciado: "Eu não disse que o motorista é irresponsável, eu disse que ele não é muito cuidadoso". Quanto ao enunciado (2), ao dizer que Maria deixou de contar mentiras, o falante está irremediavelmente com-

prometido com a afirmação de que Maria já ora, em tempos anteriores, mentiras.

Ducrot toma este fato para caracterizar as duas formas de implícito (subentendido e pressuposto), e para justificar o lugar que lhes cabe na D.S.: o subentendido no componente retórico e o pressuposto, no componente linguístico, ao lado do posto.

A distinção entre pressuposto e posto é necessária para compreender fenômenos sintáticos como a interrogação e a negação (descritiva), pois, quando aplicadas aos enunciados, estas transformações atingem somente o posto, deixando o pressuposto inalterado. Observe que, quando o enunciado (2) é interrogado,

(2') Maria deixou de contar mentiras?

toma-se como incontestável que Maria contava mentiras (PP), indagando-se apenas se ela atualmente não conta mentiras (P).

De maneira semelhante, quando se nega:

(2'') Maria não deixou de contar mentiras.

então-se que Maria, em tempo anterior ao da enunciação, conta va mentiras (PP), negando-se apenas que ela tenha abandonado o hábito (P).

Além disso, o pressuposto não é levado diretamente em conta na progressão do discurso (lei de encadeamento). Na sequência abaixo:

(2''') Maria deixou de contar mentiras, porque foi advertida pelo pai.

a oração subordinada expressa a causa da mudança da atitude de Maria; liga-se, pois, ao que é posto pelo enunciado, e não ao que é pressuposto.

Com base no comportamento do pressuposto face à interrogação, à negação e ao encadeamento, pode-se dizer que:

Um enunciado A, pressupõe um enunciado B, se este está contido na interrogação e na negação (descritiva) de A; e se B não é diretamente ligado à progressão de A.

e tomar estes três critérios como condições necessárias para que um conteúdo seja dito pressuposto.⁴

O que se tem acima é uma caracterização formal do pressuposto. Vejamos agora como Ducrot interpreta e define o fenômeno da pressuposição.

Em "La Description Sémiotique des Énoncés Français et la Notion de Présupposition", pag. 40, Ducrot diz: "Si les pré-supposés d'un énoncé sont des informations contenues en lui, et qui sont encore véhiculées par sa mise en question (...), ils doivent constituer des indications que le locuteur présente comme hors de cause, comme incontestables. C'est ce qu'il dit en faisant comme si cela n'avait besoin d'être dit."

O pressuposto é, assim, a informação que é introduzida no discurso, como se fizesse parte do conhecimento comum dos interlocutores; é o dado que, mesmo sabendo desconhecido do ouvinte, o falante supõe que ele aceitará sem fazer objeções.

Um enunciado com pressuposto cria para o ouvinte a obrigação de aceitar o conteúdo pressuposto. Se este quer realmente continuar o diálogo começado, deve tomar os pressupostos da fala do seu interlocutor como quadro da sua própria fala. Do contrário, a recusa dos pressupostos estabelecerá um discurso polêmico, o qual, segundo Ducrot, desqualifica não só as idéias contidas no enunciado, mas o ato de enunciação do qual ele procede. Neste nível, o discurso que se segue não é mais o

mesmo discurso que o falante havia entrevisto e oferecido, mas outro, marcado por uma transformação das relações entre os interlocutores.

Ducrot observa que a contestação do pressuposto contém uma dose de agressividade maior do que a contestação do ponto, não sendo nunca introduzida por coordenações estritamente lógicas ou argumentativas, como entretanto, mas pela conjunção mas, que pode marcar qualquer tipo de oposição, tanto intelectual, quanto pessoal. A contestação de um enunciado como (2) seria: "-Mas Maria nunca foi rentirosa!"

A imposição de deveres decorrente do pressuposto leva Ducrot a considerar a pressuposição como um ato específico de fala, ao contrário de muitos linguistas, lógicos e filósofos que definem a pressuposição como condição de emprego de um enunciado. Para ele, existe um ato de pressupor, que se realiza no momento da enunciação, cuja função é impor as condições para o prosseguimento do discurso.

Como ato específico de fala, a pressuposição se situaria no nível ilocucional da linguagem, ao lado dos atos de ordenar, interrogar, prometer, etc.

Visto dessa forma, isto é, como elemento que transfere as relações entre falante e ouvinte, o pressuposto se afigura como um elemento fundamental na argumentação de que na língua não existe apenas informação, mas confronto de subjetividades. Ao contrário das outras formas de implícito, que poderiam ser julgadas "extra-linguísticas", o pressuposto está inscrito na própria organização da língua, manifestando-se na sintaxe e no léxico.

São exemplos de procedimentos sintáticos de implícitação, a nominalização e a expressão ser ... que.

(3) A renúncia do presidente foi inesperada.

PP: O presidente renunciou. (=a)

P: a foi inesperado.

(4) Foi Pedro quem me deu a notícia.

PP: Alguém me deu a notícia.

P: Pedro me deu a notícia.

Há outros meios para a introdução do pressuposto. Palavras como: somente, apenas, muito, pouco, quando inseridas num enunciado, pressupõem o que este enunciado poria sem estas palavras. Ex:

(5) Pedro comprou apenas um bilhete de loteria.

PP: Pedro comprou um bilhete de loteria.

P: Pedro não comprou mais do que um bilhete de loteria.

(6) Pedro comeu muito.

PP: Pedro comeu.

P: A quantidade comida é muita.

Outros elementos como: ainda, não ... mais, de novo, são responsáveis pela existência de duas indicações temporais: uma posta e outra pressuposta.

(7) Maria ainda ouvia meus conselhos.

PP: Maria ouvia meus conselhos.

P: Maria ouviu meus conselhos.

(8) Maria não ouviu mais meus conselhos.

PP: Maria ouvia meus conselhos.

P: Maria não ouviu meus conselhos.

(9) Maria foi de novo ao salão de beleza.

PP: Maria tinha ido uma vez ao salão de beleza.

P: Maria foi outra vez ao salão de beleza.

Nestes casos, a eliminação das partículas apenas, muíto, ainda, etc pode nos fornecer a prova de que elas são responsáveis pelos pressupostos indicados, pois privados destas partículas, os enunciados ficam sem estes pressupostos.

Nem sempre, entretanto, a identificação de um item lexical como elemento introdutor de determinado pressuposto pode ser feita com base na sua eliminação. Tal é o caso dos enunciados cuja complexidade semântica é devida a verbos (neste ponto se situa a nossa pesquisa).

Não se podendo contar com o critério da eliminação, utilizar-se-á o procedimento que consiste em confrontar o significado do enunciado decomponível em pressuposto e posto com o de um enunciado mais simples, que compartilhe com o primeiro somente o posto. Não é sempre, entretanto, que se pode suprimir o pressuposto e encontrar um enunciado que exprima só o posto.

Sendo assim, os critérios constantes que se utilizarão no reconhecimento de pressupostos devidos a verbo serão a interrogação, a negação e o encadeamento.

NOTA

1. Para simplificar a apresentação, nós representamos por enunciados portugueses o conteúdo pressuposto. Isto não implica que, para nós, a pressuposição seja uma relação entre enunciados. Trata-se de uma simples abreviação.

Quando nós escrevermos "A pressupõe B", onde A e B são enunciados portugueses, é preciso compreender o seguinte: quando se emprega o enunciado A, pressupõe-se as informações habitualmente postas pelo enunciado B. A pressuposição é portanto um ato do sujeito falante, mas do qual se pode "induzir" certas relações entre enunciados.

VERBOS COPULATIVOS

Dos verbos copulativos, há dois que se deixam analisar em pressuposto e posto: ficar e continuar. Andar e parecer, estes introduzem frequentemente uma forma de implícito, que pode ser identificada como subentendido (e não como pressuposto). Ser e estar, entretanto, dificilmente poderiam ser descritos por um tipo de análise que não fosse a de traços.

Para começar, apontaremos o valor das cópulas estativa e não estativa, uma vez que elas aparecem na metalinguagem descritiva dos outros verbos copulativos.

1. Os verbos ser e estar ligam o sujeito ao predicativo, exprimindo, respectivamente, o caráter permanente e transitório desta relação.

Tomando-se para sujeito um nome que designa um ser humano e para predicativo um adjetivo que pode se referir tanto a uma qualidade inerente como a uma qualidade transitória, podemos ter enunciados com ser e estar. Neste caso, o verbo é que dá a conhecer o traço do adjetivo.

- I. (1) O menino é doente. (1') O menino está doente.
 (2) Pedro é rico. (2') Pedro está rico.
 (3) O jovem é triste. (3') O jovem está triste.
 (4) Pedro é pálido. (4') Pedro está pálido.

Tomando-se agora para predicativo, um adjetivo que corresponde (quando aplicado ao ser humano) a uma qualidade inerente, a situação é outra.

- II. a. (5) Pedro é inteligente. (5') * Pedro está inteligente.
 (6) Pedro é brasileiro. (6') * Pedro está brasileiro.
 (7) Pedro é ciumento. (7') * Pedro está ciumento
 (8) Pedro é medroso. (8') * Pedro está medroso.

(5), (6), (7) e (8) são consideradas frases bem formadas, porque o predicativo e o verbo são marcados pelo mesmo traço: [+ inerente]. Já (5') e (6') são frases estranhas, e embora (7') e (8') não sejam de todo inaceitáveis, passam por piores que: Pedro está enciumado, Pedro está amedrontado. Nas quatro há uma incompatibilidade entre o verbo estar (marcado - inerente) e os adjetivos (marcados + inerente).

Isto não exclui, entretanto, a possibilidade de

dizê-las, pois a coocorrência de estar com qualidades permanentes constrói uma transitoriedade onde não há transitoriedade. Nos casos mais extremos ((5') e (6')), o efeito resultante desta coocorrência pode ser aproveitado para fins irônicos ou para a expressão de situações bem particulares. (5') pode ser usada, por exemplo, para dizer que Pedro, normalmente burro, consegue ocasionalmente, se mostrar menos burro; (6') é um enunciado aceitável, se o falante se refere a um estrangeiro que em determinada situação, se comporte ou se vista, como um brasileiro o faria.

O mesmo acontece quando fazemos coocorrer adjetivos marcados com o traço [- inerente] , com as duas cópulas.

II. b. (9) Pedro está febril. (9') * Pedro é febril.

(10) Pedro está cansado (10') * Pedro é cansado.

(11) Pedro está magoado. (11') * Pedro é magoado.

(12) Pedro está exasperado (12')* Pedro é exasperado.

Todos os falantes da língua aceitam como boas as frases da esquerda, mas reconhecem que há algo de anormal nas frases da direita, porque nestas existe uma incom

potibilidade do traço entre o verbo e o predicativo.

Isto não impede, entretanto, que (9'), (10'), (11') e (12') possam ter um contexto onde sejam consideradas adequadas. Por exemplo: o enunciado (10'), criando uma inerência onde ela normalmente não existe, pode ser uma frase irônica, em que o falante se aproveita da incompatibilidade existente entre os itens cansado e ser, para dizer: "Pedro já nasceu cansado".

2. Apontado o valor semântico mais corrente dos verbos ser e estar, consideraremos agora os verbos ficar e tornar-se, que podem ocorrer com os adjetivos contidos nos enunciados I e II, na seguinte estrutura sintática: SN V Adj. (S. Proposicional).

(13) Pedro ficou doente com a mudança de temperatura.

(14) Com o recebimento da herança, Pedro ficou rico.

(15) O jovem ficou triste ao se lembrar do pai.

(16) Pedro ficou pálido.

(17) Pedro tornou-se brasileiro.ⁱ

(18) Depois do acidente, Pedro tornou-se ciumento.

(19) Depois de seus fracassos amorosos, Pedro tornou-se medroso.

(20) Pedro ficou cansado.

(21) Pedro ficou cansado com a sua atitude.

Nestes enunciados, o sujeito denota o objeto da mudança indicada pelo verbo e, quando há um S.Prop., este se refere ao agente da mudança. Dos enunciados acima, só (16), (17) e (20) não especificam este agente.

Os enunciados da forma SN V Adj. S.Prop. podem ser transformados numa estrutura em que os verbos ficar ou tornar-se são substituídos por deixar, tornar ou fazer ficar e o agente ocupa a posição de sujeito. Exemplo:

(22) A mudança de temperatura deixou Pedro doente.

(23) A lembrança do pai fez o jovem ficar triste.

(24) O ciúme torna as pessoas cegas.

Todos estes enunciados, anunciando uma mudança de estado, requerem, na sua descrição, a indicação de dois intervalos de tempo: um "antes", em que o objeto da mudança não era/estava doente, rico, triste, etc, e um "depois", em que este é/está doente, rico, triste, etc. Chamando-se estes instantes de T_1 e T_2 respectivamente, o sujeito de X e o predicativo de Y, podemos dizer que os enunciados (13 a 24) informam duas coisas:

a) X não era/estava Y em T_1 .

b) X é/está Y em T_2 .

Note-se que T_1 pode ser:

- o intervalo de tempo cujo limite superior é T_2 . Neste caso estão os enunciados (14), (17), (18) e (19).

(14) Com o recebimento da herança Pedro ficou rico.

- Pedro não era rico.

- Pedro está rico com o recebimento da herança.

(17) Pedro tornou-se brasileiro.

- Pedro não era brasileiro.

- Pedro é brasileiro.

(18) Depois do acidente Pedro tornou-se ciumento.

- Pedro não era ciumento.

- Pedro é ciumento agora, i.e., depois do acidente.

(19) Depois de seus fracassos amorosos, Pedro tornou-se medroso.

- Pedro não era medroso.

- Pedro é medroso agora, i.e., depois de seus fracassos amorosos.

- um instante do intervalo de tempo anterior a T_2 .

Neste caso, estão os enunciados (15), (20), etc.

(15) O jovem ficou triste ao se lembrar do pai.

- O jovem não estava triste.

- O jovem está triste num momento identificado como sendo aquele em que se lembrou do pai.

(20) Pedro ficou cansado.

- Pedro não estava cansado.

- Pedro está cansado.

Quanto a T_2 , isto é, quanto ao instante da informação posta, para defini-lo é preciso considerar o contexto em que os enunciados são pronunciados.

T_2 pode ser o instante do enunciado ou o instante da enunciação, dependendo das condições de produção das frases no discurso.

Definimos instante do enunciado como o momento a que o enunciado se refere: presente, passado ou futuro; e instante da enunciação como o momento em que se dá a elocução, isto é: presente.

Se o instante em que se fala, (momento da enunciação) é o mesmo instante de que se fala (momento do enunciado), T_2 é o tempo da enunciação. Neste caso estão, por exemplo, os enunciados (18) e (19), ou o enunciado (13), quando pronunciado por um locutor X numa situação em que a temperatura caiu.

(13) Pedro ficou doente com a mudança de temperatura.

Se agora, o instante em que se fala não é o mesmo momento do que se fala, T_2 é o instante do enunciado.

(13) Pedro ficou doente com a mudança de temperatura, mas agora já sarou.

(15) O jovem ficou triste ao se lembrar do pai, mas agora está de novo feliz.

Estas conclusões são válidas, quando o verbo está, como nos enunciados (13 a 21), no pretérito perfeito. Vejamos o que acontece quando os verbos ficar ou tornar-se estão no futuro.

Neste caso, T_1 é o instante da enunciação e T_2 é um instante posterior ao momento da enunciação. Exemplos:

(14) Com o recebimento da herança, Pedro ficará rico.

- Pedro não é rico.

- Pedro estará rico quando receber a herança.

(21) Pedro ficará magoado com a sua atitude.

- Pedro não está magoado.

- Quando souber de sua atitude, Pedro estará magoado.

Resta-nos verificar o que acontece quando o tempo não é passado, nem futuro, mas presente.

Com esta alteração, (13 a 21) se transformam em enunciados que são usados para tornar mais vívida a narrativa (presente histórico). (13) e (15) admitem, porém, uma outra leitura:

(13) Com a mudança de temperatura, Pedro fica doente.

= Sempre que a temperatura muda, Pedro fica doente.

(15) O jovem fica triste ao se lembrar do pai.

= Sempre que o jovem se lembra do pai, ele fica triste.

Nesta, os enunciados perdem o seu valor temporal preciso, tornando-se omnitemporais.

3. Feitas estas observações, mostraremos a seguir, que os dados a e b são constituintes da significação literal dos enunciados; só que a é afirmado sob o modo implicito e b é afirmado sob o modo explicito. Em outras palavras, a é pressuposto e b é posto.

A evidência em que nos apoiamos para afirmar isto, é o comportamento destes dados em relação aos critérios que definem formalmente o pressuposto, ou seja: a interrogação, a negação e o encadeamento.

Quando interrogados, os enunciados (13 a 21), conservan a indicação a.

O enunciado:

(13') Com a mudança de temperatura, Pedro ficou doente?

mantém que antes da temperatura mudar, Pedro estava são, perguntando apenas sobre o seu estado de saúde num momento identificado como sendo aquele em que a temperatura mudou (o qual pode ser o instante da enunciação se, coincidentemente, o momento em que se fala é o momento de que se fala).

O enunciado:

(14') Com o recebimento da herança, Pedro ficou rico?

indaga se Pedro está rico, sendo dado que ele recebeu a herança². O implícito imediato desta pergunta - Pedro não era rico - não é atingido pela interrogação.

O mesmo acontece com os demais enunciados.

Ficando à margem da interrogação, o estado anterior do sujeito aparece como algo que não precisa ser mencionado explicitamente, porque é, supostamente, do conhecimento do interlocutor. E' o dado que o falante assume como incontestável, dele partindo para a formulação do outro dado, este explícito. Observe-se que os enunciados acima, podem ser transformados num discurso indireto que mostra o estatuto das duas informações:

- Dado que Pedro não estava doente, quero saber se ele, com a queda da temperatura, está doente.
- Dado que Pedro não era rico, quero saber se agora, com a herança, Pedro está rico.

Pode acontecer, entretanto, que o estado anterior de Pedro seja, na realidade, um dado desconhecido do interlocutor (o falante, pressupondo-o, situa-o num passado de conhecimento comum, que é fictício). Neste caso, o interlocutor torna-se ciente dele no momento da enunciação, ao mesmo tempo em que é informado do estado resultante da mudança.

Quando se trata de mudanças de estado que não implicam numa atitude apreciativa do falante, ou melhor, quando se trata de constatações objetivas (por ex: Pedro ficou pálido.), é difícil imaginar que o interlocutor recuse o pressuposto que lhe vai sendo imposto, principalmente se ele desconhece o estado anterior de Pedro.

Quando se trata, entretanto, de uma mudança de estado que implica numa atitude apreciativa do falante face a determinado estado do sujeito (por ex.: situação financeira ou condições de saúde), é razoável esperar uma certa reação do interlocutor, pois este pode discordar da

apreciação que subjaz como pressuposto do enunciado. Veja que, se o interlocutor considera Pedro um sujeito rico, um enunciado que lhe diga que Pedro ficou rico ou enriqueceu, tem toda a possibilidade de ser desqualificado como ato de fala, uma vez que pressupõe o contrário. Nesta situação, ele dirá:

- Mas Pedro já era rico !

o que provoca uma fragmentação no discurso.

Para evitar esta fragmentação, o interlocutor poderia aceitar que houve realmente uma mudança na situação financeira de Pedro, mas fazendo isto ele está se tornando cúmplice do falante, porque deixa de marcar o diálogo com a presença da sua subjetividade. A ausência de contestação, afirma, sob o modo implícito, que ele está de acordo com o falante.

Se se submete^m agora, os enunciados (13 a 21) à aplicação da negação, ver-se-á que ela mantém a, alterando somente b.

(13'') a) Apesar da mudança de temperatura, Pedro não ficou doente.

PP : Pedro não estava doente.

P : Com a queda de temperatura, Pedro não está doente.

(14") a) Apesar do recebimento da herança, Pedro não ficou ri
co.

PP: Pedro não era rico.

P: Com o recebimento da herança, Pedro não está rico.

(20") a) Pedro não ficou cansado.

PP: Pedro não estava cansado.

P: Pedro não está cansado.

A negação destes enunciados é equivalente a enuncia-
dos com o verbo continuar, seguido da negação do adjetivo que
serve de predicativo a ficar.

(13") b) Apesar da mudança de temperatura, Pedro continua bem
de saúde.

PP: Pedro estava bem de saúde.

P: Pedro está bem de saúde, apesar da mudança de tem-
peratura.

(14") b) Apesar do recebimento da herança, Pedro continua pobre.

PP: Pedro era pobre.

P: Pedro está pobre, apesar do recebimento da herança.

(20") b) Pedro continua disposto.

PP: Pedro estava disposto.

P: Pedro está disposto.

Compreende-se a alteração do predicativo, porque ,
quando se nega uma mudança de estado , afirma-se a con-

transição do estado oposto ao que resultaria da mudança.

$$X \text{ não ficou } Y = X \text{ continua não } Y.$$

As duas fórmulas acima, assim como "X ficou Y?",

presupõem que "X não era Y", o que pode explicar porque o-
nunciados como $\bar{Y}$ ou $\bar{P}$ possam ser um das respostas possíveis

para (13), (14) e (20).

- (13) - Com a mudança de temperatura, Pedro ficou doente?
- Não; Pedro não ficou doente.
- Não; Pedro continua bem de saúde.

- (14) - Com o recebimento da herança, Pedro ficou rico?
- Não; Pedro não ficou rico.
- Não; Pedro continua pobre.

- (20) - Pedro ficou cansado?

- Não; Pedro não ficou cansado.
- Não; Pedro continua disposto.

Neste caso, o verbo na hipótese de um resposta a-

firmativa, a negar, segundo a qual as duas respostas admiti-

das por uma pergunta são aquelas que conservam os seus pres-

supostos, é oposta ("Dire et no pas Dire", pag. 90).

Teríamos um viés, no caso em que (13), e (14),

por exemplo, fossem respondidas por uma sequência que tivesse

pressupostos ou contraditório com seus pressupostos.

(13') - Com a mudança de temperatura, Pedro ficou doente?

- Não; Pedro ficou curado.

(14') - Com o recebimento da herança, Pedro ficou rico?

- Não; Pedro ficou pobre.

Estas respostas, totalmente imprevistas pelo autor da pergunta, são possíveis, mas em situações bem particulares: quando o interlocutor quer ridicularizar o falante por colocar uma pergunta, cuja resposta é tão evidente; quando os participantes do diálogo não têm o mesmo universo de valores, sendo que o conceito que um faz de doente ou rico é exatamente o oposto do que o outro faz.

Para comprovar que a e b são respectivamente o pressuposto e o posto de um enunciado com o verbo ficar, resta-nos apenas apontar o comportamento destes dois conteúdos na progressão do discurso.

Parece-nos fácil mostrar que os enunciados que podem continuar as frases que tomamos para exemplo, se ligam ao novo estado e não ao estado anterior à mudança.

(13''') Com a mudança de temperatura, Pedro ficou doente. Por isto não frequentará as aulas.

(Pedro não assistirá as aulas porque está doente, e não porque num tempo anterior não estava doente).

(14''') Com o recebimento da herança, Pedro ficou rico.
Agora poderá me emprestar dinheiro.

(Pedro poderá me emprestar dinheiro porque está rico, e não porque outrora era pobre).

(15''') O jovem ficou triste ao se lembrar do pai.
Ele é muito sensível !

(o comentário do sujeito da enunciação leva em conta a reação do jovem à lembrança do pai.

Ou seja: dado que ele não estava triste e que, à lembrança do pai, está triste, ele é uma pesoa muito sensível).

(16''') Pedro ficou pálido quando viu o pai.

Também não estava nem esperando !

(o comentário que se segue ao enunciado com ficar se relaciona diretamente com o estado de palidez de Pedro quando viu o pai, embora leve em conta (indiretamente) que antes Pedro não estava pálido).

(21''') Pedro ficou magoado com a sua atitude.

Você deve pedir-lhe desculpas.

(o conselho do sujeito da enunciação se liga ao posto, isto é, ao fato de Pedro estar magoado).

Assim, baseados nos 3 critérios operacionais, podemos dizer que ficar é um verbo introdutor de pressuposto.

Cumpre agora distinguir o verbo ficar que se analisa em:

PP: X não era/estava Y em T_1 .

P: X é/está Y em T_2 .

do verbo ficar que se analisa em:

PP: X era Y em T_1 .

P: X é Y em T_2 .

No primeiro caso estão os enunciados (13 a 21) em que a sequência "ficar + adjetivo" tem, na maioria dos casos, um item verbal que lhe corresponde ³.

- (25) Com a mudança de temperatura, Pedro adoeceu.
- (26) Com o recebimento da herança, Pedro enriqueceu.
- (27) O jovem entristeceu ao se lembrar do pai.
- (28) Pedro empalideceu.
- (29) Pedro abraqueirou-se.
- (30) Pedro cansou-se.
- (31) Pedro engeou-se com a sua atitude.

No segundo caso estão enunciados como:

- (32) Pedro ficou fiel a seus amigos.

em que ficar poderia se empregar por continuar e permanecer, verbos que passaremos a analisar.

4. Seja^mos enunciados:

(33) Pedro continua doente.

(34) Pedro continua rico.

Os enunciados acima informam duas coisas:

(33) a) Pedro estava doente. (34) a) Pedro era rico.

b) Pedro está doente. b) Pedro é rico.

a é pressuposto e b é posto pelos enunciados.

Prova-o o fato de que a interrogação e a negação, aplicadas a (33) e (34) recaem somente sobre b, deixando a inalterado.

(33') Pedro continua doente ?

PP : Pedro estava doente.

P : Pedro está doente ?

(34') Pedro continua rico ?

PP : Pedro estava rico.

P : Pedro está rico ?

(33'') Pedro não continua doente (= Pedro já sarou).

PP : Pedro estava doente.

P : Pedro não está mais doente.

(34'') É falso que Pedro continua rico (= Pedro empobreceu).

PP : Pedro era rico.

P : Pedro não é mais rico.

Prova-o também o encadeamento lógico do discurso, o qual se faz sobre o dado que se apontou como posto.

(33''') Pedro continua doente; logo, não poderá frequentar as aulas.

(34''') Pedro continua rico. Sua fortuna é incalculável !

A continuação proposta para (33): "logo, não poderá frequentar as aulas", pode ser, como em (33'''), uma reflexão feita pelo emissor de (33), mas pode ser também uma conclusão que o interlocutor tira deste enunciado. Chamando-se A e B, os dois participantes do diálogo, teríamos:

A : - Pedro continua doente.

B : - Logo, não poderá frequentar as aulas.

Uma vez que se sabe que continuar veicula o pressuposto: "Pedro já estava doente", este diálogo, na medida em que prossegue no sentido da indicação posta, revela que existe um acordo entre os participantes do diálogo no que concerne o estado anterior de Pedro. Este acordo, tanto pode ser real (relevar de um passado de conhecimento comum verdadeiro), como pode ter sido estabelecido no momento da enunciação (pois é possível que A não soubesse que

"Pedro já estava doente"). Qualquer que seja o caso, o pressuposto se mantém exterior ao encadeamento, recuando para o quadro do fundo que subjaz ao enunciado.

Agora, em algumas situações, é possível que B não esteja de acordo com o julgamento que A faz do estado anterior de saúde de Pedro, e por isto, rejeite o dado que lhe está sendo imposto à aceitação. Neste caso, ele recusa o emprego da forma linguística responsável pela pressuposição.

A: - Pedro continua doente.

B: - Mas Pedro não estava doente! Só se ele "ficou" doente!

A contestação do pressuposto, trazendo para o interior do discurso o sujeito da enunciação, personaliza o confronto dos interlocutores, instaurando o que Ducrot chama de discurso polêmico.

5. Para se dar conta da dupla indicação temporal existente no verbo continuar, poder-se-ia prescindir dos três critérios formais: negação, interrogação e encadeamento. Seria suficiente confrontar o enunciado (33) com um enunciado que contém uma cópula semanticamente mais simples:

(35) Pedro está doente.

Dado que a substituição de continuar por estar faz perder um elemento do conteúdo semântico de (33) - a indicação T_1/T_2 - estaríamos autorizados a dizer que o verbo continuar é o elemento responsável pelos dois conteúdos semânticos de (33).

Consideremos agora o enunciado (35), acrescido do termo ainda.

(36) Pedro ainda está doente.

(36) tem a mesma complexidade de (33), pois para descrever o seu sentido, precisamos assinalar a existência de dois tempos subsequentes, nos quais a mesma qualidade é atribuída a Pedro.

(36) = a) Pedro estava doente.

b) Pedro está doente.

Tais conteúdos são, conforme o demonstram os critérios da negação, interrogação e encadeamento, o pressuposto e o posto do enunciado, respectivamente.

(36') Pedro ainda está doente?

EP: Pedro estava doente.

P: Pedro está doente?

(36") É falso que Pedro ainda esteja doente (Pedro já sarou)

PP: Pedro estava doente.

P: Pedro não está mais doente.

(36'') Pedro ainda está doente, porque não seguiu os conselhos do médico.

PP: Pedro estava doente.

P: Pedro está doente po que não seguiu os conselhos do médico.

Assim, tal como continuar, ser/estar + ainda se analisa em:

PP: X era/estava Y em T_1 .

P: X é/está Y em T_2 .

6. Consideraremos agora os efeitos da variação temporal sobre a identificação dos instantes T_1 e T_2 .

Se o verbo continuar está, como em (33) no presente, e é pronunciado por um locutor X para informar seus interlocutores sobre o estado de saúde de Pedro, T_2 é o instante da enun-
ciação e T_1 é um instante anterior ao momento da enunciação.

Vimos atrás que para estabelecer um outro tipo de re-
lação, mas entre os mesmos instantes (T_2 = instante da enuncia-
ção e T_1 = um instante anterior ao momento da enunciação), o

verbo ficar é usado no passado e não no presente. Assim, quando
 to para dizer que Pedro, que estava doente, está doente, usa-se;
 Pedro continua doente; para dizer que Pedro, que não estava do-
 ente, está doente, usa-se: Pedro ficou doente. Não existe, por-
 tanto, uma simetria entre os verbos ficar e continuar, quanto à
 flexão temporal.

Se o verbo continuar está no futuro, T_1 é o instante
 da enunciação e T_2 é um instante posterior ao momento da enun-
 ciação.

(34) Pedro continuará doente se não tomar o remédio.

PP: Pedro está doente agora.

P: Pedro está doente neste instante, na hipótese em
 que não tome o remédio. (este instante posterior
 está identificado, hipoteticamente, com um momen-
 to em que Pedro não tomou o remédio).

Se o verbo está no passado, T_2 é o instante do enun-
 ciado e T_1 é um momento anterior ao instante do enunciado. Em:

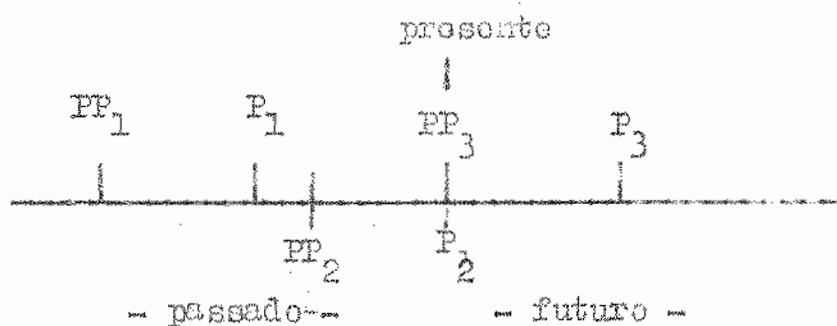
(38) Pedro continuou doente, mesmo depois de operá-lo.

há dois momentos subsequentes, localizados no passado: um, que
 que pode ser identificado como anterior à operação, e outro,
 que pode ser identificado como aquele em que Pedro foi operado.

(39) PP: Pedro estava doente antes de operá-lo.

P: Pedro está doente depois da operação.

Adotando-se uma linha como representação gráfica do tempo, marcamos com o índice 1, a localização dos instantes pressupostos e postos quando o verbo está no passado; com o índice 2, quando o verbo está no presente; e com o índice 3, quando o verbo está no futuro.



Este gráfico sugere a generalização de que o verbo continuar estabelece uma relação entre dois instantes, tais que T_1 se associa ao instante pressuposto e T_2 se associa ao instante posto, o que o instante pressuposto é sempre anterior ao instante posto.

7. Confrontando-se a descrição do verbo continuar com a descrição do verbo ficar, verificamos que estes verbos se opõem ao nível do pressuposto. Assim, dois enunciados cuja única diferença está no verbo:

Pedro continua rico.

Pedro ficou rico.

são contraditórios entre si, por causa dos pressupostos que estão em oposição.

Esta verificação pode ser útil para explicar certos fenômenos ligados a uma espécie particular de discurso, que é a sequência pergunta/resposta.

Veja que uma pergunta como (34') pode ser respondida, afirmativa ou negativamente;

- a) - Pedro continua rico ?
- b) - Sim, Pedro continua rico.
- c) - Não, Pedro não continua rico (= Pedro ficou pobre).

Em ambos os casos, a resposta conserva o pressuposto da pergunta. (a forma em que estão os enunciados acima é a própria prova disto: se nós admitimos que o enunciado b "Pedro continua rico" (=A), pressupõe que Pedro era rico, ~ A (=c) e A ? (=a) pressupõem a mesma coisa).

b e c, uma vez que têm em comum com a o pressuposto, são respostas previstas pelo indivíduo que faz a pergunta. Não está na mesma situação, uma resposta que contraria o pressuposto de a. Por ex.:

- a) - Pedro continua rico ?
- d) - Não, Pedro ficou rico.

d é uma resposta inesperada para a. Supondo que ocorra (com ênfase sobre "ficar"), ela corresponderia a uma atitude polêmica do interlocutor, que rejeita o pressuposto de a, colocando em seu lugar, outro, que é o oposto; isto é: Pedro não era rico. Face a este dado, o estado atual de Pedro, explicitamente afirmado, é tido, não como a continuação de um estado (uma das respostas esperadas pelo falante) mas como o resultado de uma mudança.

Agora, é preciso observar que a afirmação de uma mudança é uma resposta prevista para a, mas mudança que leva em conta que Pedro era rico (=c). Este não é, evidentemente, o caso de d, mas seria o de um enunciado que, sem mudar o verbo, iguala seu pressuposto com o da pergunta:

Pedro ficou pobre.

frase sinônima de c (conforme se viu atrás).

A fragmentação operada no discurso pela rejeição dos pressupostos revela a necessidade da repetição deste elemento para assegurar a coesão do discurso.

8. Consideremos agora o verbo andar.

Ele pode ocorrer com os adjetivos do grupo I

e IIb, e mais dificilmente com os adjetivos de IIa.

- (40) Pedro anda doente.
- (41) Pedro anda triste.
- (42) Pedro anda pálido.
- (43) Pedro anda cansado.
- (44) Pedro anda magoado.
- (45) * Pedro anda inteligente.
- (46) * Pedro anda brasileiro.

Sendo incompatível com os adj. marcados [+ in-
rente] , podemos concluir que, tal como o verbo estar,
este verbo se emprega para evidenciar a transitoriedade
da relação sujeito/predicativo.

Mas este fato não basta para caracterizar o ver-
bo andar, pois assim ele não se distinguiria do verbo es-
tar. A sua especificidade pode ser constatada, quando se
observa as situações de emprego destes dois verbos.

Quando o médico, depois de examinar um cliente
pela 1ª vez, constata alguns sintomas de enfermidade, ele
poderá dizer: "Ele está doente", mas não "Ele anda doente".
Esta última frase aplicar-se-ia somente a uma situação em
que o falante conhecesse que o estado anterior do sujeito
já era o de enfermidade.

Assim, enquanto estar implica numa pontualidade de estado (o qual pode ser situado no tempo da enunciação, quando o verbo está no presente), andar implica numa certa duração de estado. Um enunciado como (40) nos diz, não só que Pedro está doente no momento da enunciação, mas que este estado começou num tempo imediatamente anterior. Por isto é possível parafrasear as frases acima por uma forma progressiva, do verbo estar, seguido ou não de um advérbio de tempo.

- Pedro tem estado doente (ultimamente).
- Pedro tem estado triste (ultimamente).
- Pedro tem estado pálido (ultimamente).
- Pedro tem estado cansado (ultimamente).
- Pedro tem estado magoado (ultimamente).

A existência de um tempo anterior ao momento da enunciação não significa que este tempo esteja contido na significação de andar, sob a forma de pressuposto. A indicação de um estado não pontual expressa por este verbo é um conteúdo explícito. Baseamos esta afirmação nos critérios sintáticos, uma vez que a interrogação e a negação não decompõem o enunciado em dois dados.

Antes, porém, de concluir que o verbo andar não

veicula nenhuma forma de implícito, consideremos os seguintes diálogos:

(47) a) - As filas do restaurante andam imensas.

b) - Andam, não; sempre foram .

(48) a) - Pedro anda doente.

b) - Andã, não; é doente.

Os enunciados b estão recusando um conteúdo, que está sendo, de alguma maneira implícita, passado pelos enunciados a. Estas contestações revelam que:

- (47a) está informando não só "que as filas tem estado imensas ultimamente", mas também que "as filas não são imensas".
- (48a) está anunciando não só que "Pedro tem esta do doente ultimamente", mas que "Pedro não é doente".

Este segundo dado não pode ser um pressuposto , pois, conforme já dissemos, a negação e a interrogação não destacam dois conteúdos nos enunciados que contém o verbo andar.

Uma hipótese é que este verbo veicule um implícito do tipo discursivo e não do tipo imediato.

Neste caso, as indicações: "As filas não são imensas" e "Pedro não é doente", não seriam constituintes

do significado literal dos enunciados (47) e (48), mas conclusões obtidas por um raciocínio do interlocutor sob^{re} o ato de enunciação do falante.

O raciocínio para chegar a este implícito, seria levado a efeito a partir da interferência, da lei de exaustividade do discurso, ao nível do componente retórico. Segundo esta lei, o interlocutor supõe que o falante lhe dá, no momento da enunciação, o maior número de informações (sobre o objeto de que se fala), suscetíveis de interessá-lo. Desenvolve^{ria} assim, o seguinte raciocínio:

"Se meu interlocutor me disse que as filas andam imensas, esta é a informação mais forte que ele poderia me dar; logo, as filas apenas andam imensas, elas não são imensas".

"Se meu interlocutor me disse que Pedro anda doente, é porque Pedro apenas anda doente, Pedro não é doente."

Para defender a hipótese de que as indicações acima são subentendidos, podemos nos apoiar num fato, relacionado com a teoria das escalas argumentativas (Ducret, Les Echelles Argumentatives, in "La Preuve et le Dire").

Consideremos o último diálogo no interior de um discurso, em que A e B trocam idéias no sentido de escolher

uma pessoa que sirva para executar um trabalho pesado. Uma terceira pessoa sugere o nome de Pedro, ao que A repli
ca:

A: - Pedro anda doente. (=P).

e B emenda:

B: - Anda, não; é doente. (=P').

diante do que A conclui:

A: - Então, vamos pensar em outra pessoa.

Notamos que P e P' são argumentos que se dirigem para a mesma conclusão: Pedro não serve para o serviço, só que P' é um argumento mais forte que P, pois atribuindo-se uma qualidade permanente ao ser de que se fala, a possibilidade de mudança futura fica excluída. Assim, se de "Pedro anda doente" se pode concluir que Pedro não ser
ve para o serviço, com muito mais força se tira esta conclusão de "Pedro é doente".

Segundo a teoria proposta por Ducrot, para o fa
lante A, P e P' estão na mesma classe argumentativa deter
minada por uma conclusão r, só que P' é um argumento supe
rior; o que se pode representar assim:



Esta hierarquia do ponto de vista argumentativo se evidencia quando o operador de argumentação ⁴ não só ... mas também se entrepõe às informações P e P'.

(49) Pedro não só anda doente, como também é doente.

Ora, se o enunciado (40) pressupusesse "não ser doente" ($= \sim P$), deveria existir entre P e P' uma relação polêmica, uma vez que P' estaria contradizendo um elemento do conteúdo literal de P. Na verdade, o que se observa é uma relação hierárquica do ponto de vista argumentativo.

Logo, $\sim P'$ é um dado contido em (40) sob uma outra forma. É deduzido do ato de fala através de uma reflexão do interlocutor, que acredita que o falante respeitou a lei de exaustividade.

Conclui-se, deste modo, que andar é um verbo que pode levar à produção de subentendidos.

9. Consideremos agora o verbo parecer no enuncia
do abaixo:

(50) Pedro parece distraído.

Ao dizer (50), o falante afirma que Pedro dá a
impressão de ser distraído.

Não afirma nem que:

a) Pedro é distraído.

tampouco que:

b) Pedro não é distraído,

Não terá talvez dados suficientes para informar a ou b; ou
talvez não queira se comprometer com uma afirmação defini
tiva a respeito das qualidades de Pedro. No entanto, as
duas significações acima podem ser extraídas de (50).

Suponhamos que Pedro seja um aluno e que seu pro
fessor (=A) esteja falando ao pai de Pedro (=B) numa reu
nião de pais e mestres. Face ao que A lhe diz, B pode, de
acordo com a situação, desenvolver dois raciocínios, cada
qual produzirá um subentendido.

Que se pense, em primeiro lugar, numa situação
em que existe uma certa cerimônia entre A e B, de tal for

ma que o falante não ousa colocar um enunciado mais forte do que (50), porque fazê-lo seria indelicado. O interlocutor, reconhecendo os escrúpulos do professor, interpreta de maneira eufemística o enunciado, desenvolvendo o seguinte raciocínio, sobre o ato de fala de A.

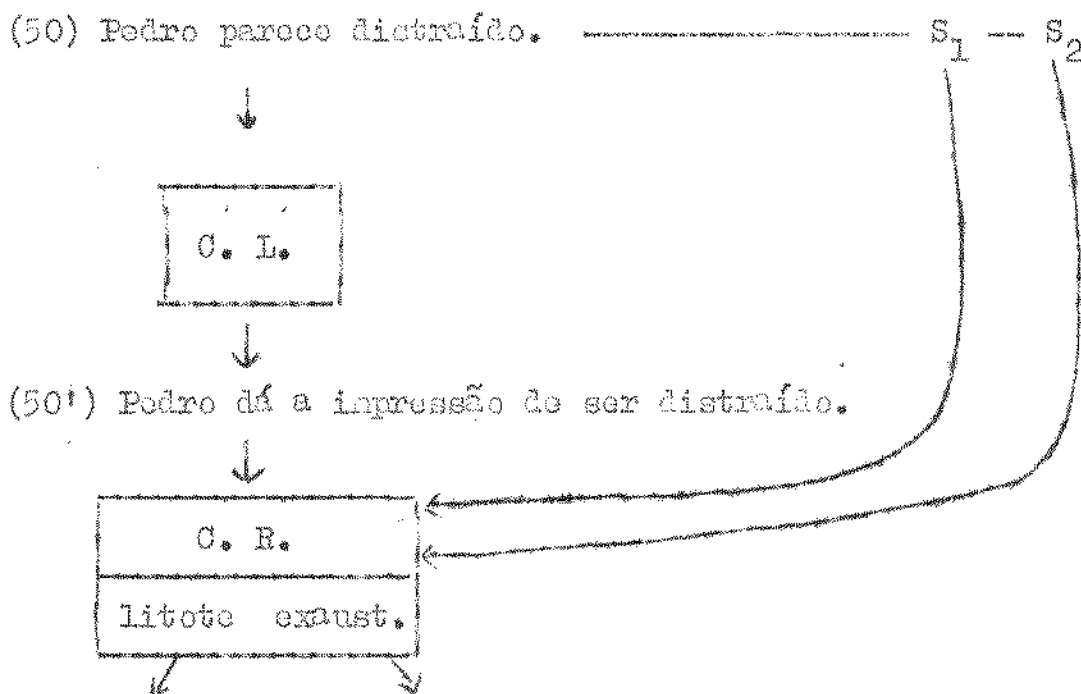
"O professor gostaria de me dizer que Pedro é distraído (=a), mas para não parecer indelicado, ele me diz que "Pedro parece distraído", enunciado que tem valor mais fraco; posso entretanto, entendê-lo como significando a".

Imaginemos agora que não haja formalidade entre o professor e o pai de Pedro, e portanto, nenhum motivo para este interpretar eufemisticamente a fala daquele. Nesta situação, B pode pensar que A disse-lhe tudo que era susceptível de interessá-lo; em outras palavras, que A respeitou a lei de exaustividade, usando o enunciado mais forte que poderia usar, a partir das informações que tem. Raciocina da seguinte maneira:

"Se A me disse que Pedro parece distraído é porque Pedro apenas parece distraído, logo ele não é distraído.

Como se vê, a lei de litote e a lei de exaustividade conferem, neste caso, ao enunciado, interpretações

totalmente opostas (uma pessimista e outra otimista). No modelo de descrição semântica, isto pode ser representado da seguinte maneira:



(50'') Pedro é distraído. (50''') Pedro não é distraído.

Para comprovar a análise que fizemos (situando (50'') e (50''') no componente retórico da D.S.) podemos proceder de duas maneiras:

- mostrar que (50'') e (50''') são subentendidos, através de um traço que define este elemento (demonstração direta).

- mostrar que (50'') e (50''') não são constituintes do significado literal (demonstração indireta).

Pode-se concluir que os conteúdos acima são implícitos do tipo discursivo, a partir da constatação de que é possível ao falante recusar a responsabilidade de tê-los dito, refugiando-se na significação literal. É o que se pode ver no diálogo que se segue:

A: - Pedro parece distraído.

.36

B: - Ele é distraído!

A: - Eu não disse que ele não é distraído, eu disse que ele dá impressão de ser distraído.

Para provar agora que (50'') e (50''') não são componentes do significado literal do enunciado, mas produzido ao nível do C.R. por lei discursiva, podemos nos valer de um fato relacionado com a teoria das escalas argumentativas.

Suponhamos que (50) ocorra num diálogo em que A e B expõem suas dificuldade em encontrar uma pessoa que sirva para realizar uma tarefa, que exija absoluta capacidade de concentração. Alguém sugere Pedro, e o diálogo se segue assim:

A: - Mas Pedro parece distraído! (=P).

B: - Parece, não; é distraído. (=P').

A: - Então, pensemos numa outra pessoa.

Nota-se que a fala de A e a fala de B estão orientadas para uma mesma conclusão: a de que Pedro não serve para a tarefa, a segunda sendo mais forte do que a primeira.

No interior da teoria das escalas argumentativas, isto seria expresso assim: para um falante L, P e P'

estão na escala argumentativa determinada por r , sendo que P' é superior a P .

Assim, se a afirmação de A (que é menos fundamentada porque se trata de uma impressão) é um argumento para se recusar a indicação de Pedro para realizar a tarefa, a afirmação de B (que é mais fundamentada, porque se trata de uma apreciação) é um argumento mais forte para levar à mesma conclusão.

Esta hierarquia do ponto de vista argumentativo, se evidencia com a possibilidade de usar o operador de argumentação não só ... mas também.

(51) Pedro não só parece doente; como também é doente.

Verifica-se agora que, se o conteúdo "não ser distraído" fosse um constituinte da forma verbal em questão, deveria existir uma relação de contradição entre P e P' , uma vez que P seria igual a $\sim P'$.

Uma vez que nada disso existe, que o que se constata é uma relação de ordem hierárquica, exterior ao enunciado propriamente dito, pode-se concluir que o verbo parecer é un

item que simplesmente se presta à produção de subentendidos no discurso.

10. Antes de encerrar este capítulo, consideraremos um grupo de verbos que, em comum com os verbos dos enunciados (13 a 21), têm o fato de indicarem uma mudança de estado, estando associados (morfologicamente ou não) a um adjetivo. São, pois, verbos semanticamente copulativos.

Trata-se de:

aumentar/diminuir (a que estão associados os pares: grande/pequeno ou alto/baixo, dependendo do objeto a que se aplica)

subir/abaixar (a que está associado o par alto/baixo)

acelerar/retardar (a que está associado o par rápido/lento)

esquentar/esfriar (a que está associado o par quente/frio)

prolongar/encurtar (a que está associado o par longo/curto)

aproximar/afastar (a que está associado o par longe/perto)

afrouxar/apertar (a que está associado o par frouxo/apertado)

dificultar/facilitar (a que está associado o par difícil/fácil)

melhorar/piorar (a que está associado o par bom/ruim)
etc.

cujo valor semântico procuraremos descrever, tomando para exemplo, a ocorrência de alguns deles nos enunciados abaixo:

(52) A fila aumentou.

(53) Maria diminuiu o volume do rádio.

(54) Os preços subiram.

(55) Os operários aceleraram o ritmo do trabalho.

(56) O tempo esfriou.

(57) O time melhorou.

De acordo com os exemplos acima, estes verbos podem ocorrer em dois tipos de enunciados:

Sujeito Verbo Objeto

Sujeito Verbo

Quando ocorrem em S V O, a ação do sujeito é caracterizada por uma modificação que ela traz no objeto.

Quando ocorrem numa estrutura S V, o sujeito é o próprio objeto da modificação indicada pelo verbo.

Assim, o elemento que sofre a alteração indicada pelo verbo pode ser, na configuração sintática superficial:

- o sujeito (52, 54, 56, 57).

- o objeto (53, 55).

Chamando-se este elemento de X, diremos que os enunciados (52 a 57) afirmam, sob o modo implícito, que X tinha anteriormente (em T_1), uma extensão/altura/valor/tempo/temperatura Y, que não têm no momento da enunciação (em T_2)⁵. Ou seja:

PP : X era Y em T_1 .

P : X é $\left\{ \begin{matrix} + \\ - \end{matrix} \right\}$ que Y em T_2 (pela ação de Z).

onde Y é uma variável e não um valor fixo, como na descrição dos verbos contidos nos enunciados (25 a 31).

Tem-se a medida disto, quando se confrontam as sequências aceitáveis para os verbos contidos nos enunciados (25 a 31) com as sequências aceitáveis para os verbos contidos nos enunciados (52 a 57).

São possíveis:

I. a) (58) Pedro não estava doente. Com a mudança de temperatura ele adoeceu.

(59) Pedro era pobre. Com o recebimento da herança, Pedro enriqueceu.

(60) Pedro não estava triste. Pedro entristeceu quando lhe perguntaram do pai.

- (61) Pedro não estava pálido. Pedro empalideceu di
ante da acusação.

De modo paralelo, são também possíveis:

- II.a) (62) A fila estava pequena. Ela aumentou com a che
gada dos estudantes.
- (63) O volume do rádio estava alto. Maria diminuiu-o.
- (64) Os preços estavam baixos. Eles subiram.
- (65) O trabalho estava lento. Mediante as ordens do
chefe, os operários aceleraram o ritmo do tra-
balho.
- (66) O tempo estava quente. Com os ventos vindos do
Sul, o tempo esfriou.
- (67) O time estava jogando mal. Só melhorou quando
substituíram o técnico.

Observe agora, que é possível dizer:

- II.b) (68) A fila aumentou, embora já estivesse grande.
- (69) Maria diminuiu o volume do rádio, embora já es
tivesse baixo.
- (70) Os preços subiram, embora já fossem altos.
- (71) Os operários aceleraram o ritmo do trabalho,
embora já estivesse rápido.
- (72) O tempo esfriou, embora já estivesse frio.

- (73) O time melhorou, embora a sua atuação já fosse boa.

mas são absurdas as sequências abaixo:

- I.b) (74) * Com a mudança de temperatura Pedro adoeceu, embora já estivesse doente.
- (75) * Com o recebimento da herança, Pedro enriqueceu, embora já fosse rico.
- (76) * Quando lhe perguntaram do pai, Pedro entristeceu, embora já estivesse triste.
- (77) * Diante da acusação, Pedro empalideceu embora já estivesse pálido.

Enquanto o enunciado (25), por exemplo, só se deixa analisar como:

- Pedro não estava doente.
- Pedro está doente.

o enunciado (52) tanto pode significar que:

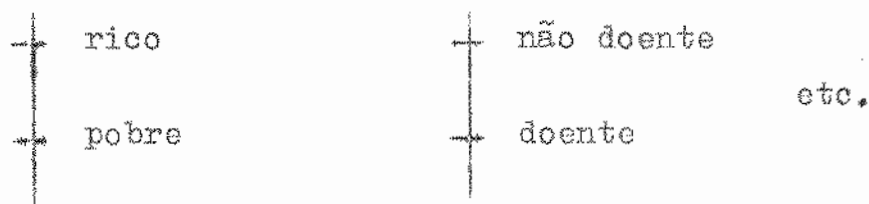
- a fila ~~estava~~ pequena em T_1 .
- a fila está grande em T_2 .

quanto que:

- a fila estava grande em T_1 .
- a fila está maior em T_2 .

Assim, dependendo exclusivamente do contexto, o verbo aumentar pode afirmar a entrada num novo estado ou a continuação de um processo. Ao contrário, o verbo enriquecer somente expressa o início de um novo estado.

Se se quiser representar o movimento de mudança indicado por estes verbos, através de uma representação gráfica, para o verbo enriquecer e outros do grupo I, seria suficiente um eixo com duas zonas opostas:



Já os verbos do grupo II requereriam uma escala graduada, a fim de tornar possível a indicação da variação de estado que ocorre no interior da mesma zona (exs. **II.b**).

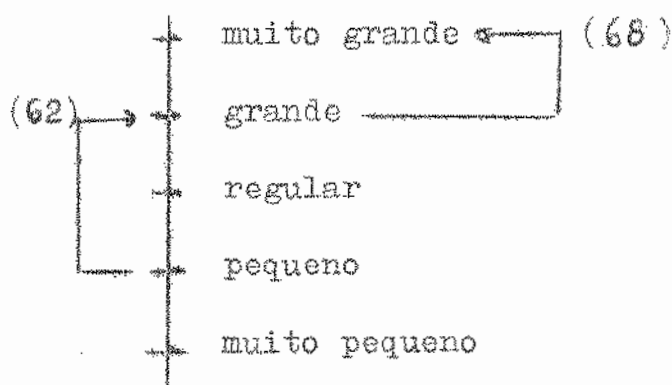
Seria algo como:

+ muito grande	+ muito alto	+ muito rápido	+ muito quente
+ grande	+ alto	+ rápido	+ quente
+ média	+ razoável	+ normal	+ ameno
+ pequeno	+ baixo	+ lento	+ frio
+ muito pequeno	+ muito baixo	+ muito lento	+ muito frio
para (52)	para (53) e (54)	para (55)	Para (56)

+ ótimo
 + bom
 + regular
 + ruim
 + péssimo

Para (57)

Chamando-se de zona A a região acima do ponto central das escalas e zona B, a região abaixo deste ponto, verificamos que o valor de aumentar no enunciado (62) poderia ser assinalado por uma flecha partindo de um grau da zona B para a zona A; no enunciado (68) o valor deste verbo seria indicado por um movimento a partir de um ponto da zona A para outro superior da mesma zona.



Quando o grau de que se parte é oposto ao adjetivo com o qual o verbo está semânticamente associado, o verbo é incoativo, porque marca o início de um novo estado. Quando a alteração se dá no interior da mesma zona, o verbo é cursivo progressivo⁶ porque indica a continuação de um processo.

Se se tratasse de encontrar uma expressão equivalente a aumentar (como existe ficar rico para enriquecer), este verbo seria melhor parafraseado por ficar maior do que por ficar grande. Isto porque, ficar grande daria a entender que A, num tempo anterior ao da enunciação era pequeno, e, conforme se viu, esta não é a única situação de emprego do verbo. A expressão ficar maior é perfeitamente adequada, porque, não fixando valores, mas apenas a direção do movimento, se presta a expressar tanto a quanto b.

O mesmo acontece com os outros verbos. Uma vez que () tanto pode significar que o volume do rádio estava alto (ficando baixo), como que o volume já estava baixo (ficando mais baixo), não seria exato dizer que "diminuir o volume do rádio" é igual a "tornar o volume do rádio baixo" mas sim que é igual a "tornar o volume do rádio mais baixo".

Subir, acelerar, esfriar, e melhorar, dada a possibilidade de integrar contextos como a e b, devem também ser traduzidos por esta estrutura comparativa que não implica na determinação do valor pressuposto.

subir = ficar mais alto.
 acelerar = ficar mais rápido.
 esfriar = ficar mais frio.
 melhorar = ficar melhor.

1. Observe que tornar-se parece se combinar melhor do que ficar com os enunciados (17), (18), (19), cujos adjetivos contém a marca [+ inerente]. Se em lugar de ciumento e medroso tivéssemos enciumado e amedrontado (adj. marcados [-inerente]), o verbo adequado seria ficar.
Ex.:

Pedro ficou (*tornou-se) enciumado quando lhe perguntaram da namorada.

Pedro ficou (*tornou-se) amedrontado quando lhe perguntaram da namorada.

Com os adjetivos que podem ser + ou - inerente, podemos ter ficar ou tornar-se, dependendo de como o contexto especifica a marca do adjetivo. Ex.:

Pedro ficou triste quando lhe perguntaram do pai.

Pedro tornou-se triste depois da morte do pai.

Sendo assim, pode-se levantar a hipótese de que ficar indica que o estado resultante da mudança é pontual (transitório), enquanto que tornar-se indica que o estado resultante da mudança é duradouro (permanente).

2. Para sermos exatos, teríamos que mostrar que nos enunciados (13) e (14), a sequência nominalizada "a mudança de temperatura" e "o recebimento da herança", já de si introduzem os pressupostos: "a temperatura mudou" e "X recebeu a herança". Entretanto, para por em evidência a pressuposição introduzida por ficar, estamos pon-
do de lado estas indicações.
3. Em francês os dois valores de ficar são expressos por itens lexicais distintos: devenir e rester.
4. Nome dado por C.Vogt à expressão "não só ... mas também."
5. Esta análise se apóia, de maneira convergente, sobre os critérios sintáticos (negação, interrogação e encadeamento).
6. Em seu estudo sobre o aspecto verbal na língua portuguesa, este é o nome que Ataliba Castilho dá aos verbos aumentar, estreitar, etc.

VERBOS DE APRECIACÃO

I. ACHAR: PALPITE E APRECIACÃO

1. Consideraremos os verbos achar e julgar na seguinte estrutura sintática:

$$X \left\{ \begin{array}{c} \text{acha} \\ \text{julga} \end{array} \right\} \text{ que } R$$

em que X é o sujeito do verbo e R, uma sentença copulativa, cujo predicativo do sujeito é um adjetivo.

Em português a frase:

$$(1) \text{ Eu } \left\{ \begin{array}{c} \text{acho}_1 \\ \text{julgo} \end{array} \right\} \text{ que o novo carro da Chevrolet é caro.}$$

pode ser empregada em duas situações:

- A. O falante não conhece o preço do novo carro da Chevrolet. Então, para dar a seu interlocutor uma idéia que ele tem a respeito deste objeto, emprega o adjetivo caro.
- B. O falante conhece o preço do novo carro da Chevrolet e este lhe parece alto. Emprega o adjetivo caro para dizer o que pensa do valor, já conhecido, do objeto.

Veja que a pergunta:

(2) Você sabe o preço do novo carro da Chevrolet ?

pode ter duas respostas, de acordo com as duas situações possíveis: conhecimento e desconhecimento do valor do objeto.

(3) Não, mas eu acho que o carro é caro.²

(4) Sim, e eu acho que o carro é caro.

Deste modo, propomos duas descrições para (1):

Eu acho que o carro é caro. (sit. A)	Eu acho que o carro é caro. (sit. B)
--------------------------------------	---

PP: Eu não tenho uma experiência com o valor do carro.	PP: Eu tenho uma experiên- cia com o valor do carro.
---	---

P: Para mim, é provável que o carro seja caro.	P: Para mim, o carro é caro.
---	------------------------------

Em A, sem se apoiar num dado objetivo (o valor do objeto), o sujeito do enunciado faz uma suposição; em B, a partir de uma medida, anteriormente conhecida, o sujeito do enunciado emite um julgamento. Trata-se de duas atitudes diferentes, que ahamaremos respectivamente de palpite e apreciação.

Em francês, estas duas atitudes são expressas por verbos distintos: "croire" e "trouver". Em português, como elas encontram expressão num só item lexical, usaremos a notação $achar_1$ para palpite e $achar_2$ para apreciação.

Os fatos em que nos apoiamos para propor esta distinção são evidências sintáticas. Mostraremos que cada um dos valores que apontamos para o verbo achar está associado a uma propriedade que não é compartilhada pelo outro. Sendo exclusivas de cada emprego, estas propriedades serão marcas que distinguirão $achar_1$ de $achar_2$.

Observe que, se a situação for igual a A, pode-se substituir no enunciado (1) a cópula pela locução verbal "deve ser". (para explicitação do contexto apoiar-nos-emos na pergunta (2)).

(2) Você sabe o preço do novo carro da Chevrolet ?

(5) Não, mas eu acho que o carro deve ser caro.

Mas, se a situação for igual a B, esta substituição determina uma frase estranha:

(2) Você sabe o preço do novo carro da Chevrolet ?

(6) *Sim, e eu acho que o carro deve ser caro.³

Logo, só achar com o valor de palpite admite "deve ser".

Eis outro enunciado que também pode nos levar à verificação do mesmo fato:

(7) Embora não saiba o preço do carro, eu acho que ele deve ser caro.

(8) * Embora saiba o preço do carro, eu acho que ele deve ser caro.

Observe agora que no contexto definido para o achar_2 podemos ter apagamento do complementizador e da cópula, sem consequência para o sentido do enunciado.

(2) Você sabe o preço do novo carro da Chevrolet ?

(9) Sim, e eu acho o carro caro.

Tal supressão é, entretanto, estranha quando se trata do contexto definido para achar_1 .

(2) Você sabe o preço do novo carro da Chevrolet ?

(10) * Não, mas eu acho o carro caro.

Logo, supressão de que + cópula só ocorre com achar_2 .

Conclui-se pois, que o uso da locução deve ser e o apagamento de que + cópula são marcas formais da existência de achar_1 e achar_2 respectivamente⁴. E marcas inequívocas, porque, conforme se viu, a locução que indica probabilidade não se emprega quando o contexto é de achar_2 , enquanto que redução da completiva não ocorre se o contexto é de achar_1 .

A não obediência a este fato produziu sentenças como (6), (8) e (10). Dentro da nossa análise, a anomalia destas frases se explica da seguinte maneira:

- em (6) e (8), o uso da locução deve ser na completiva dá a entender o desconhecimento do valor do carro, o que está em contradição com o que se diz no início dos enunciados.
- em (10) a redução da completiva de achar determina o pressuposto de conhecimento do valor do carro, dado este que é negado no contexto.

Em ambos os casos, os contextos não satisfazem as pressuposições, o que torna os enunciados inaceitáveis nesses contextos.

2. Estamos utilizando a descrição apresentada na página 48, mas ainda não demonstramos que o dado que se apontou como pressuposto tem as características de que Ducrot concebe como pressuposto.

Detenhamo-nos um momento, em justificar tal análise.

Consideremos uma situação em que A e B, interlocutores ocasionais de uma reunião social, estejam conversando sobre a viagem que uma outra pessoa (=C) fez recentemente à Europa. A conversa se segue de tal forma que A não fica sabendo de B e B não fica sabendo de A, se eles próprios já estiveram na Europa (dizê-lo explicitamente, seria se exhibir). Em determinado momento, A pode, sem fazer o objeto explícito de seu discurso, dizer que conhece, por exemplo, a França, se resolve fazer uma apreciação que depende exclusivamente do conhecimento direto do país:

(11) A França é um belo país; mas acho o metrô parisiense muito abafado.

A forma como este conhecimento é colocado difere essencialmente das outras duas afirmações ("a França é um belo país", "o metrô parisiense é muito abafado"), porque ele é dado como se fosse do conhecimento de B e, por isto, não precisasse ser formulado explicitamente.

Que se pense agora numa situação em que algumas pessoas estejam conversando sobre pratos caros e sofisticados, desconhecidos da maioria delas (o clima é de palpite). Em algum ponto da conversação, uma delas (=A) diz:

(12) Eu acho caviar muito indigesto.

A impressão que uma frase deste tipo pode causar é fácil de imaginar: os ouvintes concluirão que A esnobou a sua experiência com o prato em questão.

O que causa sensação não é propriamente a apreciação feita, isto é, o fato do caviar ser indigesto na opinião de A, (=a),

mas o dado que está implícito nela, isto é, que A teve uma experiência com caviar (=b). Se o falante tivesse usado a completiva na sua forma plena:

(13) Eu acho que caviar é muito indigesto.

teria menos chance de ser acusado de pedante ⁵, pois, sendo ambíguo, tal enunciado poderia ser interpretado como palpite. Neste caso, estaria implícito o desconhecimento do objeto de que se fala (=b), e explícita a idéia que o sujeito do enunciado faz dele (=a).

(a) não é afirmado da mesma maneira que b. Enquanto a é anunciado explicitamente, b é aquilo que o falante apresenta como uma evidência, como algo que, mesmo sabendo ignorado dos ouvintes, supõe que eles aceitarão de saída, sem contestar.

Mas é possível que os ouvintes se recusem a admitir b, dizendo:

(14) (i) Mas você nunca provou caviar !

ou

(14) (ii) Mas você já comeu caviar e nada lhe aconteceu !

enunciados que acusam o autor das frases (12) e (13) de, no primeiro caso, apreciar quando não tem condições de fazê-lo, e, no segundo caso, fazer suposições, quando tem condições de apreciar, acusações das quais este não tem como se esquivar, porque o dado "ter/não ter provado caviar" não é um implícito deduzido de (12) e (13) por meio de leis discursivas, (e portanto de responsabilidade dos ouvintes), mas um implícito contido no interior do enunciado (e portanto de responsabilidade de quem construiu as frases).

Estes fatos não bastam para provar que estamos diante de um fenômeno de pressuposição; há que ver ainda os critérios habi-

tunis.

Retomando o nosso exemplo inicial, observa-se que a negação de (1) - excluída a leitura em que a negação recai sobre o to do - conserva o dado que se apontou como pressuposto, alterando somente a opinião do sujeito do enunciado. Se a leitura é de palpite, temos:

- (1') a) É falso que eu acho que o carro deve ser caro (aproximadamente igual a: Eu acho que o carro deve ser barato).

PP: Eu desconheço o preço do carro.

P: Para mim, é provável que o carro seja barato.

Se a leitura é de apreciação, temos:

- (1') b) É falso que eu acho o carro caro. (aproximadamente igual a: Eu acho o carro barato).

PP: Eu sei o preço do carro.

P: Para mim, o carro não é caro.

Quanto à interrogação, é totalmente absurda a sua aplicação sobre os enunciados de primeira pessoa, porque não se pede aos outros para que nos dêem nosso próprio palpite ou apreciação. O norma é que se peça aos outros para que nos dêem o seu palpite ou façam a sua apreciação sobre um objeto qualquer. É interessante observar que há formas distintas para se solicitar um palpite ou uma apreciação. "Como você acha que é X?" é uma pergunta para ser respondida por $\hat{a}char_1$; já "O que é que você acha de X?" é uma pergunta que pede uma resposta com $\hat{a}char_2$.

Comprova-se com os fatos abaixo:

- (15) - Como é que você acha que é o carro?

- Eu acho₁ que o carro é verde.

- Eu acho₁ que o carro deve ser mais possante que o modelo anterior.

- * Eu acho o carro confortável.

- * Eu acho o carro espaçoso.

(16) - O que é que você acha do carro ?

- Eu acho o carro confortável.

- Eu acho o carro espaçoso.

- Eu o acho mais possante que o modelo anterior.

Não é normal que uma pergunta como (16) seja respondida por: "Eu acho que o carro deve ser confortável" ou "eu acho que o carro deve ser espaçoso", porque, dando um palpite, o interlocutor contraria o locutor, que lhe pede uma apreciação. Se ele o faz, é porque não se julga em condições de fazer uma apreciação, achando mais prudente o palpite; mas, de qualquer maneira, ao lhe colocar uma pergunta como (16), o locutor confere ao interlocutor a possibilidade de formular uma apreciação.

Resta-nos mostrar apenas que o conteúdo que se apontou como pressuposto não intervém no encadeamento dos enunciados.

(1'') a) Eu acho que o carro deve ser caro, porque foi destinado a uma faixa da população de alto poder aquisitivo.

(1'') b) Eu acho o carro caro; não farei negócio com o senhor.

É bastante claro que a progressão dos enunciados acima se faz no sentido do posto.

3. Até aqui procuramos apresentar evidências semânticas e sintáticas para a existência de dois verbos achar, analisando individualmente um enunciado da forma X acha que R .

Examinaremos agora mais enunciados deste tipo, com dois objetivos:

- por à prova os critérios sintáticos que definimos como típicos de cada valor do verbo achar.
- propor uma fórmula geral que seja adequada à descrição de todos os enunciados que têm a estrutura acima.

- I. (17) Eu acho que o livro é caro.
 (18) Eu acho que o prédio é alto.
 (19) Eu acho que a igreja é grande.
 (20) Eu acho que o espetáculo é curto.
 (21) Eu acho que o quarto está sujo.
 (22) Eu acho que o hotel é confortável.

Dizendo (17 a 22), o falante pode estar arriscando um palpite ou fazendo uma apreciação. Contextualizando:

- II. (17) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu acho que o livro é caro, pois se trata de um livro importado.
 b) Eu sei o preço do livro, e eu acho que o livro é caro.
 (18) a) Eu não vi o prédio, mas eu acho que o prédio é alto, porque esta construtora só faz prédios altos.
 b) Eu vi o prédio, e acho que o prédio é alto.
 (19) a) Eu não sei as dimensões da igreja, mas eu acho que a igreja é grande, pois os noivos convidaram muita gente.
 b) Eu sei as dimensões da igreja, e eu acho que a igreja é grande.
 (20) a) Eu não sei qual é a duração do espetáculo, mas eu acho que o espetáculo é curto, porque, do contrário, não se ria indicado para crianças.
 b) Eu sei a duração do espetáculo, e eu acho que o espetáculo é curto.
 (21) a) Eu não vi o quarto, mas eu acho que o quarto está sujo, porque Pedrinho jamais se preocupa em limpá-lo.
 b) Eu vi o quarto, e acho que o quarto está sujo.
 (22) a) Eu não conheço o hotel, mas eu acho que o hotel é confortável, porque Pedro, que é um sujeito exigente, se hospeda lá.
 b) Eu conheço o hotel, e eu acho que o hotel é confortável.

Basta entretanto, que se substitua o verbo da completiva de achar por "deve ser", para a leitura de apreciação ser excluída; e que se apague o complementizador e a cópula para a leitura de palpite ser excluída.

Assim, tomando-se os enunciados I, a substituição de "é" por "deve ser" determina frases que são adequadas no interior dos enunciados a de II, mas não nos enunciados b de II.

- II'. (17) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu acho que o livro deve ser caro, pois se trata de um livro importado.
 b) * Eu sei o preço do livro, e eu acho que o livro deve ser caro.
- (18) a) Eu não vi o prédio, mas eu acho que o prédio deve ser alto, porque esta construtora só faz prédios altos.
 b) * Eu vi o prédio, e acho que o prédio deve ser alto.
- (19) a) Eu não sei as dimensões da igreja, mas eu acho que a igreja deve ser grande, pois os noivos convidaram muita gente.
 b) * Eu sei as dimensões da igreja, e eu acho que a igreja deve ser grande.
- (20) a) Eu não sei qual é a duração do espetáculo, mas eu acho que o espetáculo deve ser curto, porque, do contrário, não seria indicado para crianças.
 b) * Eu sei a duração do espetáculo, e eu acho que o espetáculo deve ser curto.
- (21) a) Eu não vi o quarto, mas eu acho que o quarto deve estar sujo, porque Pedrinho jamais se preocupa em limpá-lo.
 b) * Eu vi o quarto, e acho que o quarto deve estar sujo.
- (22) a) Eu não conheço o hotel, mas eu acho que o hotel deve ser confortável, porque Pedro, que é um sujeito exigente, se hospeda lá.
 b) * Eu conheço o hotel, e eu acho que o hotel deve ser confortável. ⁶

Aplicando-se agora o apagamento de que + cópula aos enunciados I, veremos que os enunciados resultantes são adequados às frases b, mas não às frases a de II.

- II''.(17) a) * Eu não sei o preço do livro, mas eu acho o livro caro, (pois se trata de um livro importado).
- b) Eu sei o preço do livro, e eu acho o livro caro.
- (18) a) * Eu não vi o prédio, mas eu acho o prédio alto, (por que esta construtora só faz prédios altos).
- b) Eu vi o prédio, e eu acho o prédio alto.
- (19) a) * Eu não sei as dimensões da igreja, mas eu acho a igreja grande, pois os noivos convidaram muita gente.
- b) Eu sei as dimensões da igreja, e eu acho a igreja grande.
- (20) a) * Eu não sei qual é a duração do espetáculo, mas eu acho o espetáculo curto, pois, do contrário, não seria indicado para crianças.
- b) Eu sei qual é a duração do espetáculo, e eu acho o espetáculo curto.
- (21) a) * Eu não vi o quarto, mas eu o acho sujo, (porque Pedrinho jamais se preocupa em limpá-lo).
- b) Eu vi o quarto e acho o quarto sujo.
- (22) a) * Eu não conheço o hotel, mas eu acho o hotel confortável, porque Pedro, que é um sujeito exigente, se hospeda lá.
- b) Eu conheço o hotel, e eu acho o hotel confortável.

Vimos até aqui, enunciados susceptíveis de serem lidos como palpite ou apreensão.

Que se considere agora:

- (23) Eu acho que a mesa é azul.
- (24) Eu acho que a mesa é quadrada.

Os enunciados acima dificilmente podem ter uma leitura apreciativa. Isto tem a ver com o tipo de adjetivo atribuído ao sujeito da completiva.

Confrontemos as completivas contidas nos enunciados do grupo I, com as completivas contidas em (23) e (24).

- | | |
|------------------------|--------------------|
| A. O livro é caro. | B. A mesa é azul. |
| O prédio é alto. | A mesa é quadrada. |
| A igreja é grande. | |
| O espetáculo é curto. | |
| O quarto está sujo. | |
| O hotel é confortável. | |

Os enunciados da esquerda são apreciações subjetivas, enquanto os da direita são indicações objetivas. Tem-se a medida disto quando se considera a possibilidade do interlocutor, tendo ouvido os enunciados A, reabrir a objetividade, perguntando:

- Quanto custa o livro?
- Quantos andares tem o prédio?
- Quanto mede a igreja? ou Quantas pessoas cabem na igreja?
- Qual a duração do espetáculo?
- Quantos dias faz que o quarto não é limpo?
- O que o hotel oferece além do cama e refeições?

e, reolante a resposta do falante, fazer uma apreciação oposta a deste. Isto não acontece facilmente para os enunciados B, pois em relação a cor e forma é mais difícil haver diferença de opiniões; seria absurdo que, para evitar interferência do juízo pessoal se preferisse que o interlocutor dissesse: "a mesa tinha quatro lados iguais" a "a mesa era quadrada".

Concluamos então, que existem adjetivos que comportam um elemento de avaliação, e existem aqueles que não comportam. Os primeiros cabem em contextos de palpite e apreciação; os segundos são mais adequados em contextos de palpite.

(23) a) Eu não vi a mesa, mas acho que ela é azul, porque todos os móveis da sala são azuis.

(24) a) Eu não me lembro do formato da mesa, mas eu acho que ela é quadrada.

Não é entretanto impossível que, mediante a redução da completiva, se construa uma apreciação em contexto incompatível com este traço. Imagine-se uma situação em que as pessoas não estão de acordo quanto à cor de um objeto que têm diante de si: uma poderá dizer "eu acho a mesa azul", outra "eu acho a mesa verde".

Entretanto, esta transformação de indicações factuais em apreciações é tanto mais difícil quanto mais objetiva é a indicação do adjetivo. Assim, é estranha a frase:

(24) b) Eu acho a mesa quadrada.

Tendo constatado (pelos critérios de substituição da cópula e redução da completiva) que enunciados da forma: X acha que A é Y, podem ser realizações superficiais idênticas de duas frases diferentes, tentaremos propor fórmulas que sejam descritivamente adequadas à representação semântica dos enunciados que cabem em a e dos enunciados que cabem em b.

Todos os enunciados da forma X acha que A é Y, cuja cópula pode ser substituída por "deve ser", dão a entender que X não teve uma experiência com A. Esta experiência é, em nossos exemplos, o que X sabe de A em relação à propriedade indicada por Y (ou seja: seu valor, altura, tamanho, duração, estado de limpeza, condições de conforto, de acordo com os exemplos de I). Uma vez que X não teve uma experiência com A, estes enunciados põem que a predicação contida na completiva é aquilo que X acha provável.

Os enunciados b, na medida em que pressupõem que X teve uma experiência com A, ou mais particularmente com uma propriedade de A, põem aquilo que, na opinião de X, o objeto é (e não "deve" ser).

Sendo assim, propoas para os enunciados:

X acha que A é Y.

duas descrições:

PP: X não teve experiência com a propriedade de A associada a Y.
P: Para X, é provável que A seja Y.

PP: X teve experiência com a propriedade de A associada a Y.
P: Para X, A é Y.

Em muitos casos, entretanto, a propriedade associada a Y não é tão nítida como nos exemplos que nos serviram de amostra.

(25) Eu acho que Pedro é irresponsável.

(26) Eu acho que a estória é imoral.

Para estender a análise a estes enunciados, ter-se-ia que (se se toma a leitura de apreciação), afirmar que X teve uma experiência com as "manifestações de responsabilidade" de Pedro ou com o "aspecto moral" da estória. Sendo julgados nulos tanto um como outro dado, afirmar-se-ia, no posto dos enunciados, que, na opinião de X, Pedro é irresponsável ou a estória é imoral.

Diante da inexistência de um substantivo que nomeie a qualidade, alguém poderia sugerir uma análise mais espontânea, que se contentasse em afirmar a não experiência/experiência de X com A, sem especificar a propriedade do objeto que está em jogo no palpite ou apreciação.

Esta análise alternativa tem a vantagem de ser mais geral, permitindo descrever também a ocorrência de achar com completivas copulativas, cujo predicativo é constituído por um núcleo substantivo.

Passaremos agora a analisar enunciados deste tipo. Inicialmente, a pergunta que se coloca é se a distinção palpite/apreciação se mantém quando o enunciado tem a forma:

X acha que R (cop. subst)

Sejam os enunciados:

(27) Eu acho que Betty Friedan é uma líder feminista.

(28) Eu acho que Betty Friedan é uma mulher como as outras.

(29) Eu acho que Betty Friedan é uma autêntica líder feminista.

(30) Eu acho que Betty Friedan é a maior líder feminista da América.

(31) Eu acho que o movimento feminista é uma tolice.

A primeira frase seria a resposta a uma pergunta como:

- Quem você acha que é Betty Friedan ?

ou mais simplesmente: Quem é Betty Friedan ?

(28), (29) e (30) responderiam à pergunta:

- O que é que você acha de Betty Friedan?

e (31) à pergunta: - O que é que você acha do movimento feminista?

(27) é uma frase de palpite que informa, sob o modo impli-

cito que o sujeito do enunciado não tem conhecimento suficiente a

PP: X (não) teve uma experiência com A

respeito do objeto para fazer uma afirmação definitiva.

(28), (29), (30) e (31) são frases de apreciação: põem uma apreciação do sujeito do enunciado sobre Betty Friedan, deixando implícito que este tem uma experiência com o objeto. A apreciação contida nestes enunciados decorre da localização do objeto da apreciação numa escala de valores, em relação a outros objetos; esta comparação é expressa nos enunciados pelos sintagmas: "como os outros", "autêntica", "maior". Em (31) o traço avaliativo está no substantivo, que é derivado de um adjetivo (a frase (31) pode ter o mesmo esquema das frases (17 a 22), ou seja: "eu acho que a luta pela libertação feminina é tola").

Sendo assim, identificamos como achar₁, o verbo de (27), e como achar₂, o de (28), (29), (30) e (31). A exatidão desta análise pode ser atestada quando se verifica que somente as últimas podem sofrer a redução da completiva.

- (27') * Eu acho B. Friedan uma líder feminista.
- (28') Eu acho B. Friedan uma mulher como as outras.
- (29') Eu acho B. Friedan uma autêntica líder feminista.
- (30') Eu acho B. Friedan a maior líder feminista da América.
- (31') Eu acho a luta pela libertação feminista uma tolice.

Como critério paralelo, veja que (27) se traduz por croire em francês, enquanto as demais se traduzem por trouver.

Com base nestes fatos, pode-se levantar a hipótese de que um enunciado com verbo achar, cujo predicativo da completiva é um núcleo substantivo, é:

- pode ser uma apreciação, quando a completiva contém uma marca de comparação ou quando esta possa ser transformada em A é Y.
- é uma suposição, caso contrário.

Podem ser considerados do primeiro tipo, os enunciados:

- Eu acho que Guiomar Novaes é a melhor pianista do Brasil.
- Eu acho que F. Montenegro é a atriz indicada para este papel.
- Eu acho que a razão de suas preocupações é outra.

e, do segundo tipo, os enunciados:

- Eu acho que a sala do diretor é a primeira à direita.
- Eu acho que a lua está em quarto minguante.
- Eu acho que o autor da brincadeira foi Pedro.

Para descrever estes enunciados, é mais natural dizer:

- X conhece A, de tal forma que na sua opinião, A é Z.
- X não conhece A, de tal forma que, na sua opinião, é provável que A seja Z.

onde Z não é um adjetivo, mas um sintagma nominal.

4. Assim, dentro dos limites da análise que propusemos, podemos dizer que a apreciação é fundamentada naquilo que o sujeito do enunciado sabe do objeto, em relação à qualidade que lhe é predicada; enquanto que o palpite é fundamentado num dado qualquer, que não decorre da experiência com o objeto.

Este dado é, frequentemente, uma evidência indireta, conforme o demonstram a progressão dos enunciados I em II a.

- para (17) o fato do livro ser importado,
- para (18) os hábitos da construtora,
- para (19) o número de convidados,

- para (20) o fato do espetáculo ser indicado para crianças,
- para (21) o desleixo de Pedrinho,
- para (22) o caráter exigente de um dos hóspedes do hotel.

Mas acontece, muitas vezes, que o palpite seja completamente sem fundamento, ou melhor, sem nenhuma razão aparente. É o caso de:

(32) Eu acho que os marcianos são altos.

Se alguém perguntar ao responsável pela frase acima:

(33) Porque você acha que os marcianos são altos ?

pode receber uma resposta do tipo:

(34) Porque eu acho.

que não é uma verdadeira resposta, porque se limita a responder (33) com o pressuposto desta pergunta.

Ducrot, em "La Description Sémantique des Énoncés Français et la Notion de Présupposition", diz que um enunciado que se contenta em pôr o pressuposto da pergunta não é uma verdadeira resposta, mas uma resposta que se recusa dar ao interlocutor. No caso de (34), entretanto, creio que não se trata de "má vontade de responder", mas de impossibilidade de se dar a conhecer a razão porque se concebe os marcianos como seres de estatura elevada, por desconhecimento. Nestas circunstâncias são bem apropriadas as expressões: "trata-se de um mero palpite" ou "pura intuição minha".

Encontraríamos esta atitude de recusa, quando o falante, podendo determinar o fundamento de seu palpite (por ex., nos enunciados IIa) se negasse a dá-lo, com a mesma resposta: "porque eu acho".

Dissocies que a apreciação pressupõe uma experiência de X com A. Especifiquemos agora de que ordem pode ser esta experiência.

Embora muitas vezes esta experiência deva ser com o objeto em si (Eu acho o metrô parisiense muito abafado, Eu acho caviar indigesto, Eu acho o quarto sujo, etc), não se deve entender que ela dependa sempre do conhecimento direto do objeto.

Vejamos que: "Eu acho a sala espaçosa" pode ser dito por alguém que viu a sala, mas também por alguém que apenas viu a planta da sala. "Eu acho este aluno inteligente" pode ser dito por alguém que não conhece o aluno, e que apenas viu as provas que ele fez. "Eu acho a igreja grande" não pressupõe necessariamente que o autor da frase conheça anteriormente a igreja; é suficiente, por exemplo, que ele saiba que a capacidade da igreja é da ordem de 2000 pessoas. Nestes casos, a expressão "eu acho" introduz uma apreciação pessoal, baseada numa experiência indireta com o objeto.

A situação é, entretanto, diferente daquela que fazulta o emprego de achar₁. Nos exemplos IIa, a opinião de X se fundamenta em dados relacionados com o objeto, mas diferentes dele. Nos exemplos acima, os dados em que se baseia a opinião de X não são diferentes do objeto; trata-se de sinais do próprio objeto (a planta, as provas e o total de pessoas que cabem na igreja são a representação imediata do espaço, inteligência e tamanho dos objetos em questão).

Outra observação a ser feita diz respeito ao recurso que utilizamos para contextualizar os enunciados I. Ele não nos deve dar a impressão de que toda negativa que preceda "achar" deva introduzir um palpite ou que toda afirmação de conhecimento que preceda este verbo deva introduzir uma apreciação. Se fosse assim, os enunciados que se seguem seriam contra-exemplos para a análise:

- (35) Eu não conheço Geografia, mas eu acho a Geografia inútil, porque meu primo que estuda esta matéria não sabe o que fazer com ela.
- (36) Eu nunca estudei Matemática, mas eu acho a Matemática difícil, porque eu vejo os estudantes sofrendo com ela.
- (37) Acabo de conhecer o chefe, e acho que ele deve ser nervoso.

Em (35) e (36) temos uma afirmação de desconhecimento, a que se segue uma apreciação, pois se tem a forma contraída da completiva. Resta apenas explicar em que se fundamenta a apreciação, dado que ~~A~~ afirma não conhecer A. Tudo se esclarece se observarmos que, apesar de afirmar o contrário, o falante não deixa de ter uma experiência com as disciplinas: a que ele vê materializada na inaplicabilidade dos estudos de Geografia do primo e no sofrimento dos estudantes com a Matemática.

Quanto à (37), se fôssemos julgar pela afirmação de conhecimento, seria de se esperar uma apreciação; no entanto, a presença da locução "deve ser" indica um palpite. Neste caso, deve-se entender que, apesar de ter conhecido o chefe, este contato não foi suficiente para determinar uma apreciação. Confronte-se (37) com o enunciado abaixo:

- (38) * Conheço profundamente o chefe, e acho que ele deve ser nervoso.

Assim, ter uma experiência com o objeto não é apenas conhecer o objeto ou a propriedade em questão do objeto, mas é poder, em vista desta experiência, situar o objeto numa escala de valores.

Isto implica, em muitos casos, na comparação de A com outros objetos da mesma natureza. Comprove-se:

- (38) Eu sei o preço do carro, mas eu não sei dizer se é caro ou barato, porque não estou a par do preço de outros carros. Mas eu imagino que é caro (= acho que deve ser caro).

- (39) Eu conheço o hotel, mas não sei dizer se é confortável ou não, porque não conheço outros hotéis. Eu suponho que seja confortável (= acho que deve ser confortável).
- (40) Eu ouvi as recomendações do chefe, mas não sei dizer se são justas ou arbitrárias, porque nunca fui empregado e não sei quais as exigências que um chefe pode fazer. Mas eu digo idêntico que elas sejam arbitrárias (= eu acho que elas devem ser arbitrárias).

As seqüências acima, que se pode facilmente imaginar como respostas a uma solicitação de apreciação: "O que você acha de ...?", se desenvolvem no sentido de justificar a ausência de achar₂. Elas deixam entender que o falante possui a condição necessária, mas não suficiente para permitir uma apreciação.

Este fato sugere que além de pressupor uma experiência com o objeto (condição necessária), a apreciação pressupõe um conhecimento da norma ou padrão em relação ao qual o objeto é avaliado (condição suficiente). Assim, para emitir um julgamento, seria também necessário que o falante soubesse situar o objeto do julgamento numa escala avaliativa, o que pressupõe, por sua vez, que ele tenha uma experiência com outros objetos que são comparáveis a este.

Essas observações nos faria alterar a descrição de achar₂ proposta na página 60 para:

PP: X teve experiência com a propriedade de A associada a Y.

PP: X sabe situar A na escala avaliativa determinada pela propriedade de A associada a Y.

P: Para X, A é Y.

II. OUTROS VERBOS DE PALPITE E APRECIACÃO.

Consideraremos agora outros verbos que também ocorrem na estrutura sintática:

X que R

procurando defini-los como sendo de tipo de achar₁ ou do tipo de achar₂.

Trata-se dos verbos: crer, acreditar, imaginar, supor, pensar, calcular, considerar, entender, e as expressões verbais ter para si, ser da opinião de, ter a impressão de, fazer idéia de.

Assumindo que a e b são respectivamente, contextos de palpite e apreciação, a verificação da adequação dos verbos acima a um deles e não ao outro, permitir-nos-á classificá-los.

- a) X não teve experiência com uma certa propriedade de A associada a um adjetivo Y, mas que A é Y.
- b) X teve experiência com uma certa propriedade de A associada a um adjetivo Y, e X que A é Y.

Para ser considerado verbo de palpite, o verbo em questão deve se adaptar ao enunciado a, mas não ao enunciado b; se ele é compatível com b, mas não com a, ele deve ser considerado verbo de apreciação.

Tomando-se como R: "o livro é caro", os enunciados que faremos passar pelo teste são os seguintes:

- I. (41) Eu creio que o livro $\left\{ \begin{matrix} \text{é} \\ \text{seja} \end{matrix} \right\}$ caro.
- (42) Eu acredito que o livro $\left\{ \begin{matrix} \text{é} \\ \text{seja} \end{matrix} \right\}$ caro.
- (43) Eu imagino que o livro $\left\{ \begin{matrix} \text{é} \\ \text{seja} \end{matrix} \right\}$ caro.

- (44) Eu suponho que o livro $\left\{ \begin{smallmatrix} \acute{e} \\ seja \end{smallmatrix} \right\}$ caro.
- (45) Eu penso que o livro $\left\{ \begin{smallmatrix} \acute{e} \\ seja \end{smallmatrix} \right\}$ caro.
- (46) Eu calculo que o livro $\left\{ \begin{smallmatrix} \acute{e} \\ seja \end{smallmatrix} \right\}$ caro.⁷
- (47) Eu considero (que) o livro (é) caro.⁸
- (48) Eu entendo que o livro é caro.
- (49) Eu tenho para mim que o livro é caro.
- (50) Eu sou de opinião (de) que o livro é caro.
- (51) Eu tenho a impressão de que o livro é caro.
- (52) Eu faço idéia que o livro é caro.

- II. (41) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu creio que o livro é/seja caro.
- b) * Eu sei o preço do livro, e eu creio que o livro é caro.⁹
- (42) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu acredito que o livro é/seja caro.
- b) * Eu sei o preço do livro, e eu acredito que o livro é caro.
- (43) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu imagino que o livro é/seja caro.
- b) * Eu sei o preço do livro, e eu imagino que o livro é caro.
- (44) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu suponho que o livro é/seja caro.
- b) * Eu sei o preço do livro, e eu suponho que o livro é caro.
- (45) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu penso que o livro é caro.
- b) * Eu sei o preço do livro, e eu penso que o livro é caro
- (46) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu calculo que o livro é/seja caro.
- b) * Eu sei o preço do livro, e eu calculo que o livro é caro.

- (47) a) * Eu não sei o preço do livro, mas eu considero (que) o livro (é) caro.
 b) Eu sei o preço do livro, e eu considero (que) o livro (é) caro.
- (48) a) * Eu não sei o preço do livro, mas eu entendo que o livro é caro.
 b) Eu sei o preço do livro, e eu entendo que o livro é caro.
- (49) a) * Eu não sei o preço do livro, mas eu tenho para mim que o livro é caro.
 b) Eu sei o preço do livro, e eu tenho para mim que o livro é caro.
- (50) a) * Eu não sei o preço do livro, mas eu sou de opinião que o livro é caro.
 b) Eu sei o preço do livro, e eu sou de opinião que o livro é caro.
- (51) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu tenho a impressão de que o livro é caro.
 b) * Eu sei o preço do livro, e eu tenho a impressão que o livro é caro.
- (52) a) Eu não sei o preço do livro, mas faço idéia que o livro é caro.
 b) * Eu sei o preço do livro, e eu faço idéia que o livro é caro.

A anomalia dos enunciados b está em que se usa um verbo que pressupõe o conhecimento do valor do livro, numa situação em que se afirma explicitamente o conhecimento deste dado. Não se entende que uma pessoa que esteja em condições de apreciar, se contente apenas em fazer uma conjectura.

As sequências a que são semânticamente anômalas o são por que se usa um verbo que pressupõe o conhecimento do valor do livro, conhecimento este que é negado no próprio enunciado.

As marcas de inaceitabilidade contidas no quadro II, permitem-nos definir dos paradigmas:

<u>paradigma de achar₁</u>		<u>paradigma de achar₂</u>
crer		considerar
acreditar	ter a impressão de	entender
imaginar	fazer idéia de	ter para si
supor		
pensar		ser da opinião de
calcular		

Eis algumas características sintáticas destes verbos.

Os verbos do paradigma de achar₁ se empregam indiferentemente com o verbo da completiva no modo indicativo ou subjuntivo, enquanto que os verbos do segundo paradigma, quando se usam com completiva não reduzida¹⁰, só admitem o verbo da completiva no modo indicativo.

Sabendo-se que o subjuntivo é o modo que exprime dúvida, hipótese, compreende-se que o falante sinta a idéia de palpite mais reforçada quando o verbo está no subjuntivo. Veja que dissemos "reforçada", porque a idéia de palpite, subsistindo quando o verbo da completiva está no indicativo, revela que este sentido é indissociado do verbo. O uso do indicativo apareceria assim, como uma dispensa de redundância, sem consequência para o sentido dos enunciados.

O modo da completiva é o único traço que os verbos do segundo paradigma têm em comum, pois eles se comportam diferentemente em relação a algumas outras propriedades. Por exemplo, deste paradigma somente o verbo considerar pode sofrer redução da completiva (a forma reduzida da completiva é a única ocorrência possível

para alguns itens verbais como reputar e ter na conta de, que não constam do paradigma, mas que expressam apreciação). Outra propriedade é a ocorrência do termo como, quando o complementizador e a cópula foram apagados.

(53) Eu considero este livro como indispensável.

(54) Eu reputo este livro como indispensável

O verbo entender também admite como:

(55) Eu entendo este livro como indispensável.

embora não possa empregar na forma contraída da completiva.

(56) * Eu entendo o livro indispensável.

Quando ocorre redução da completiva e inserção de como,¹¹ é comum o deslocamento do adjetivo para antes do sujeito:

(57) Eu considero como indispensável este livro.

(58) Eu reputo como indispensável este livro.

(59) Eu entendo como indispensável este livro.

O apagamento de que + cópula, traço que nos serviu para distinguir os dois valores do verbo achar, é um fato comum também aos verbos do paradigma,¹ sobretudo quando estes se encontram numa frase maior, sob a forma de sentença relativizada.

Que se considere o diálogo:

A: - Você ouviu as recomendações do chefe ?

B: - Não, não ouvi; não me interessam estas recomendações, que

eu {
 imagino
 suponho
 calculo
 ? penso
 acredito
 creio
 considero
 tenho na conta de } arbitrárias.

Neste diálogo, o julgamento contido na resposta é, aparentemente um palpite, uma vez que se nega ter ouvido as recomendações do chefe. No entanto, os verbos considerar e ter na conta de não são estranhos neste contexto, o que nos leva a admitir que existe uma apreciação. E se existe apreciação, é porque há uma experiência de X com as recomendações do chefe.

Considerando-se melhor a resposta de B, constatamos que "não ouvir" tem, no caso de imaginar, supor, calcular, pensar, acreditar e crer, o significado de "não ter escutado fisicamente", enquanto que, no caso de considerar e ter na conta de, pode significar "não ter dado atenção", embora tenha ouvido. Neste último caso, o que se nega é portanto o interesse pelas recomendações, e não propriamente, o conhecimento destas recomendações.¹²

Dada a possibilidade destas duas leituras para não ouvir, compreende-se que os verbos do paradigma 1 escolham a primeira e os verbos do paradigma 2 escolham a segunda.

Que se considere agora:

A: Você ouviu as recomendações do chefe ?

B: Sim, ouvi; e não me interessam estas recomendações, que eu

{
 considero
 reputo
 tenho na conta de
 imagino
 suponho
 calculo
 creio
 acredito } arbitrárias.

Nas respostas que contém os verbos reputar e considerar, o sujeito do enunciado aprecia as recomendações do chefe, classificando-as como "arbitrárias"; nas respostas com os verbos imaginar, supor, calcular - se se imagina uma situação com a descrita em (40) - "arbitrárias" é como o sujeito do enunciado supõe que sejam estas recomendações. Quanto às duas últimas respostas, nestas, o sentido de crer e acreditar resvala para o de ter fé, dar crédito a.

Constata-se assim que, mediante apagamento de que cópula, os verbos imaginar, supor e calcular continuam a expressar sua posição, mas crer e acreditar, não necessariamente. O comportamento diferente destes últimos verbos não é, entretanto, determinado por esta construção sintática, pois conforme se viu em nota, eles podem, já na forma plena da completiva, ter o sentido de ter fé,

Este fato nos levaria a subcategorizar o paradigma 1, separando os verbos imaginar, supor e calcular dos verbos crer e acreditar. Os primeiros seriam tidos como verbos típicos de palpite, verdadeiros representantes da categoria; enquanto que os segundos seriam verbos que, além de admitirem uma leitura de palpite, admitem outra (tanto na forma plena, quanto na forma reduzida da completiva).

Sendo assim, quando se tratar de identificar o valor de achar num enunciado qualquer, além de usar os critérios que definidos como típicos de cada sentido do verbo (apagamento de que + cópula e substituição da cópula por "deve ser"), pode-se utilizar como teste paralelo, a substituição de achar por imaginar (verbo típico de suposição) ou por considerar (verbo típico de apreciação).

Há outro fato para apoiar a subcategorização dos verbos do paradigma de achar₁. Trata-se do comportamento destes dois gru

pos face à negação.

Pergunta-se: qual é a negação dos enunciados (41 a 46) ?

A negação de (41) é:

(41') É falso que eu creio que o livro é/seja caro. (ou "eu não creio que ...")

que significa: "Eu creio que o livro é barato/razoável", que é a mesma coisa que:

(41'') Eu creio que o livro não é caro.

A negação de (42) é:

(42') É falso que eu acredito que o livro é/seja caro. (ou " eu não acredito que ...")

também equivalente a:

(42'') Eu acredito que o livro não é caro.

E assim para os demais enunciados. O deslocamento da negativa da oração principal para a oração subordinada não parece ter consequências nítidas para o sentido dos enunciados; de tal forma, que podemos dizer que:

Eu não { creio
acredito
imagino
suponho
penso
calculo } que o livro é/seja caro.

é aproximadamente igual a:

Eu { creio
acredito
imagino
suponho
penso
calculo } que o livro não é/seja caro.

Estes enunciados se analisariam em:

PP : Eu não sei o preço do livro.

P : Para mim, é provável que o livro não seja caro.

Mas esta não é a única leitura para os enunciados (41'), (42'), etc. Há uma outra, que divide o paradigma em dois grupos; crer e acreditar, de um lado; e imaginar, supor, calcular, pensar, de outro.

Que se considere os enunciados:

- (60) Pedro não crê que o livro é caro. ¹³
- (61) Pedro não acredita que o livro é caro.
- (62) Pedro não imagina que o livro é caro.
- (63) Pedro não supõe que o livro é caro.
- (64) Pedro não pensa que o livro é caro.
- (65) Pedro não calcula que o livro é caro.

Crer e acreditar comportam, além de uma descrição como a de achar₁, uma outra na qual se tem como pressuposto que Y (uma pessoa qualquer) disse a X que R, e como posto que X não dá crédito a isto.

Para (60) e (61): PP: Diz-se a Pedro que o livro é caro.

P: Pedro não põe fé nisto.

Com a leitura de "por fé", a partícula de negação não pode estar indiferentemente ligada ao verbo da oração regente ou ao verbo da completiva, pois (60) e (61) são diferentes de: "Pedro acredita/crê que o livro não é caro", cuja descrição seria:

PP: Diz-se a Pedro que o livro não é caro.

P: Pedro põe fé nisto.

Agora observe que os enunciados com imaginar, supor, pen
sar e calcular, comportam, além de uma descrição em comum com crer
e acreditar, uma outra, em que se afirma o desconhecimento pelo su
jeito do enunciado do fato expresso na completiva. Ou seja:

PP : O livro é caro.

P : Pedro não está a par disto.

Este alheamento em relação ao fato pressuposto, é mais a
centuado quando a negativa é nem .

(62') Pedro nem imagina que o livro é caro.

(63') Pedro nem supõe que o livro é caro.

(64') Pedro nem pensa que o livro é caro.

(65') Pedro nem calcula que o livro é caro.

Resta-nos fazer uma observação final.

Todos os verbos aqui tratados se enquadram na definição,
dada por Ducrot, ~~de~~ verbos de opinião: são expressões verbais "qui
servent à rapporter l'attitude intellectuelle d'une personne (le
sujet de l'expression verbale) relativement à une représentation
donnée". ("La D.S. des Enoncés Français et la Notion de Pressupo-
sition").

O que fizemos foi mostrar que a atitude intelectual do su
jeito do enunciado pode ser mera suposição, ou pode ser uma avalia
ção.

Há verbos de opinião em que o sujeito da enunciação assu
me como verdadeiro o conteúdo da completiva; há verbos de opinião
em que não se especifica o valor verdade da completiva. Os verbos
de palpite e apreciação aqui estudados (menos imaginar, supor, pen
sar e calcular quando precedidos de negativa), estão neste último
caso, e se enquadram, como adiante se verá, na coluna 2 do quadro
II, pag. 132).

III. APRECIÇÃO EXPLÍCITA E APRECIÇÃO IMPLÍCITA

1. A apreciação veiculada pelos verbos achar₂, considerar, etc é uma apreciação explícita, isto é, posta pelo enunciado. Veremos agora que há alguns verbos cuja apreciação é implícita, ou melhor, pressuposta.

Há outro traço que distingue os verbos de apreciação já estudados dos que apresentaremos a seguir. A apreciação subjetiva presente nos enunciados que contém achar₂ e paradigma é atribuída:

- pelo sujeito da enunciação sempre que houver coincidência do sujeito da enunciação com o sujeito do enunciado (o que equivale a dizer: sempre que o enunciado é de primeira pessoa).
- pelo sujeito do enunciado, quando este não é igual ao sujeito da enunciação.

Os verbos de apreciação implícita que serão objeto de análise a seguir, pressupõem sempre uma apreciação do sujeito da enunciação, qualquer que seja o sujeito do enunciado.

Consideremos os enunciados:

- (66) O jornalista ousou publicar a notícia.
- (67) Os estudantes se atreveram a paralisar as aulas.
- (68) O médico se aventurou a fazer nova operação.
- (69) O reitor se dignou receber os alunos.

Os enunciados acima, ao mesmo tempo que informam que alguém é responsável pelo ato de:

- a) publicar a notícia.
- b) paralisar as aulas.
- c) fazer nova operação.
- d) receber os alunos.

veiculam uma apreciação do sujeito da enunciação sobre estes atos:

- a') publicar a notícia é uma ousadia.
- b') paralisar as aulas é atrevimento.
- c') fazer nova operação é uma aventura.
- d') receber os alunos é uma concessão.

Há, portanto, dois dados: atribuição de responsabilidade e apreciação do fato.

Eles não têm o mesmo estatuto no discurso: a negação e a interrogação, quando aplicadas aos enunciados acima, alteram somente o primeiro, mantendo o segundo.

- (66') O jornalista não ousou publicar a notícia.
- (66'') O jornalismo ousou publicar a notícia ?
- (67') Os estudantes não se atreveram a paralisar as aulas.
- (67'') Os estudantes se atreveram a paralisar as aulas ?
- (68') O médico não se aventurou a fazer nova operação.
- (68'') O médico se aventurou a fazer nova operação ?
- (69') O reitor não se dignou receber os alunos.
- (69'') O reitor se dignou receber os alunos ?

Verifiquemos agora o comportamento destes dados na progressão do discurso.

- (66) O jornalista ousou publicar a notícia. A publicação da notícia espantou a todos.
- (66') O jornalista não ousou publicar a notícia. A publicação da notícia teria espantado a todos.
- (67) Os estudantes se atreveram a paralisar as aulas. A paralisação das aulas surpreendeu os professores.
- (67') Os estudantes não se atreveram a paralisar as aulas. A paralisação das aulas teria surpreendido os professores.

- (68) O médico se aventurou a fazer nova operação. O sucesso da operação compensou o risco.
- (68') O médico não se aventurou a fazer nova operação. Ele foi sensato.
- (69) O reitor se dignou receber os alunos, porque se tratava de uma emergência.
- (69') O reitor não se dignou receber os alunos. Os alunos ficaram decepcionados.

Em (66, 66', 67 e 67'), o dado sobre o qual se faz a progressão do discurso é respectivamente o fato ou não do jornalista ter publicado a notícia, o fato ou não dos estudantes terem paralisado as aulas, conforme atesta a sua retomada no discurso, sob a forma de sequências nominalizadas. Estas sequências são o pressuposto do enunciado seguinte, isto é, o dado sobre o qual se coloca a informação propriamente nova do segundo enunciado. Ou seja:

(1) 1º enunciado

PP: Publicar a notícia é uma ou-sadia. (= a)

P: O jornalista publicou a no-
tícia. —————>

2º enunciado

PP: O jornalista publicou a notícia. (=1)

P: I surpreendeu a todos.

Como se vê, a fica exterior ao encadeamento.

O mesmo acontece com os outros enunciados.

Quanto à progressão de (68'), poder-se-ia argumentar que o comentário "ele foi sensato" não se liga somente ao fato do médico não ter feito a operação, mas ao fato do médico não ter feito uma operação que era considerada arriscada. Mas, neste caso, é possível mostrar, como faz Ducrot, que c' fornece somente o quadro no interior do qual se faz o raciocínio, não sendo por si, capaz

de provocar a conclusão "ele foi sensato". Esta conclusão decorre diretamente do fato do médico não ter feito a operação, e apenas indiretamente, do fato de ser arriscada. Ou seja:

PP: Dado que a operação era arriscada (hipótese na qual se raciocina).

P: o fato do médico não ter feito a operação. (hip. do raciocínio).

demonstra que ele é sensato (conclusão do raciocínio).

Tendo constatado que os critérios habituais para a identificação de pressupostos, retém os dados a', b', c' e d', podemos dizer que os verbos ousar, atrever-se, aventurar-se e dignar-se pressupõem uma apreciação subjetiva, em relação ao fato do qual se afirma explicitamente que alguém é responsável.

Chamando-se ao ato de A, e ao responsável por A de X, um enunciado da forma:

X { ousou
atreveu-se a
aventurou-se a
dignou-se } A .

pode ser descrito como se segue:

PP: A é um (a)	{ ousadia atreuimento aventura concessão }	.
P: X fez A.		

A apreciação é um dado implícito. ¹⁴

Consideremos agora o enunciado:

(70) O médico se aventurou ao fazer nova operação.

Este enunciado contém os mesmos dados que (68), só que os constituintes estão invertidos. Aplicando-se a negação e a interrogação verificar-se-á que o dado atingido por estas transformações é o de que fazer a operação é uma aventura, enquanto se mantém inalterado que o médico fez a operação.

(70') O médico não se aventurou ao fazer nova operação.

(70'') O médico se aventurou ao fazer nova operação ?

Observe que seria estranho tirar de (70') a conclusão que se tirou de (68'):

(70') * O médico não se aventurou ao fazer a nova operação. Ele foi sensato.

(70') parece mais fácil de conduzir a uma progressão do tipo: "A o peração não oferecia nenhum risco".

Pode-se assim, propor para (70) a seguinte descrição:

PP : X fez A . P : A é uma aventura.

A apreciação é, aqui, um dado explícito.

A explicitação deste dado é consequência da implicitação de outro e a implicitação da ação de A foi obtida com um simples acréscimo do artigo o em ao.

Os demais enunciados (assim como (68)), podem também ter a sua descrição invertida se se utiliza como recurso a nominalização, procedimento corrente para a introdução de pressupostos no discurso.

- (71) A publicação da notícia pelo jornalista é uma ousadia.
- (72) A paralisação das aulas pelos estudantes é um atrevimento.
- (73) A realização de nova operação (pelo médico) é uma aventura.
- (74) O recebimento dos alunos pelo reitor é uma concessão.

Verifica-se assim que os enunciados com ousar, atrever-se, aventurar-se e dignar-se têm uma contraparte de explicitação da apreciação, obtida através da nominalização do fato.

2. Consideremos agora a possibilidade dos enunciados (66), (67), (68) e (69) coocorrerem com o verbo achar.

- (75) Eu acho que o jornalista ousou publicar a notícia.
- (76) Eu acho que os estudantes se atreveram a paralisar as aulas.
- (77) Eu acho que o médico se aventurou a fazer nova operação.
- (78) Eu acho que o reitor se dignou receber os alunos.

Estes enunciados só são aceitáveis na leitura de achar que definimos como sendo palpite. Comprova-se isto quando se constata a possibilidade de substituir o verbo achar por um verbo do paradigma 1 e a impossibilidade de substituí-lo por um verbo do paradigma 2.

- (79) Eu penso que o jornalista ousou publicar a notícia.
- (80) Eu suponho que os estudantes se atreveram a paralisar as aulas.
- (81) Eu imagino que o médico se aventurou a fazer ~~nova~~ operação.
- (82) Eu creio que o reitor se dignou receber os alunos.

- (83) * Eu considero que o jornalista ousou publicar a notícia.
- (84) * Eu considero que os estudantes se atreveram a paralisar as aulas.
- (85) * Eu considero que o médico se aventurou a fazer nova operação.
- (86) * Eu considero que o reitor se dignou receber os alunos.

Os enunciados (75), (76), (77) e (78) tornam-se aceitáveis na leitura de achar_2 , se a apreciação subjetiva contida na completiva for explicitada por algum meio sintático.

- (75') Eu acho_2 que a publicação da notícia pelo jornalista é uma ousadia. 15
- (76') Eu acho_2 que a paralisação das aulas pelos estudantes é um atrevimento.
- (77') Eu acho_2 que a realização de nova operação é uma aventura.
- (78') Eu acho_2 que o recebimento dos alunos pelo reitor é uma concessão.

Isto nos leva a concluir que o emprego do verbo achar_2 exige que a completiva ponha e não somente pressuponha uma apreciação subjetiva.

Do ponto de vista de sua utilização no discurso, estas últimas frases são bem diferentes das primeiras.

(66), (67), (68) e (69), pondo a salvo de questionamento o dado que (75'), (76'), (77') e (78') anunciam explicitamente, tornam a apreciação mais difícil (mas não impossível) de ser contestada. Confronte-se:

- a) - O jornalista ousou publicar a notícia.
- Ora, publicar a notícia não é uma ousadia.
- b) - Os estudantes se atreveram a paralisar as aulas.
- Ora, isto não é atrevimento.
- c) - Eu acho que o fato do jornalista publicar a notícia uma ou sadia.
- Pois eu acho que não.
- d) - Eu acho que a paralisação das aulas foi um atrevimento.
- Na minha opinião isto não é atrevimento; mas uma forma de luta.

A contestação da apreciação nos diálogos c e d é, de certo modo prevista, porque o falante faz dela o objeto explícito do seu discurso. Em a e b não; apresentando a apreciação sob a forma de pressuposto o falante quer subtraí-la ao questionamento; por isto, a sua contestação é, não só inesperada, como também mais agressiva. Ela opera uma fragmentação no discurso, fragmentação que, se o interlocutor quiser evitar, deve se dispor a entrar no jogo do falante, aceitando os pressupostos que subjazem ao enunciado.

Na medida em que fornece as condições para o prosseguimento normal do discurso, o uso destes verbos está comprometido com uma função da linguagem que é a de impor certos conteúdos a aceitação pelo interlocutor.

Enunciados neutros, desvinculados desta intenção, são aqueles que colocam apenas o fato:

- (79) O jornalista publicou a notícia.
- (80) Os estudantes paralisaram as aulas.
- (81) O médico fez a operação.
- (82) O reitor recebeu os alunos.

ou aqueles que, no lugar dos verbos ousar, atrever-se, aventurar-se e dignar-se, têm outros, neutros quanto à introdução de pressupostos.

(83) O jornalista resolveu publicar a notícia.

(84) Os estudantes decidiram paralisar as aulas.

etc.

Reencontramos aqui o critério proposto para a identificação de um elemento. como introdutor de pressuposto, ou seja, eliminação do elemento suspeito e/ou confronto do enunciado em quesção com um enunciado que contém um verbo neutro quanto à introdução de pressuposto.

IV. DUPLA APRECIÇÃO: SUPERESTIMAR E SUBESTIMAR

Consideraremos agora os verbos superestimar e subestimar.

Estes verbos ¹⁶ são responsáveis pela expressão de duas apreciações, que podem ser consideradas o pressuposto e o posto dos enunciados que os contém.

Sejam os enunciados:

(85) O professor superestimou o trabalho do aluno.

(86) O professor subestimou o trabalho do aluno.

(87) Eu superestimei o trabalho do aluno.

(88) Eu subestimei o trabalho do aluno.

(85) e (86) afirmam que o professor julgou o trabalho do aluno mais/menos do que o trabalho, na opinião do falante, merecia. Neste caso, o verbo justapõe apreciações de sujeitos distintos: a do professor (sujeito do enunciado) e a do falante (sujeito da enunciação).

(87) e (88) deixam entender que o falante julgou o trabalho do aluno mais/menos do que este trabalho vale. Trata-se, neste caso, de uma variação, em dois instantes, da apreciação de uma mesma pessoa: o sujeito da enunciação. (através destas frases, o falante confessa que se enganou ao julgar o trabalho do aluno).

Chamando-se A ao trabalho do aluno, Y, ao valor atribuído a este trabalho, X e Z, aos autores da apreciação, propomos para os enunciados acima (e para os que têm a mesma forma), a seguinte descrição:

PP: Para Z, A é Y .

P: Para X, A é $\left\{ \begin{array}{c} + \\ - \end{array} \right\}$ que Y .

onde Z é o sujeito da enunciação e X é o sujeito da enunciação. Se o enunciado é da primeira pessoa, Z e X são a mesma pessoa.

Esta descrição se apóia, de maneira convergente, nos critérios que se prestam à identificação de pressupostos.

Aplicando-se a negação a (85) e (86), o que se nega é que o professor tenha julgado mais/menos do que o trabalho, na opinião do falante, merecia. Conserva-se deste modo, a indicação de que A tem, para o sujeito da enunciação, um valor.

(85') O professor não superestimou o trabalho.

(86') O professor não subestimou o trabalho.

Negando-se uma supervalorização, deixa-se em aberto duas interpretações: que o professor tenha sido ao trabalho o valor que o sujeito da enunciação crê que lhe seja devido (neste caso haveria uma convergência entre o julgamento do sujeito do enunciado e do sujeito da enunciação); que ele tenha atribuído ao trabalho um valor inferior ao considerado justo pelo falante.

Negando-se uma subestimação, deixa-se também em aberto duas possibilidades: que X tenha sido justo (de acordo com o que o sujeito da enunciação crê ser justo); que ele tenha julgado o trabalho valer de valor que o trabalho merece.

Efeito semelhante é produzido, quando se aplica a negação a (87) e (88): ela atinge somente o que apontou como posto.

A negação de (87) e (88):

(87') Ela não superestimou o trabalho do aluno.

(88') Ela não subestimou o trabalho do aluno.

é equivalente a:

- É falso que eu julguei o trabalho do aluno mais do que Y.
- É falso que eu julguei o trabalho do aluno menos do que Y.

que afirmam que não houve engano (ou pelo menos mudança) no julgamento do trabalho do aluno.

A interrogação também mantém inalterada a indicação de que A tem para o falante um valor Y.

Quando se pergunta:

(85'') O professor superestimou o trabalho do aluno ?

(86'') O professor subestimou o trabalho do aluno ?

toma-se como assente que o trabalho tem um valor, indagando-se apenas se o julgamento que lhe fez o professor está acima/abaixo do valor já conhecido do objeto.

(87) e (88) não se submetem ao critério da interrogação, por serem enunciados de primeira pessoa (a interrogação só tem sentido se for mesclada de exclamação: Eu superestimei/subestimei o trabalho do aluno?!).

Falta-nos mostrar que a apreciação pressuposta não está diretamente em jogo no encadeamento do discurso.

Sejam os enunciados:

(85''') O professor superestimou o trabalho do aluno. Ele foi generoso demais.

(86''') O professor subestimou o trabalho do aluno. Ele foi rigoroso demais.

(87''') Eu superestimei o trabalho do aluno. Fui cego!

(88''') Eu subestimei o trabalho do aluno. Fui cego!

Não se pode dizer que o pressuposto destes enunciados fica totalmente exterior ao comentário que se segue a eles. Ele serve para compor o quadro do raciocínio, no interior do qual uma indicação particular (o posto) provoca a conclusão. É o que se pode constatar nas paráfrases abaixo:

(85''') Dado que o trabalho vale Y (PP)
e que o professor julgou-o mais que Y (P),
ele foi generoso.

(86''') Dado que o trabalho vale Y (PP)
e que o professor julgou menos que Y (P),
ele foi rigoroso.

(87''') Dado que o trabalho vale Y
e que eu julguei mais que Y,
eu fui cego.

(88''') Dado que o trabalho vale Y
e que eu julguei menos que Y,
eu fui cego.

A variável Y pode, no andamento do discurso, se manter indefinida, sendo sempre compreendida como uma apreciação inferior ou superior à apreciação de X.

Mas, em alguns casos, o contexto anterior a explicita.

Por ex.:

(89) O trabalho do aluno era péssimo. O professor superestimou-o.

(90) O trabalho do aluno era ruim. O professor superestimou-o.

(91) O trabalho do aluno era regular. O professor superestimou-o.

Assumindo uma escala como:

+	ótimo
+	bom
+	regular
+	ruim
+	péssimo

as possibilidades lógicas para se falar em superestima são:

- a) o objeto valer péssimo e ser julgado um ou mais graus acima, isto é: ruim, regular, bom ou ótimo,
- b) o objeto valer ruim e ser julgado regular, bom ou ótimo.
- c) o objeto valer regular e ser julgado bom ou ótimo.
- d) o objeto valer bom e ser julgado ótimo.

a, b, e c são possibilidades que se realizam efetivamente, conforme se viu em (89), (90) e (91), mas é mais difícil de se aceitar uma sequência como:

(92) O trabalho do aluno era bom. O professor superestimou-o.

porque, à primeira vista, bom se nos afigura como o grau mais alto que pode ser aplicado a um objeto. No entanto, se se faz preceder bom do termo apenas (equivalente a "não mais que"), o interlocutor, entrevendo a possibilidade do grau ótimo, saberá onde situar a apreciação do sujeito do enunciado.

(93) O trabalho do aluno era apenas bom. O professor superestimou-o. (julgando-o ótimo).

Se isto ocorre com o verbo superestimar, temos razão para imaginar que também ocorre para o verbo subestimar, mas no sentido inverso, pois este indica movimento para o polo oposto ao indicado pelo verbo superestimar.

Considere agora os enunciados:

- (94) O professor superestimou o trabalho. Ele era, no máximo, regular.
- (95) O professor subestimou o trabalho. Ele era, no mínimo, regular.

Nestes enunciados a explicitação do julgamento do sujeito da enunciação é acompanhada por expressões que revelam uma tentativa do sujeito da enunciação de aproximar o seu julgamento do julgamento do sujeito do enunciado.

Em (94), sendo dado o conceito generoso do professor, o falante, que tem para o trabalho um conceito rigoroso, concede-lhe o grau regular, para não contrariar frontalmente a opinião do primeiro.

Em (95) o sujeito da enunciação concede, quem sabe, um grau a menos na sua apreciação, a fim de que seu juízo do trabalho não pareça, face ao rigor do professor, muito generoso.

Em ambos os casos temos diferenças de apreciação que se esforçam por não parecer muito distantes.

Observe que, se o falante for o autor do trabalho em questão, (94) tem toda a possibilidade de veicular um subentendido.

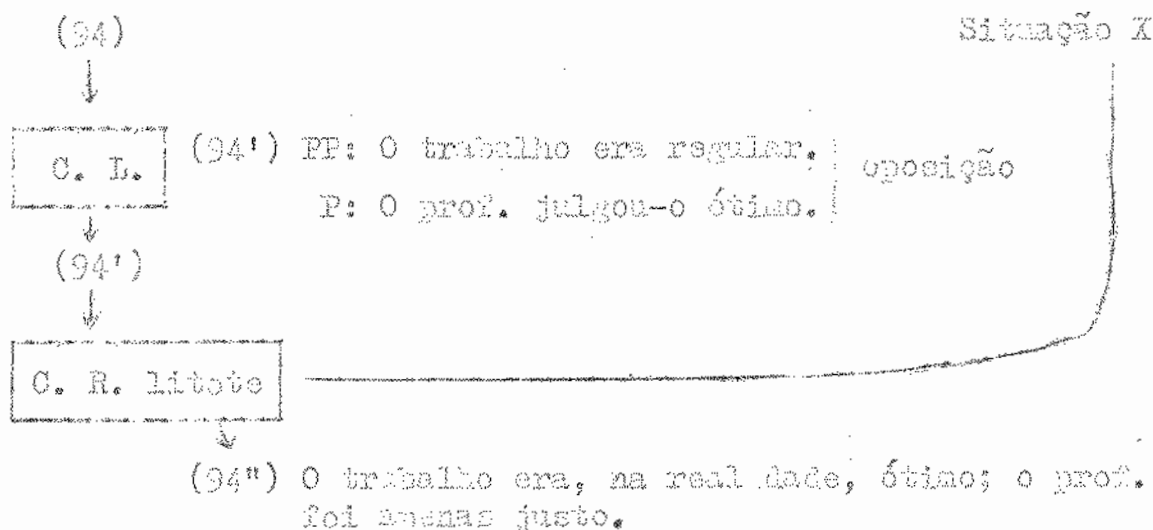
Imagine-se (94) como sendo o comentário que o autor do trabalho faz ao saber que este recebeu grau ótimo do professor. Nesta situação, este enunciado terá sido o enunciado mais fraco que o falante pode formular, sem dar a seus ouvintes a impressão

de vanglória. Mas ele não poderá evitar que seus ouvintes interpretem eufemisticamente o enunciado, tirando daí a significação:

(94") O professor foi apenas justo. O trabalho era, de fato, ótimo.

em vista da qual se acusa o autor de (94) de falsa modestia.

Assim, enquanto no significado literal há oposição, no sentido efetivo, de (94) teríamos adesão. Este movimento seria assim representado:



OBSERVAÇÃO: No decorrer deste capítulo, estivemos verificando a combinabilidade do verbo achar₂ com o tipo de completiva. Organizando agora as nossas observações, podemos dizer que este verbo ocorre, quando a completiva contém um traço de apreciação. Em outras palavras, achar₂ exige que a completiva exprima um julgamento de valor e não uma indicação factual.

Este julgamento de valor pode estar:

- a) no adjetivo. Ex: Eu acho (que) o livro (é) caro.
- b) em algum elemento do núcleo nominal do predicado da completiva, quando este é constituído por cópula + sintagma nominal. Ex: Eu acho (que) Pelé (é) o melhor jogador de futebol.
- c) no verbo da completiva, quando:
 - este põe e não cozente pressupõe uma apreciação. Ex: Eu acho que o médico se aventurou ao fazer a nova operação. Eu acho que o professor subestimou o trabalho do aluno.
 - este é semanticamente copulativo, podendo ser descrito como cópula + adjetivo. Ex: Eu acho que a fila diminui.
 - este é acompanhado do verbo dever, usado no sentido de obrigação, e não de probabilidade. Ex: Eu acho que Pedro deve partir. Eu acho que as crianças devem dormir cedo.

Quando a completiva não preenche nenhuma destas condições, e se temos um verbo achar como regente desta completiva, podemos levantar a hipótese de que se trata de achar₁ e não de achar₂.

NOTAS

1. O verbo julgar, ao contrário de achar, admite o verbo da completiva também no subjuntivo: Eu julgo que o novo carro seja caro.
2. Passaremos a trabalhar com o verbo achar, mas todas as observações feitas para estes verbos são pertinentes para o v. julgar.
3. A frase (6) torna-se aceitável, se for ampliada:
 (6') Sim, e eu acho que o carro deve ser caro para a maioria dos brasileiros. Neste enunciado o falante, ao invés de dar a sua opinião, aponta em seu lugar a da maioria dos brasileiros, fazendo-o sob a forma de palpite. Em outras palavras, caro é a apreciação que o sujeito da enunciação (= sujeito do enunciado), supõe, a título de palpite, que a maioria dos brasileiros fará quando souber o preço do carro. (este fato foi-nos apontado pelo prof. R. Ilari). É equivalente a:
 - A maioria dos brasileiros deve achar o carro caro.
 em que o palpite é marcado pelo morfema "deve" e a apreciação, pela forma reduzida da completiva.
 A representação do enunciado acima deveria portanto conter dois verbos achar:
 - Eu acho₁ que a maioria dos brasileiros acham₂ (que) o carro (é) caro.
4. Outro fato que pode servir para marcar a existência destes dois verbos é o seguinte:
 Quando se pede uma opinião sobre um fato passado, por ex.:
 - Que tal você achou o casamento?
 a resposta vem com achar no passado, se é apreciação:
 - Eu achei simples demais para a condição financeira dos noivos.
 e com achar no presente, se o interlocutor, não tendo tido experiência com o casamento, quer, apesar disto, dar a sua impressão:
 - Eu não assisti ao casamento, mas acho que deve ter sido simples, porque os noivos não são ricos.

5. Veja que se o falante der um palpite quando pode fazer uma apreciação (quando à pergunta: - O que você acha de caviar?, responde: Eu acho que deve ser bom), ele pode ser criticado por excessiva cautela, pois segundo a lei de exaustividade o falante é obrigado a dar o maior número possível de informações suscetíveis de interessar o interlocutor. Ora, a apreciação é sem dúvida, mais forte do que o palpite.

6. É preciso notar duas coisas a respeito das sequências b de II'. Por ex.: (18) e (21) serão consideradas normais:

1º) se ~~forem~~ empregadas numa situação em que se discute a conveniência ou não do prédio ser alto e a conveniência ou não do hotel oferecer conforto aos hóspedes. Neste caso deve ser é lido como tem de ser.

(18) b) Eu vi o prédio, (ele é baixo); e eu acho que ele deve ser alto.

(21) b) Eu conheço o hotel, (ele é desconfortável); e eu acho que ele deve ser confortável.

Não foi, evidentemente, este valor do verbo dever que le vamos em conta ao asteriscar as frases b de II'.

2º) ou se forem ampliadas (mesma observação feita para o enunciado (6), nota 3).

(18') b) Eu vi o prédio, e acho que ele deve ser alto para as pessoas que não podem subir escadas.

(21') b) Eu conheço o hotel, e acho que ele deve ser confortável para quem não faz grandes exigências.

Neste caso, o falante, ao invés de dar a sua apreciação, aponta, em seu lugar, a de outra pessoa, fazendo-o sob a forma de palpite. Os enunciados acima são equivalentes a:

- Eu vi o prédio, e acho que as pessoas que não podem subir escadas acham₂ que o prédio é alto.

- Eu conheço o hotel, e acho₁ que as pessoas pouco exigentes acham₂ que o hotel é confortável.

Através de (21'), o falante não formula explicitamente a sua apreciação, mas esta pode ser deduzida de (21') se se faz intervir a lei da exaustividade, ao nível do C.R.: "Eu, que sou mais exigente, acho o hotel desconfortável."

7. Alguns falantes usam o verbo da completiva no indicativo, outros no subjuntivo. Não há alteração no sentido.

8. Quando usado na forma plena da completiva, o verbo considerar pode admitir uma leitura em que o seu valor apreciativo se mescla com o de "levar em conta".

Ex.: Eu considero que o livro é útil, mas não o recomendo, por que é difícil.

Observe que se se apaga o complementizador e a cópula, fica eliminada a interpretação: considerar = levar em conta, restando apenas a apreciação.

Eu considero o livro útil, mas não o recomendo, porque é difícil.

9. Cumpre observar que as sequências a de (1) e (2) podem ter duas leituras:

Se o acento recai sobre o verbo:

(1) (2) a) Eu não sei o preço do livro, mas eu { creio / acredito } que o livro é caro.

temos uma leitura em que crer e acreditar são sinônimos de dar crédito a, ter fé. Neste caso, (1) e (2) pressuporiam que alguém disse a X que o livro é caro, e poriam que X põe fé nisto. (para dar crédito a uma afirmação anterior, o sujeito do enunciado não precisa, conforme mostra o contexto, nem saber o preço do livro).

A outra leitura é aquela em que crer e acreditar são iguais a achar. Neste caso, arrisca-se um palpite, uma vez que não se conhece o preço do livro.

Esta última leitura não pode, evidentemente, ser encontrada em b, mas a primeira sim, pois se se pode conceber uma situação em que X dá crédito a uma informação sem ter conhecimento da propriedade do objeto envolvida na apreciação, é muito mais fácil conceber uma situação em que X dá crédito a um dado que ele próprio conhece.

Com esta leitura (1) b e (2) b são aceitáveis. O asterisco que precede estas sequências deve, portanto, ser entendido como marcando a inaceitabilidade destas frases na leitura em que crer e acreditar são iguais a imaginar.

10. A ressalva se justifica em função do verbo considerar, cujo uso mais generalizado é com a completiva reduzida.

11. É interessante observar que verbos que não são normalmente de apreciação podem se tornar verbos de apreciação quando precedidos de como.

O ministro definiu/classificou como prematura esta medida.
O professor admitiu/aceitou/reconheceu como injusta a medida.

12. É possível ter-se uma terceira interpretação para a resposta de B. Pode-se entender que este, apesar de não ter ouvido as recomendações do chefe, se dispõe a um juízo valorativo, por que sabe, de antemão, que todas as recomendações do chefe são arbitrárias.

13. Foi preciso alterar o sujeito dos enunciados a fim de evitar frases estranhas: Eu não imagino que o livro é caro.

Eu não suponho que o livro é caro.

A inaceitabilidade das frases acima se explica pela contradição entre pressuposto e posto; o desconhecimento de R é posto por um sujeito que é, coincidentemente, o mesmo que assume R como verdadeiro. Esta incoerência só se anula, quando:

- se altera o sujeito do enunciado (como em (62), (63), (64) (65)).

- se altera o tempo do verbo: Eu não imaginava que o livro era caro.

(neste enunciado o sujeito da enunciação assume hoje (momento da enunciação) que R é verdadeiro, e afirma que desconhecia R num momento anterior ao da enunciação).

14. Ao lado dos verbos ousar, atrever-se, aventurar-se e dignar-se, há construções com substantivos que parecem permitir a mesma análise:

- Ele me fez a gentileza de ceder o lugar no ônibus.
- Ele teve a ousadia de me pedir ajuda.
- João teve a ingenuidade de propor casamento a Maria.
- Ele abriu mão da honra de ser recebido pelo presidente.

PP: A é uma gentileza/ousadia/ingenuidade/honra.

P: X fez (não fez) A.

Confronte-se agora com:

- Ele foi gentil ao me ceder o lugar no ônibus.
- Ele foi ousado ao me pedir dinheiro.
- João foi ingênuo ao propor casamento a Maria.
- Ele foi despretensioso ao abrir mão da possibilidade de ser recebido pelo presidente.

que se deixam analisar como:

PP: X fez (ou deixou de fazer) A.

P: A é uma gentileza/ousadia/ingenuidade/honra.

15. Que se trata do achar₂ prova-o, não só o fato de poder ser su-
bstituído por considerar, mas também a possibilidade de contrair
a completiva.

Eu acho uma ousadia a publicação da notícia pelo jorna-
lista.

Eu acho um atrevimento a paralisação das aulas pelos es-
tudentes.

etc.

16. É também o caso do verbo menosprezar.

VERBOS DE OPINIÃO

Neste capítulo analisamos enunciados que têm a forma:

X que R

onde X é o sujeito do verbo que rege a completiva iniciada por que. Estes enunciados servem para informar o destinatário, da atitude de X (que será em nossos exemplos, diferente de "eu") em relação a R.

Consideremos os enunciados:

- (1) Os psicólogos descobriram que 2/3 da população de S.P. é neurótica.
- (2) Os psicólogos afirmam que 2/3 da população de S.P. é neurótica.

A diferença entre os enunciados acima tem a ver com o valor de verdade do conteúdo expresso na completiva: neurossa de 2/3 da população de S.P.

Em (1), este dado é assumido como uma verdade de que se anuncia a descoberta pelos psicólogos; é pressuposto pelo enunciado, e, como tal, aparece como impossível de ser colocado em dúvida. Veja que a interrogação e a negação deixam inalterado este dado, recaindo somente sobre a atitude do sujeito do enunciado em relação a ele.

- (1') Os psicólogos descobriram que 2/3 da população de S.P. é neurótica?
- (1'') Os psicólogos não descobriram que 2/3 da população de S.P. é neurótica.

Em (2) a indicação de que 2/3 da população de S.P. é neurótica não é dada como verdadeira, mas apresentada como sendo a o-

pinhão dos psicólogos. Esta opinião pode se afigurar ao interlocutor como uma prova de que este dado é verdadeiro, mas o sujeito da enunciação não o assume como tal. Sendo simplesmente afirmado como sendo a opinião dos psicólogos, o dado de que $2/3$ da população de S.P. é neurótica está menos a salvo de contestação em (2) do que em (1).

Veja que, ao contrário de (1), a interrogação e a negação não deixam subsistir a indicação de que a neurose de $2/3$ da população de S.P. é um fato.

(2') Os psicólogos afirmam que $2/3$ da população de S.P. é neurótica?

(2'') Os psicólogos não afirmam que $2/3$ da população de S.P. é neurótica.

Consideremos agora os enunciados:

(3) Os economistas inventaram que o país está em crise.

(4) Os economistas informaram que o país está em crise.

(3) e (4) são diferentes entre si no mesmo sentido apontado para os enunciados anteriores. No caso de (3), toma-se como incontestável que é falso que o país está em crise (FP), anunciando-se que os economistas agiram de modo contrário ao que se esperava (P). No segundo caso, a afirmação sobre a crise do país é algo que os economistas dão a conhecer, mas cujo valor de verdade não é afirmado pelo enunciado.

A única diferença entre os pares de enunciados (1)/(2), (3)/(4), está no verbo. Conclui-se, portanto, que este é o elemento responsável pela pressuposição nos enunciados (1) e (3).

Apresentando estes enunciados, nosso objetivo foi ilustrar o fato de que existem verbos (como descobrir e inventar), que,

seguidos de uma completiva iniciada por que, pressupõem a verdade ou a falsidade do conteúdo desta completiva; e que existem verbos (como afirmar e divulgar) que não fixam valor de verdade à completiva.

Ocupar-nos-emos a seguir do campo semântico constituído pelos verbos que, pressupondo ou não valor de verdade da completiva, anunciam a atitude intelectual de uma pessoa (sujeito do enunciado) relativamente ao conteúdo da completiva. Ducrot chama a estes verbos "verbos de opinião". (La D.S. des Énoncés Français et la Notion de Présupposition).

I. VERBOS QUE PRESSUPÕEM A VERDADE DA COMPLETIVA.

1. Para uniformizar a apresentação dos verbos introdutórios da verdade da completiva, resolvemos que a oração completiva destes verbos será sempre: "os alunos colam/colaram" e o sujeito do verbo, "o professor".

Consideremos os enunciados:

1. a. (5) O professor sabe que os alunos colam.
- (6) O professor adivinhou que os alunos colaram.
- (7) O professor descobriu que os alunos colaram.
- (8) O professor percebeu que os alunos colaram.
- (9) O professor entendeu que os alunos colaram.
- (10) O professor compreendeu que os alunos colaram.

Em todos os enunciados acima a verdade de R é pressuposta. A evidência em que nos baseamos para afirmar isto são os testes sintáticos que definem formalmente o pressuposto.

Veja que a interrogação e a negação, aplicada aos enunciados (5 a 10), conservam o dado "os alunos colam/os alunos colaram", alterando somente a afirmação de que o professor está/estava ciente disto.

- (5') O prof. sabe que os alunos colam?
- (6') O prof. adivinhou que os alunos colaram ? ¹
- (7') O prof. descobriu que os alunos colaram ?
- (8') O prof. percebeu que os alunos colaram ?
- (9') O prof. entendeu que os alunos colaram ?
- (10') O prof. compreendeu que os alunos colaram ?

PP: Os alunos colam/colaram.

P: O prof. tomou conhecimento disto ?

- (5'') O prof. não sabe que os alunos colam.
 (6'') O prof. não adivinhou que os alunos colaram.
 (7'') O prof. não descobriu que os alunos colaram.
 (8'') O prof. não percebeu que os alunos colaram.
 (9'') O prof. não entendeu que os alunos colaram.
 (10'') O prof. não compreendeu que os alunos colaram.

PP: Os alunos colam/colaram.

P: O prof. não tomou conhecimento disto.

Para ~~constatar~~ observe agora, os enunciados:

1. b. (11) O professor concluiu que os alunos colaram.
 (12) O professor deduziu que os alunos colaram.
 (13) O professor persuadiu-se de que os alunos colaram.
 (14) O professor convenceu-se de que os alunos colaram.
 (15) O professor certificou-se de que os alunos colaram.
 (16) O professor cismou que os alunos colaram.
 (17) O professor aprendeu que os alunos colam.²

Destes enunciados não se segue que é verdade que os alunos colaram/colam, tampouco que é falso que os alunos colaram/colam. Conforme prova a aplicação da interrogação, não há nenhum elemento mantido (= pressuposto), quando os enunciados (11 a 17) são interrogados.

- (11') O prof. concluiu que os alunos colaram?
 (12') O prof. deduziu que os alunos colaram?
 (13') O prof. persuadiu-se de que os alunos colaram?
 (14') O prof. convenceu-se de que os alunos colaram?
 (15') O prof. certificou-se de que os alunos colaram?
 (16') O prof. cismou que os alunos colaram?
 (17') O prof. aprendeu que os alunos colam?

PP: ----

P: O prof. pôs na mente que os alunos colaram/colam?

A negação não dá, entretanto, resultados tão nítidos:

- (11'') O prof. não concluiu que os alunos colaram.
- (12'') O prof. não deduziu que os alunos colaram.
- (13'') O prof. não se persuadiu de que os alunos colaram.
- (14'') O prof. não se convenceu de que os alunos colaram.
- (15'') O prof. não se certificou de que os alunos colaram.
- (16'') O prof. não cismou que os alunos colaram.
- (17'') O prof. não aprendeu que os alunos colam.

Dos enunciados acima (13'') e (14'') parecem indicar que o falante se responsabiliza pela verdade do fato expresso na completiva. Se isto é verdade, as sequências abaixo deveriam ser estranhas, pois teríamos discursos cujos pressupostos se contradizem.

- (13''') O prof. não se persuadiu de que os alunos colaram; ele se persuadiu de que os alunos não colaram.
- (14''') O prof. não se convenceu de que os alunos colaram; ao contrário, ele se convenceu de que os alunos não colaram.

No entanto, (13''') e (14''') não são inaceitáveis; confronte-se, por exemplo, com:

- (5''') * O prof. não sabe que os alunos colam; o prof. sabe que os alunos não colam.
- (6''') * O prof. não adivinhou que os alunos colaram; o prof. a divinhou que os alunos não colaram.

sequências realmente inaceitáveis, porque o pressuposto da primeira frase está em contradição com o pressuposto da segunda frase.³

Se (13''') e (14''') não se comportam da mesma maneira que outros enunciados que introduzem a verdade da completiva, po-

demo_s concluir que os verbos persuadir-se e convencer-se não intro_{duzem} pressupostos, pertencendo ao mesmo grupo que os verbos con-
cluir, deduzir, etc.

1^o. Há uma regra geral do discurso, segundo a qual é con-
siderado normal repetir-se um elemento semântico presente num dis-
curso anterior, desde que seja sobre a forma de pressuposto ("Dire
et ne pas Dire", pag. 88). Assim, seriam considerados normais os
discursos:

- Os alunos colam, e o prof. sabe que os alunos colam (ou "sabe
disto").
- Os alunos colaram; o prof. descobriu isto assim que começou a
corrigir as provas.

ou

- Os alunos colam, e o prof. não sabe disto.
- Os alunos colaram e o prof. nem descobriu que os alunos colaram.

Por outro lado, são consideradas estranhas as sequências
em que o pressuposto de um enunciado anterior aparece na continua-
ção do discurso, sob a forma de posto. Ex:

- (18) * O prof. sabe que os alunos colam; e, de fato, os alunos
colam.
- (19) * O prof. descobriu que os alunos colaram; e, de fato, os a
lunos colaram.
- (20) * O prof. adivinhou que os alunos colaram; e, de fato, os a
lunos colaram.
- (21) * O prof. percebeu que os alunos colaram; e, de fato, os a-
lunos colaram.
- (22) * O prof. entendeu que os alunos colaram; e, de fato, os a-
lunos colaram.
- (23) * O prof. compreendeu que os alunos colaram; e, de fato, os
alunos colaram.

Os enunciados (11 a 17), uma vez que não especificam o valor de verdade da completiva, podem ser continuados pela afirmação da verdade de R, sem que se constate anomalia.

- (24) O prof. concluiu que os alunos colaram; e, de fato, os alunos colaram.
- (25) O prof. deduziu que os alunos colaram; e, de fato, os alunos colaram.
- (26) O prof. persuadiu-se de que os alunos colaram; e, de fato, os alunos colaram.
- (27) O prof. convenceu-se de que os alunos colaram; e, de fato, os alunos colaram.
- (28) O prof. certificou-se de que os alunos colaram; e, de fato, os alunos colaram.
- (29) O prof. cismou que os alunos colaram; e, de fato, os alunos colaram.
- (30) O prof. aprendeu que os alunos colam; e, de fato, os alunos colam.

Os enunciados acima são equivalentes a:

- (24') O prof. concluiu, acertadamente, que os alunos colaram.
 - (25') O prof. deduziu, acertadamente, que os alunos colaram.
 - (26') O prof. persuadiu-se, com razão, de que os alunos colaram.
 - (27') O prof. convenceu-se, com razão, de que os alunos colaram.
- etc.

Mediante o uso das expressões "acertadamente" ou "com razão", os verbos concluir, deduzir, persuadir-se, convencer-se, etc, tornaram-se introdutores da verdade da completiva. Isto nos leva a concluir que a inclusão de um verbo na classe dos verbos que pressupõem a verdade de R, não é função apenas do verbo, mas de outros elementos que podem estar presentes na frase.

Observe agora que, da mesma maneira que não admitem reiteração do pressuposto no prosseguimento do discurso, os enunciados (5 a 10) rejeitam uma continuação do discurso que estabeleça uma contradição com seus pressupostos.

- (31) * O prof. sabe que os alunos colam, mas os alunos não colam.
- (32) * O prof. descobriu que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (33) * O prof. adivinhou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram
- (34) * O prof. percebeu que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (35) * O prof. entendeu que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (36) * O prof. compreendeu que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.

A mesma progressão não determina contradição, se os verbos não especificam o valor de verdade da completiva:

- (37) O professor concluiu que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (38) O prof. deduziu que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (39) O prof. persuadiu-se de que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (40) O prof. convenceu-se de que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (41) O prof. certificou-se de que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (42) O prof. cismou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (43) O prof. aprendeu que os alunos colam, mas os alunos não colam.

Estas frases expressam uma diferença de opiniões: a do sujeito do enunciado (contida no primeiro enunciado) e a do sujeito da enunciação (contida no segundo enunciado), diferença esta que pode ser expressa num único enunciado, se se faz preceder os verbos acima da palavra "erradamente" ou da expressão "sem nenhuma razão".

- (37') O prof. concluiu erradamente que os alunos colaram.
 - (38') O prof. deduziu erradamente que os alunos colaram.
 - (39') O prof. persuadiu-se, sem nenhuma razão, de que os alunos colaram.
 - (40') O prof. convenceu-se, sem nenhuma razão, de que os alunos colaram.
 - (41') O prof. certificou-se, erradamente, de que os alunos colaram.
 - (42') O prof. sem nenhuma razão cismou que os alunos colaram.
- etc.

Estas palavras, cujo papel é conferir valor de verdade à completiva, são marcas da divergência do sujeito da enunciação em relação à opinião do sujeito do enunciado.

Tendo constatado que os verbos agrupados em l. a. se comportam diferentemente dos verbos agrupados em l. b. quanto ao encadeamento do discurso, podemos tomar este fato como mais uma evidência de que os verbos concluir, deduzir, persuadir-se, convencer-se, certificar-se, cismar e aprender não pertencem a mesma classe dos verbos saber, adivinhar, descobrir, perceber, entender, compreender, porque os primeiros não pré-supõem o valor de verdade da completiva. No entanto, estes verbos podem ser aproximados por um traço que têm em comum: ambos põem que o sujeito do enunciado se põs a par de um fato.

Numa fórmula geral, isto poderia ser expresso assim:

X se põe a par de R.

4

Os verbos do grupo 1. a., conteriam um dado a mais:

Dado R, X se põe a par de R.

enquanto que os verbos do grupo 1. b., estariam adequadamente descritos, pela fórmula anterior. ⁵

2. Consideremos agora os enunciados:

2. a. (44) O professor escondeu que os alunos colaram.
 (45) O professor revelou que os alunos colaram.
2. b. (46) O professor provou que os alunos colaram.
 (47) O professor demonstrou que os alunos colaram.
 (48) O professor divulgou que os alunos colaram.
 (49) O professor disse que os alunos colaram.
 (50) O professor afirmou que os alunos colaram.
 (51) O professor informou que os alunos colaram.
 (52) O professor explicou que os alunos colaram.
 (53) O professor negou que os alunos tivessem colado.
 (54) O professor insinuou que os alunos colaram.
 (55) O professor alegou que os alunos colaram.
 (56) O professor argumentou que os alunos colaram.
 (57) O professor garantiu que os alunos colaram.
 (58) O professor jurou que os alunos colaram.
 (59) O professor insistiu (em dizer) que os alunos colaram.

Estes enunciados estão agrupados por uma característica comum: todos eles expressam que o sujeito do enunciado quis (ou não quis) colocar alguém a corrente do fato expresso na completiva. Uma evidência disto, é o fato de que todos eles admitem um complemento indireto:

- O prof. escondeu dos pais que os alunos colaram.
 - O prof. provou aos pais que os alunos colaram.
 - O prof. disse aos pais que os alunos colaram.
 - O prof. jurou ao diretor que os alunos colaram.
- etc.

Uma análise em pressuposição revelará, entretanto, que os dois primeiros são diferentes dos demais. Note que a interrogação e a negação de (44) e (45) deixam subsistir a indicação "é verdade que os alunos colaram", ao lado da interrogação e negação da atitude do professor em relação ao fato.

(44') O prof. escondeu que os alunos colaram ?

(45') O prof. revelou que os alunos colaram ? ⁶

PP: Os alunos colaram.

P: O prof. (não) disse que os alunos colaram ?

(44'') É falso que o prof. escondeu que os alunos colaram.

(45'') É falso que o prof. revelou q e os alunos colaram.

PP: Os alunos colaram.

P: É falso que o prof. (não) disse que os alunos colaram.

Quanto aos outros enunciados, a aplicação da interrogação e da negação não destaca dois conteúdos. Se às vezes temos a impressão de que alguns destes enunciados se deixam decompor em dois

conteúdos (verdade de R e atitude de informação de X), ele é decorrente não do verbo, mas da interferência do conhecimento que o ouvinte tem do valor de verdade da completiva (variável impossível de ser controlada).

Diante deste fato, poder-se-ia pensar que a mesma variável estivesse intervindo em (44) e (45). Sendo assim, mostraremos por outros caminhos que os enunciados 2. a. são diferentes dos de mais.

Que se observe o uso que se faz de esconder e negar (para tomar um verbo representativo de dada classe), numa conversa entre A e B sobre a atitude de uma terceira pessoa (Pedro) em relação a um fato.

Consideremos inicialmente:

1ª) A: - Pedro escondeu de sua mulher que perdeu no jogo.

B: - Mas Pedro não perdeu no jogo!

Este diálogo revela que o interlocutor não está de acordo com um fato que, sob a forma implícita, está lhe sendo informado por A, isto é, que é verdade que Pedro perdeu no jogo. Com a contestação de B, fica suspensa a conclusão fácil de ser retirada por ouvintes imaginários deste diálogo, isto é, que Pedro está em ganhando a mulher.

Consideremos agora:

2ª) A: - Pedro negou que tivesse perdido no jogo.

B: - É de fato, Pedro não perdeu no jogo.

Dizendo "Pedro negou que tivesse perdido no jogo", A se limita a dizer o que Pedro disse quanto ao jogo, não se manifestando, ele próprio, quanto à verdade ou falsidade do fato. Em vis

ta disto, sua fala pode sugerir aos ouvintes, tanto que Pedro perdeu no jogo, quanto que Pedro não perdeu no jogo. A fala de B é uma tentativa de afastar a primeira destas interpretações.

Em ambos os diálogos a resposta de B é uma reação ao que o ato de fala de A deixa implícito sobre a conduta de Pedro. Só que, enquanto no primeiro caso esta reação é sobre algo que está contido literalmente no enunciado, no segundo caso esta se faz sobre uma conclusão que depende exclusivamente de B, o qual interpreta a fala de A como uma insinuação.

→ Observe que no segundo caso, é possível ao falante recusar a responsabilidade de ter dito que Pedro perdeu no jogo, dizendo:

A: - Eu não disse que Pedro perdeu no jogo; eu disse que Pedro disse que não perdeu no jogo.

→ No primeiro diálogo, a situação é outra. A não pode se esquivar da acusação de B, porque o dado que é contestado pertence ao significado literal do enunciado, estando irremediavelmente comprometido com a escolha que ele fez da forma verbal.

Em outras palavras, no caso de esconder, o dado que provoca a contestação de B é um implícito do tipo pressuposto; no caso de negar, o dado que provoca a contestação de B é um implícito do tipo subentendido. Para a depreensão do primeiro não é necessário que o interlocutor desenvolva nenhum raciocínio extralinguístico, basta que ele conheça o significado do verbo.

2'. Vimos atrás, que quando um verbo é introdutor da verdade da completiva, a negação deste dado num mesmo ato de fala determina um enunciado inaceitável, tal não ocorrendo quando o verbo não especifica o valor de verdade da completiva. Isto também se

verifica para os enunciados (44 a 59).

- (60) * O professor escondeu que os alunos colaram, mas eles não colaram.
- (61) * O prof. revelou que os alunos colaram, mas eles não colaram.
- (62) O prof. provou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (63) O prof. demonstrou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (64) O prof. divulgou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (65) O prof. disse que os alunos colaram, mas os alunos não co-laram.
- (66) O prof. afirmou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (67) O prof. informou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (68) O prof. explicou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (69) O prof. negou que os alunos tivessem colado, mas os alunos colaram.
- (70) O prof. insinuou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (71) O prof. alegou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (72) O prof. argumentou que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (73) O prof. garantiu que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (74) O prof. jurou que os alunos colaram, mas os alunos não co-laram.
- (75) O prof. insistiu (em dizer) que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.

As frases (60) e (61) são estranhas, (62) e (63) não são de todo aceitáveis ⁷, as demais são perfeitas. Nestas últimas, o

que existe é a afirmação de uma incompatibilidade de opiniões (a do professor e a do sujeito da enunciação), incompatibilidade que, em alguns casos, pode ser expressa nos limites de um só enunciado, se o verbo for seguido das expressões "sem nenhuma razão" ou "erradamente". Ex.:

(65') O prof. disse, sem nenhuma razão, que os alunos colaram.

(66') O prof. afirmou, erradamente, que os alunos colaram.

(71') O prof. alegou, sem nenhuma razão, que os alunos colaram.

Vimos também que um enunciado não pode apresentar como posto um dado que foi pressuposto na frase anterior. Isto se confirma somente para os enunciados (44) e (45).

(76) * O prof. escondeu que os alunos colaram e, de fato, os alunos colaram.

(77) * O prof. revelou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

(78) O prof. provou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

(79) O prof. demonstrou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

(80) O prof. divulgou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

(81) O prof. disse que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

(82) O prof. afirmou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

(83) O prof. informou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

(84) O prof. explicou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

(85) O prof. negou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos não colaram.

(86) O prof. insinuou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.

- (87) O professor alegou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.
- (88) O professor argumentou que os alunos colaram, o, de fato, os alunos colaram.
- (89) O professor garantiu que os alunos colaram, o, de fato, os alunos colaram.
- (90) O professor jurou que os alunos colaram, e, de fato, os alunos colaram.
- (91) O professor insistiu (em dizer) que os alunos colaram, o, de fato, os alunos colaram.

A partir destas evidências, podemos afirmar que:

- esconder e revelar são verbos que pressupõem a verdade da completiva, pondo uma atitude do sujeito do enunciado em relação a este dado.
- dizer, afirmar, informar, explicar, negar, alegar, etc, são verbos que não especificam o valor de verdade da completiva, pondo uma atitude do sujeito do enunciado em relação a este dado.

A atitude posta por estes dois grupos de enunciados é "grosso modo" a mesma:

X (não) faz com que Y esteja a par de R.

onde Y é uma pessoa diferente de X. Acrescentando um elemento à fórmula acima, temos a descrição adequada aos verbos esconder e revelar.

Dado R, X (não) faz com que Y esteja a par de R.

3. Até aqui, identificamos como introdutores da verdade da completiva, os verbos abaixo:

1. a. saber

adivinhar

descobrir

perceber

compreender

entender

2. a. esconder

revelar

Nosso procedimento foi a comparação destes verbos com outros que não especificam o valor de verdade da completiva, mas que têm em comum com os primeiros o mesmo posto.

Os paradigmas acima se distinguem pelo posto: os verbos do 1. a. põem que o sujeito do enunciado está a par de R, os verbos do segundo paradigma põem que o sujeito do enunciado tem (ou não, no caso do esconder) algum outro indivíduo ciente de que o sujeito está ciente. De uma forma ou de outra, estes verbos (salvo esconder) põem o conhecimento de R, sendo pressuposta a verdade de R.

Veremos agora que há verbos que põem o desconhecimento da verdade da completiva.

3. (92) O professor ignora que os alunos colam.

(93) O professor desconhece que os alunos colam.

Tais enunciados afirmam que o sujeito do enunciado não sabe que R, R sendo verdadeiro. Estes dois elementos são, respectivamente, o posto e o pressuposto dos enunciados; prova-se a interrogação e a negação, que alteram o primeiro, conservando o segundo.

(92') O prof. ignora que os alunos colam?

(93') O prof. desconhece que os alunos colam?

PP: Os alunos colam.

P: O prof. não está a par disto?

(92") O prof. não ignora que os alunos colam.

(93") O prof. não desconhece que os alunos colam.

PP: Os alunos colam.

P: O prof. sabe disto.

Como se vê pela decomposição dos enunciados (92") e (93"), não ignorar e não desconhecer são sinônimos de saber e conhecer. As duas negações presentes em "não ignorar" e "não desconhecer" são equivalentes a uma afirmação, ou seja: $\sim \sim Q = Q$.

Qualquer dos verbos de conhecimento pode, quando negado, integrar este paradigma, o que é natural, porque, de acordo com a lei da negação (que serve para definir formalmente o pressuposto), a negação de um enunciado comporta os mesmos pressupostos que o enunciado afirmativo que lhe é correspondente. Ex:

(5") O prof. não sabe que os alunos colam.

PP: Os alunos colam.

P: O prof. não está a par disto.

(6") O prof. não adivinhou que os alunos colam.

PP: Os alunos colam.

P: O prof. não está a par disto.

(7") O prof. não descobriu que os alunos colam.

PP: Os alunos colam.

P: O prof. não está a par disto.

etc.

Há, entretanto, alguns verbos, que não indicam conhecimento, o que podem, numa leitura atenta do ponto de vista da intenção, expressar desconhecimento, quando precedidos de negati-
va não. Trata-se, conforme se viu na página 77, dos verbos: pen-
sar, imaginar, supor e calcular.

- (94) O prof. não pensa que nós temos provas para fazer a semana inteira.
- (95) O prof. não imagina que nós temos provas para fazer a semana inteira.
- (96) O prof. não supõe que nós temos provas para fazer a semana inteira.
- (97) O prof. não calcula que nós temos provas para fazer a semana inteira.

Quando a negativa é non, a afirmação de desconhecimento da verdade de R é ainda mais nítida.

3. (98) O prof. non pensa que os alunos colam.
- (99) O prof. non imagina que os alunos colam.
- (100) O prof. non supõe que os alunos colam.
- (101) O prof. non calcula que os alunos colam.

Nas frases acima o fato do sujeito de enunciado não estar a corrente de R não depende de sua verdade, enquanto que para (94) e para uma leitura de (92) e (93), pode-se entender que X mantém em relação a R uma atitude de desconhecimento que é intencional. Isto quer dizer, se se tomar, por exemplo, o caso de (92) e (93), que o professor, embora sabendo que os alunos colam, assume em relação ao fato uma atitude oficial de desconhecimento.

Seu dar conta desse fato, poderíamos propor para os verbos agrupados em 3, a seguinte descrição:

Dado R, X não está a par de R.

Mas para dar conta do fato de que o desconhecimento é involuntário no caso de non pensar, non imaginar, non supor, non calcular, e de uma leitura possível para ignorar e desconhecer; e que o desconhecimento é voluntário no caso de uma leitura possível para ignorar e desconhecer, seria preciso introduzir a seguinte especificação:

Dado R, X não conhece R, independentemente de sua vontade.

Dado R, X não quer conhecer R.

4. Consideremos agora os enunciados:

(102) O professor compreende que os alunos colam.

(103) O professor entende que os alunos colam.

ao lado de:

4. a. (104) O professor compreende que os alunos colem.

(105) O professor entende que os alunos colem.

Em (102) e (103) se fala de um professor que toma conhecimento da verdade de R, por suas próprias experiências ou indiretamente, através, por exemplo, do que dizem seus colegas. Em (104) e (105) se fala de um professor que, diante da verdade de R^8 , tem em relação a isto uma atitude compreensiva. Estes enunciados difererem, portanto, quanto ao posto.

Uma vez que a única diferença entre os enunciados acima é o modo do verbo da completiva (indicativo no primeiro caso e subjuntivo no segundo caso), pode-se concluir que, quando se trata dos verbos compreender e entender, o modo verbal é que determina o posto do enunciado.

O sintagma "os alunos" pode ter duas leituras em (104) e (105): ele pode se referir tanto a determinados alunos, como aos alunos em geral.

Feita esta observação, vejamos o que acontece quando estes enunciados são continuados da maneira como se segue:

- (106) O prof. compreende que os alunos colem, mas os alunos não colam.
- (107) O prof. entende que os alunos colem, mas os alunos não colam.

Estas frases são inaceitáveis para uma leitura em que se tem determinante genérico nas duas partes dos enunciados, pois neste caso estabelece-se contradição entre o pressuposto da primeira parte do enunciado, que é sobre os alunos em geral, e a continuação do enunciado, que diz respeito a alunos em particular; mas não o seriam numa leitura equivalente a:

- (106') O prof. compreende que os alunos colem, mas seus alunos não colam.
- (107') O prof. entende que os alunos colem, mas seus alunos não colam.

4'. Consideraremos agora, outros verbos que, tal como os verbos compreender e entender (seguidos de um verbo no subjuntivo), expressam atitude concessiva. Trata-se de: permitir, consentir, aceitar, admitir e tolerar.

4. b. (108) O professor permite que os alunos colem.
- (109) O professor consente que os alunos colem.
- (110) O professor aceita que os alunos colem.
- (111) O professor admite que os alunos colem.
- (112) O professor tolera que os alunos colem.

Estes enunciados não parecem dizer que é verdade que os alunos colam, mas que: - se eles colam,

- o professor não se importa.

Teríamos assim uma hipótese mais uma afirmação.

Dado que o verbo está no presente, poder-se-ia pensar que a hipótese contida nos enunciados, teria sido produzida pela transformação de um pressuposto, transformação devida ao tempo omnipresente. Para verificá-lo, podemos passar os enunciados acima para o tempo passado.

- (113) O prof. permitiu que os alunos colassem.
- (114) O prof. consentiu que os alunos colassem.
- (115) O prof. aceitou que os alunos colassem.
- (116) O prof. admitiu que os alunos colassem.
- (117) O prof. tolerou que os alunos colassem. ⁹

Submetendo estes enunciados aos testes de que dispomos, verificamos que a interrogação não deixa subsistir nenhuma indicação; tampouco a negação.

- (113') O prof. permitiu que os alunos colassem ?
- (114') O prof. consentiu que os alunos colassem ?
- (115') O prof. aceitou que os alunos colassem ?
- (116') O prof. admitiu que os alunos colassem ?
- (117') O prof. tolerou que os alunos colassem ?

- (113'') O prof. não permitiu que os alunos colassem.
- (114'') O prof. não consentiu que os alunos colassem.
- (115'') O prof. não aceitou que os alunos colassem.
- (116'') O prof. não admitiu que os alunos colassem.
- (117'') O prof. não tolerou que os alunos colassem.

Dado que os enunciados acima nada afirmam sobre a verda-de ou falsidade da completiva, estes podem ser continuados pela afirmação ou negação de R, sem se ter frases anômalas.

- (118) O prof. permitiu que os alunos colassem, e, de fato, os alunos colaram.
- (119) O prof. consentiu que os alunos colassem, e, de fato, os alunos colaram.
- (120) O prof. aceitou que os alunos colassem, e, de fato, os alunos colaram.
- (121) O prof. admitiu que os alunos colassem, e, de fato, os alunos colaram.
- (122) O prof. tolerou que os alunos colassem, e, de fato, os alunos colaram.
- (123) O prof. permitiu que os alunos colassem, mas os alunos não colaram.
- (124) O prof. consentiu que os alunos colassem, mas os alunos não colaram.
- (125) O prof. aceitou que os alunos colassem, mas os alunos não colaram.
- (126) O prof. admitiu que os alunos colassem, mas os alunos não colaram.
- (127) O prof. tolerou que os alunos colassem, mas os alunos não colaram.

O que é interessante observar no conjunto 4.b. é que a ocorrência dos sintagmas com razão e acertadamente não confere, como nos casos de 1.b e 2.b., valor de verdade para a completiva, recaiando sobre o posto dos enunciados.

- (128) O prof. permitiu acertadamente, que os alunos colassem.
- (129) O prof. consentiu acertadamente, que os alunos colassem.
- (130) O prof. admitiu, acertadamente, que os alunos colassem.

P: A atitude do prof. concedendo aos alunos o direito de colar é acertada.

Consideremos os enunciados 4.a e 4.b quando o sujeito do verbo regente é "eu" e o sujeito da completiva, "você".

- Eu entendo que você cola.
- Eu compreendo que você cola.
- Eu permito que você cola.
- Eu consinto que você cola.
- Eu admito que você cola.
- Eu tolero que você cola.

Verificamos que os dois primeiros enunciados apenas informam de uma atitude concessiva; os outros enunciados fazem mais, eles realizam a ação expressa pelo verbo. O sujeito do enunciado faz o que diz fazer. Estes últimos são performativos, enquanto os primeiros não o são (supondo-se que "Eu permito que você cola" seja pronunciada pelo professor a seus alunos, estes sentir-se-ão liberados para colar).

Enquanto os dois primeiros podem ser traduzidos por:

Na minha opinião, é compreensível que os alunos colam.

os demais enunciados poderiam ser traduzidos por:

Com a minha autorização, você pode colar.

4^a. Os verbos que estamos descrevendo exprimem uma atitude concessiva do sujeito do enunciado face ao conteúdo da completiva, mas somente compreender e entender (com o verbo da completiva no subj.) pressupõem a verdade da completiva, podendo ser descritos da seguinte maneira:

Dado R, X manifesta a opinião de que R é normal.

Antes de passar a um novo grupo de verbos, queremos fazer uma observação acerca dos verbos admitir e aceitar.

Estes são os únicos verbos do paradigma 4.b, que admitem o verbo da completiva também no indicativo.

(131) O professor admitiu que os alunos calaram.

(132) O professor aceitou que os alunos calaram.

Quando isto acontece, admitir e aceitar podem ter outro valor. Neste caso, eles indicam uma concessão relativa, não propriamente ao conteúdo expresso pela completiva, mas a um ato de enunciação previamente acontecido. Nos enunciados acima, o que se admite e aceita, não é o fato dos alunos calarem, mas a enunciação do fato por uma pessoa qualquer. Observe que o sujeito do enunciado pode estar inclusive em desacordo com o fato expresso na completiva.

→ (133) Embora não acreditasse que os alunos tivessem calado nas provas, o professor admitiu que os alunos calaram só para não prosseguir na discussão com o diretor.

Diante deste fato, seria possível propor para (131) e (132), a seguinte descrição:

→ PP: Y afirmou que os alunos calaram.

P: X está de acordo com Y.

Seios assim, levados a distinguir, dois empregos dos verbos admitir e aceitar:

- - o primeiro, cujo traço característico é o verbo da completiva no subjuntivo, põe uma atitude concessiva em relação ao fato indicado pela completiva.
- o segundo, cujo traço característico é o verbo da completiva no indicativo, põe uma atitude de concessão de X à afirmação (por um locutor diferente) do fato expresso na completiva.

5. Consideremos agora os enunciados:

5.1. (134) O prof. lamentou que os alunos tivessem colado.

6.1. (135) O prof. admirou-se de que os alunos tivessem colado.

(136) O prof. estranhou que os alunos tivessem colado.

(137) O prof. se surpreendeu com o fato de que os alunos colaram.

(138) O prof. se espantou com o fato de que os alunos colaram.

Todos os enunciados acima pressupõem a verdade do fato expresso pela completiva. Como prova disto, veja que este dado é negativo quando os enunciados são interrogativos ou negações.

(134') O prof. lamentou que os alunos tivessem colado?

FF: Os alunos colaram.

P: O prof. manifestou a opinião de que isso fosse lamentável?

(135') O prof. admirou-se de que os alunos tivessem colado?

(136') O prof. estranhou que os alunos tivessem colado?

(137') O prof. se surpreendeu com o fato de que os alunos colaram?

(138') O prof. se espantou com o fato de que os alunos colaram?

FF: Os alunos colaram.

P: O prof. manifestou a opinião de que isso fosse anormal?

(134'') O prof. não lamentou que os alunos tivessem colado.

FF: Os alunos colaram.

P: O prof. não manifestou a opinião de que isso fosse lamentável.

- (135") O prof. não se admirou de que os alunos tivessem colado.
- (136") O prof. não estranhou que os alunos tivessem colado.
- (137") O prof. não se surpreendeu com o fato de que os alunos colaram.
- (138") O prof. não se espantou com o fato de que os alunos colaram.
- PF: Os alunos colaram.
- F: O prof. não manifestou a opinião de que isto fosse anormal.

Nenhuma das enunciações que estamos analisando é aceitável quando se faz segui-las da negação de R. Sendo incompatíveis com "não R", as enunciações (134 a 138) revelam que o dado de que R é verdadeiro é um conteúdo da significação literal destes enunciações.

- (139) *O prof. lamentou que os alunos tivessem colado, mas os alunos não colaram.
- (140) *O prof. admirou-se de que os alunos tivessem colado, mas os alunos não colaram.
- (141) *O prof. se surpreendeu com o fato de que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (142) *O prof. se espantou com o fato de que os alunos colaram, mas os alunos não colaram.
- (143) *O prof. estranhou que os alunos tivessem colado, mas os alunos não colaram.

São também estranhas as enunciações (134 a 138) quando se faz segui-las da afirmação de que R é verdadeiro.

- (144) *O prof. lamentou que os alunos tivessem colado, e, de fato, os alunos colaram.
- (145) *O prof. admirou-se de que os alunos tivessem colado, e, de fato, os alunos colaram.

(146) *O prof. afirma que os alunos tiveram, e, de fato, os alunos tiveram.

(147) *O prof. se surpreendeu com o fato de que os alunos coloridos, e, de fato, os alunos coloridos.

(148) *O prof. se surpreendeu com o fato de que os alunos coloridos, e, de fato, os alunos coloridos.

Observe agora, que os enunciados foram:

5.ª (149) O professor se queixa de que os alunos coloridos.
(150) O professor reclama que os alunos coloridos.

nenhuma das proposições acima consideradas corretas:

(151) O prof. se queixa de que os alunos coloridos, e, de fato, os alunos coloridos.

(152) O prof. reclama que os alunos coloridos, e, de fato, os alunos coloridos.

(153) O prof. se queixa de que os alunos coloridos, mas os alunos não coloridos.

(154) O prof. reclama que os alunos coloridos, mas os alunos não coloridos.

O que nos leva a dizer que estes dois verbos, ao contrário de lamentar, não introduzem o inverso do conteúdo da proposição. Enquanto reclamar/queixar-se de N significa "afirmar N ou o contrário de N", lamentar significa "afirmar N ou o contrário de N".

Agora, observe que (151)/(152) e (153)/(154) têm a mesma estrutura:

(151) O prof. se queixa, com razão, de que os alunos coloridos.
(152) O prof. reclama, com razão, de que os alunos coloridos.
(153) O prof. se queixa, sem razão, de que os alunos coloridos.
(154) O prof. reclama, sem razão, de que os alunos coloridos.

enunciados que especificam o valor de verdade da completiva. As partículas com razão e sem razão têm, como em 1.b e 2.b o efeito de dotar a passagem de um enunciado do paradigma dos que não especificam o valor de verdade da completiva para o paradigma daqueles que especificam.

Vimos atrás (pag. 124) que um enunciado com entender ou compreender (+ subjuntivo) pode ser parafraaseado por:

Na opinião de X, é compreensível que R.

Paralelamente, enunciados com lamentar e admirar-se/estranhar/surpreender-se/espantar-se podem ser traduzidos por:

Na opinião de X, é lamentável que R.

Na opinião de X, é de admirar que R.

estranho

espantoso

Os verbos analisados neste parágrafo podem ser separados em duas classes, de acordo com a atitude do sujeito do enunciado, veiculada no posto.

Lamentar, queixar-se, e reclamar são verbos que põem uma atitude negativa do sujeito do enunciado em relação a R, isto é :

X manifesta a opinião de que R é lamentável.

Como queixar-se e reclamar não fixam o valor de verdade da completiva, eles podem ser descritos pela fórmula acima; o verbo lamentar, entretanto, exigiria uma descrição que evidenciasse o pressuposto:

Dado R, X manifesta a opinião de que R é lamentável.

Admirar-se, estranhar, surpreender-se e assustar são verbos que põem uma atitude de surpresa em relação à verdade de R. Atribuímos-lhe a seguinte descrição:

Dado R, X manifesta a opinião de que R não é normal.

Apresentamos a seguir o quadro dos verbos que pressupõe a verdade da completiva, classificados pelo posto.

Quadro I

P: atitude PP: verdade de R	de conhecimento de R		de desconhecimento de R	concessiva em relação a R	negativa em relação a R	de surpresa em relação a R
	pelo suj. do enunciado	por outrem				
Descrição	Dado R, X se põe a par de R.	Dado R, X não faz com que Y se ponha a par de R.	Dado R, X não se põe a par de R.	Dado R, X afirma que R é normal	Dado R, X afirma que R é ruim	Dado R, X afirma que R não é normal
Verbos	saber adivinhar descobrir perceber entender } + I compreender	esconder revelar	ignorar desconhecer nem pensar nem imaginar nem supor nem calcular	{ entender compreender } + S.	lamentar	admirar-se estranhar surpreender-se espantar

Eis agora o quadro dos verbos que pressupõem a verdade da completiva, ao lado dos verbos neutros quanto à verdade de R.

Quadro II

P \ PP	PP	verdade da completiva	-----
Atitude de conhecimento	do suj. do enunciado	saber adivinhar descobrir perceber {compreender} entender} + I	concluir deduzir persuadir-se certificar-se cismar aprender
	de outrem	esconder revelar	dizer afirmar provar demonstrar informar explicar negar alegar argumentar garantir insinuar jurar insistir
Atitude de desconhecimento		ignorar desconhecer nem pensar nem imaginar nem supor nem calcular	
Atitude concessiva		{entender compreender} + S	permitir consentir aceitar admitir tolerar
Atitude negativa		lamentar	reclamar queixar-se
Atitude de surpresa		admirar-se estranhar surpreender-se espantar-se	

OBS.: os verbos de palpite e apreciação analisados no capítulo 2 caberiam na coluna 2 do quadro acima, pois não especificam o valor de verdade da completiva.

II. VERBOS QUE PRESSUPÕEM A FALSIDADE DA COMPLETIVA

Consideremos os enunciados abaixo:

- (155) Ele inventou que era repórter.
- (156) Ele fingiu que era repórter.
- (157) Ele acreditou que Pedro era repórter.
- (158) Ele imagina que Pedro é repórter.

A primeira vista, todos eles parecem introduzir a falsidade da completiva. Destes, entretanto, somente os **dois** primeiros são, de fato, introdutores da falsidade de R.

Para chegar a esta conclusão, valêmo-nos do teste que consiste em prosseguir o enunciado com a negação do elemento que se crê pressuposto, ou seja, a falsidade de "ele não era/é repórter". (a negação de uma negação é equivalente a uma afirmação)

- (155') * Ele inventou que era repórter, e de fato era repórter.
- (156') * Ele fingiu que era repórter, e de fato era repórter.
- (157') Ele acreditou que Pedro era repórter, e de fato Pedro era repórter.
- (158') Ele imagina que Pedro é repórter, e, de fato, Pedro é repórter.

As sequências que são aceitáveis revelam que nada é pressuposto pelos enunciados (157) e (158), enquanto que a contradição existente nas sequências (155') e (156'), revelam que o dado "ele não era repórter" é um conteúdo do significado literal de (155) e (156).

Conclui-se pois, que inventar e fingir são verbos que pressupõem a falsidade da completiva, pondo sobre ela a atitude contrária do sujeito do enunciado a ~R. Poderiam ser descritos da seguinte maneira:

Dado R, X age como se R fosse falso.

e compor o seguinte quadro:

Quadro 3

P atitude PP falsidade de R	contrária à esperada para R
Descrição	Dado R, X age como se R fosse falso.
Verbos	inventar fingir

Queremos agora apresentar dois verbos que, ao contrário dos anteriores, põem a falsidade da completiva.

Trata-se dos verbos impedir e evitar.¹⁰

(159) Ele impediu que a criança caísse.

(160) Ele evitou que a criança caísse.

Estes enunciados informam que a criança não caiu, mas este fato é afirmado (=P) e não pressuposto pelo enunciado. O pressuposto que (159) e (160) parecem veicular é o de que a criança corria o risco de cair.

(159') Ele impediu que a criança caísse ?

(160') Ele evitou que a criança caísse ?

PP: A criança corria o risco de cair.

P: Ele fez com que a criança não caísse ?

(159'') Ele não impediu que a criança caísse.

(160'') Ele não evitou que a criança caísse.

PP: A criança corria o risco de cair.

P: É falso que ele fez com que a criança não caísse.

Antes de concluir esta parte, quaremos referir um recurso comum para introdução da falsidade de um dado: trata-se do emprego do verbo da oração principal no futuro do pretérito, seguido de um se (= caso, na hipótese em que). A sentença introduzida por este se não é, entretanto, uma completiva.

Com este recurso, todos os verbos da coluna "verdade da completiva" no quadro II tornam-se introdutórios da falsidade da oração iniciada por se. Ex:

- O prof. saberia se os alunos colassem.
- O prof. ignoraria se os alunos colassem.
- O prof. compreenderia se os alunos colassem.
- O prof. lamentaria se os alunos colassem.
- O prof. estranharia se os alunos colassem.

PP: Os alunos não colam.

P: O prof. teria uma atitude X na hipótese contrária a R.

Esta propriedade entretanto não é exclusiva dos verbos que introduzem a verdade da completiva. Veja que na coluna dos verbos que não têm pressuposto (quadro II), há verbos que podem sofrer esta transformação.

- O prof. deduziria se os alunos colassem.
- O prof. diria se os alunos colassem.
- O prof. informaria se os alunos colassem.
- O prof. aceitaria se os alunos colassem.
- O prof. toleraria se os alunos colassem.

PP: Os alunos não colam. (=R)

P: O prof. teria uma atitude X na hipótese contrária a R.

Logo, este fato sintático não é uma evidência para apoiar a existência dos dois paradigmas semânticos.

A propósito de correlação semântico-sintática, lembremos aqui que Kiparsky (Fact, 1968) mostra que verbos que pressupõem a verdade da completiva respondem a certas propriedades sintáticas, a que os verbos que não pressupõem a verdade da completiva não respondem. Entre elas, está a de que somente os primeiros admitem o sintagma "o fato".

Verificando a adequação da relação:

Verbos que pressupõem a verdade da completiva $\longrightarrow$ o fato.

Verbos que não pressupõem a verdade da compl. $\longrightarrow$ ----

para os fatos do português, constatamos que todos os verbos que pressupõem a verdade da completiva, admitem (com maior ou menor naturalidade) o sintagma "o fato". Ex:

- O professor sabe do fato de que os alunos colam.
- O professor descobriu o fato de que os alunos colam.
- O professor ignorou o fato de que os alunos colam.
- O professor compreende o fato de que os alunos colam.
- O professor estranha o fato de que os alunos colam.
- O professor lamenta o fato de que os alunos colam.

Mas alguns verbos que não têm pressuposto admitem também este sintagma, Ex:

- O professor admitiu o fato de que os alunos colam.
- O professor alegou o fato de que os alunos colam.

Nestes casos, os enunciados passam a pressupor a verdade da completiva, mas o responsável pela pressuposição não é o verbo, mas o sintagma "o fato".

NOTAS

1. Este verbo pressupõe que o sujeito do enunciado estava tentando conhecer R. No conhecimento afirmado por (6) existe, pois, um traço [+ vontade], que não existe em saber, descobrir, etc. Para comprovar isto, veja que é estranho dizer:

*Ele adivinhou contra sua vontade, que os alunos colam.

2. Há uma diferença entre os verbos aprender e compreender/entender que talvez fique melhor definida com outros exemplos.

Em (1):

(1) Os jovens de hoje aprendem que a velocidade é estimulante.

o sujeito da enunciação não se responsabiliza pelo conteúdo da completiva. A verdade desta não é pressuposta; prova-o o fato do enunciado poder ser continuado pela negação de R, sem que acha contradição.

(1') Os jovens de hoje aprendem que a velocidade é estimulante, mas a velocidade não é estimulante.

Quando se substitui o verbo aprender por compreender ou entender, o sujeito da enunciação se torna responsável pela verdade de R.

(2) Os jovens compreendem/entendem que a velocidade é estimulante.

Haverá contradição se o enunciado for continuado pela afirmação oposta.

(2')* Os jovens compreendem que a velocidade é estimulante, mas a velocidade não é estimulante.

Uma objeção poderia ser levantada. A de que o ~~verbo~~ entender, que estamos tratando ao lado de compreender, não é estranho no contexto acima.

(2'') Os jovens entendem que a velocidade é estimulante, mas a velocidade não é estimulante.

Quando isto acontece, a leitura que tem este verbo não é a que estamos considerando, mas a que se apontou no capítulo 3: entender = ser da opinião de, julgar.

Há, portanto, pelo menos, dois valores para o verbo entender. A pontâmo-los abaixo, em frases que não admitem ambiguidades:

(3) Conversei com Pedrinho, e ele entendeu que não podia tomar três sorvetes de uma só vez.

(4) Conversei com o pai de Pedrinho sobre o comportamento de seu filho na sorveteria, e ele entendeu que eu estava querendo crixioar o filho.

Em (3) entender se substitui por compreender, em (4) entender se substitui por pensar, julgar.

3. (13''') passa a ser aceitável se a primeira completiva não for exatamente o oposto da segunda completiva.
 - O prof. não sabe que os alunos colam; ele sabe que os alunos não estudam para as provas.

4. Reconhecemos que a expressão escolhida "por-se a par de" não é perfeitamente adequada, porque já é, em si mesma, introdutora da verdade de R. Todas as expressões alternativas ofereciam, porém, o mesmo problema. Cf: tomar conhecimento de, estar ciente de, etc.

5. Há naturalmente, diferenças de sentido entre os verbos assim descritos, mas são diferenças das quais a análise em pressuposição não dá conta.

6. O verbo revelar, além de pressupor que R é verdadeiro, pressupõe que R é um dado desconhecido até o momento da enunciação. (este fato que foi-nos apontado pelo prof. C.Vogt).

Que se pense num enunciado como:

- Maria revelou que o autor da brincadeira foi Pedro.

Se já era conhecido dos ouvintes que foi Pedro quem fez a brincadeira, estes podem desqualificar o ato de fala que consiste em pressupô-lo, condenando o mau uso que o falante faz da forma linguística responsável pela pressuposição:

- Mas todos já sabiam que o autor da brincadeira foi Pedro. Não houve nenhuma "revelação".

7. Este fato poderia nos levar a suspeitar da não inclusão dos ver bos provar e demonstrar ao lado de esconder e revelar.

Quando entretanto, se buscam novos exemplos, verificamos que estes verbos se comportam como os verbos dizer, afirmar, sendo apenas mais fortes do que estes, porque significam: afirmar, dando provas.

- Na sessão anterior, o promotor provou que o réu era criminoso, mas o réu não é criminoso.

- Baseado na astronomia da época, Ptolomeu provou que o sol gira em torno da terra, mas o sol não gira em torno da terra.

8. Que a verdade de R é pressuposta em (104) e (105), pode-se prová-lo não só pela negação e interrogação, (que deixam invariante este dado), mas também através da seguinte situação.

Suponhamos um contexto em que um professor (=A) está convencido ou quer dar a impressão de que está convencido de que um aluno (=B) colou nas provas. Para subtrair este dado à contestação, A toma-o como pressuposto, fazendo de outro dado, o objeto explícito do discurso.

- Eu entendo que você tenha colado, lamento apenas que você tenha feito isto logo no final do curso ...

Se não é verdade o fato de que B colou, compreende-se que um tal discurso deva exasperar B, pois A vai colocando o fato de que B colou, como uma evidência que nem precisaria ser mencionada. Note que, se B quiser se defender, estabelecer-se-á um discurso polêmico.

9. O verbo tolerar é diferente dos demais.

Enquanto permitir, consentir e admitir nada afirmam quanto à predisposição do sujeito da enunciação em aceitar R, tolerar afirma, sob o modo implícito, que esta aceitação é considerada inadmissível para o falante.

Quando se pergunta:

- O prof. tolerou que os alunos colassem ?

indaga-se se o professor admitiu um fato que é, para o sujeito da enunciação, intolerável.

10. Estes dois verbos não são verbos de opinião no mesmo sentido que os demais. Enquanto os verbos que tratamos sobre a esta designação indicam tanto a opinião do sujeito da enunciação quanto do sujeito do enunciado, evitar e impedir indicam somente a opinião do sujeito da enunciação.

PRESSUPOSIÇÃO COM O VERBO TER

Analisaremos neste capítulo, verbos que comportam uma descrição em pressuposto e posto, cujo núcleo de significação é o verbo ter.

1. Consideremos o enunciado:

(1) Pedro conserva o dinamismo da juventude.

O enunciado acima nos informa de duas coisas:

- a) Pedro era dinâmico quando jovem.
- b) Pedro é dinâmico agora (quando já não é mais jovem).

a é pressuposto e b é posto. Prova-o o fato de que a não é atingido pela interrogação e negação de (1).

(1') Pedro conserva o dinamismo da juventude?

= Dado que Pedro era dinâmico quando jovem, quero saber se ele é dinâmico atualmente.

(1'') Pedro não conserva o dinamismo da juventude (Pedro perdeu o dinamismo da juventude).

= Pedro, que era dinâmico quando jovem, agora não é mais dinâmico.

Uma continuação polêmica de (1) contestaria a indicação a:

(2) Mas Pedro nunca foi dinâmico!

Uma continuação não polêmica, iria, ao contrário, na direção de que se apontou como posto, isto é, na direção de b.

(3) Porque pratica esportes regularmente.

2. Existe no enunciado (1) dois tempos - T_1 e T_2 - em que se atribui ao sujeito (= X) uma qualidade Y.

T_1 se aplica a "quando jovem", T_2 se aplica a "agora", que pode ser lido como "quando não jovem".

3. Consideremos agora um enunciado que contém um verbo semanticamente mais simples que conservar.

(4) Pedro tem o dinamismo da juventude.

Este enunciado, ao contrário de (1), não nos informa que o sujeito não é mais jovem: pode-se perfeitamente entender que ele é jovem. A dupla indicação temporal constatada em (1) desaparece em (4).

Assim, dado que, com a substituição do verbo conservar por ter se perde um elemento do conteúdo semântico do enunciado - a indicação T_1 e T_2 - estamos autorizados a dizer que o verbo é o elemento responsável pela complexidade do enunciado (1), a qual pode ser indicada na seguinte descrição:

X conserva Y.
PP: X tinha Y em T_1 .
P: X tem Y em T_2 .

4. Considerando-se o enunciado (4) verificamos que, independentemente do verbo, este enunciado se analisa em presuposto e posto, pois a sequência "o dinamismo da juventude" introduz o pressuposto de que a juventude é dinâmica. Assim, (4) se decompõe em:

PP: A juventude é dinâmica.

P: Pedro possui esta qualidade.

Consideremos agora este enunciado acrescido do termo ainda.

(6) Ele ainda tem o dinamismo da juventude.

Aplicando-se os critérios sintéticos conhecidos para a identificação de pressupostos, veremos reaparecer a mesma indicacão temporal necessária para a descrição do enunciado (1).

Quando se interroga (6)

(6') Ele ainda tem o dinamismo da juventude?

mantém-se que ele era dinâmico num tempo anterior ao da enunciaçãõ, perguntando-se apenas se atualmente ele tem a mesma qualidade.

Quando se nega (6)

(6'') E' falso que ele ainda tem o dinamismo da juventude.

não se nega que ele era dinâmico no passado, mas somente que ele possui esta qualidade agora.

O encadeamento abaixo:

(6''') Ele ainda tem o dinamismo da juventude. E' um exemplo a ser seguido por todos.

liga-se à qualidade atribuída a X em T_2 e não em T_1 .

Assim, na medida em que ter + ainda recobre a mesma descrição de conservar, podemos considerar esta locução como o exato equivalente sintático do verbo em apreço.

Note que o verbo conservar se aproxima do verbo continuar no sentido de que ambos são responsáveis por uma dupla indicacão temporal, indicacão esta que, na tradução destes verbos por expressões equivalentes, se localiza no termo ainda, com as

as formas: conservar $\rightarrow$ ainda ter.

continuar $\rightarrow$ ainda ser.

5. Até aqui mostramos que o verbo conservar e a locução ter + ainda, numa estrutura como a do (1), têm a seguinte descrição: PP: X tinha Y em T_1 .

P: X tem Y em T_2 .

Vimos também que um enunciado, distinto de (1) e (6) apenas pela existência (em lugar de "conservar" e "ter ainda"), de um verbo neutro quanto à função de introdução do pressuposto, ainda pode ter um pressuposto, que é a indicação de uma qualidade peculiar da juventude.

Se identificamos a sequência Nome + Sintagma Preposicional como responsável pelo pressuposto de (4), e se esta sequência está presente em (1) e em (6), deveríamos esperar encontrar esta pressuposição nestes enunciados.

Tal é o caso de quando se lê "a juventude" como "os jovens". Não foi entretanto, esta a interpretação que demos quando analisamos o enunciado (1); nesta, a qualidade dinamismo se aplicou à juventude do sujeito do enunciado.

Pode-se então dizer que a sequência "dinamismo da juventude" é, no enunciado (1), ambígua: numa leitura (interpretação a) a juventude de que se fala é a de Pedro, noutra (interpretação b), é a dos jovens em geral, que é atribuída a Pedro.

Nesta segunda interpretação, o dinamismo de Pedro não é localizado num tempo definido como o da sua juventude, mas é preciso indicar que ele tinha em tempo anterior esta qualidade, porque uma descrição que se contentasse com as indicações:

PP: Os jovens são dinâmicos.

P: Pedro tem esta qualidade.

estaria ignorando uma informação trazida pelo verbo conservar. Conforme se viu no parágrafo 4, a descrição acima é atualizada por um enunciado com o verbo ter, e não com o verbo conservar.

Para ser adequada ao enunciado (1), interpretação b, a decomposição deve ser:

PP: Os jovens são dinâmicos. Ele tinha dinamismo (ou ele era dinâmico).

P: Ele tem dinamismo. (ou ele é dinâmico).¹

Nesta caso, dois são os elementos introdutórios do pressupostos: - a sequência Nome + S. Prep., que remete a uma sentença genérica: "os jovens são dinâmicos".

- o verbo conservar que indica que X tinha uma qualidade Y num tempo anterior.

6. Observe finalmente que o enunciado:

(1) Pedro conserva o dinamismo da juventude.

pode ter uma outra leitura, que se aplica à seguinte situação: "Pedro é um líder, um guia entre os jovens; embora já não seja mais jovem, ele incentiva, promove, alimenta o dinamismo da juventude."

Neste caso, o verbo conservar não introduz nenhum pressuposto, tendo um significado diferente daquele que assinalamos no parágrafo 2, pois agora o sujeito do enunciado não é o agente da preservação em si de uma qualidade, mas aquele que faz com que algo se preserve nos outros. Com esta interpretação, o enunciado (1) se analisa em:

PP: Os jovens são dinâmicos.

P: Pedro faz com que os jovens continuem sendo dinâmicos.

Trata-se de uma terceira leitura para o enunciado (1) (interpretação c). A ambiguidade deste enunciado pode ser desfeita quando se procura paráfrases não ambíguas de (1).

Int. a: Ele conserva o dinamismo da sua juventude.

Int. b: Ele conserva o dinamismo que é próprio da juventude.

Int. c: Ele conserva a juventude dinâmica.

7. Considerare, os agora um verbo que veicula o mesmo pressuposto que conservar, diferenciando-o quanto ao posto.

Seja o enunciado:

(7) Pedrinho perdeu o modo da escola.

Quando o falante diz (7), ele toma como incontestável que:

a) Antes Pedrinho tinha modo da escola.

afirmando que:

b) Agora Pedrinho não tem modo da escola.

Estes dados não tem o mesmo estatuto no discurso: a é o que o falante presume conhecido do interlocutor (PP), b é a informação propriamente nova, o dado explícito do discurso (P). A negação e a interrogação só atingem o último, deixando invariável o primeiro.

(7') Pedrinho perdeu o modo da escola?

pode ser parafraseado assim: Dado que Pedrinho tinha modo da escola, quero saber se atualmente ele não tem mais modo da escola.

(7'') Pedrinho não perdeu o modo da escola.

se decompõe em:

PP: Pedrinho tinha modo da escola.

P: É falso que Pedrinho não tem modo da escola. (Pedrinho tem modo da escola).

(7'') é equivalente a um enunciado com conservar ou ainda ter, conforme se conclui do confronto de suas descrições:

(8) Pedrinho conserva/ainda tem modo da escola.

PP: Pedrinho tinha modo da escola.

P: Pedrinho tem modo da escola.

A sinonímia entre (7'') e (8) compreende-se a partir da observação que fizemos no início do parágrafo. Dado que estes verbos só diferem no nível do posto, a negação de perder,

alterando somente o posto, iguala a descrição de (7) à descrição de (8).

Para provar que a e b são respectivamente o pressuposto e o posto do enunciado, resta-nos usar a lei de encadeamento. Esta dá, como nos outros testes, resultados bastante nítidos.

(7'') Pedrinho perdeu o modo da escola, depois que fez amizade com os professores.

O encadeamento dado ao enunciado (7) é uma explicação da atitude atual de Pedrinho em relação à escola, e não, evidentemente, de sua atitude anterior.

Pode-se assim, propor a seguinte descrição² para o enunciado (7):

PP: X tinha Y em T_1 . P: X não tem Y em T_2 .

na qual os constituintes indicam, por sua relação, que:

X não tem mais Y.

Perder seria, deste modo, igual a não ter mais ou já não ter. (de modo paralelo, constatamos no capítulo 1, que ficar é igual a já não ser, ou não ser mais).

8. A descrição do verbo perder em pressuposto e posto é útil para compreender certos fatos relacionados com o par pergunta/resposta.

Suponhamos que (7') seja^a pergunta que uma pessoa (=A) faz a mãe de Pedrinho (=B). É razoável esperar que B responda:

a) - Não; Pedrinho ainda tem medo da escola.

b) - Sim; agora ele gosta da escola.

porém, serão totalmente imprevistas, respostas como:

c) Mas como?! Pedrinho nunca teve medo da escola!

d) Não; Pedrinho tem medo da escola.

Ocorre que as duas primeiras respostas conservam o presuposto da pergunta, revelando que a fala dos dois interlocutores se situa no mesmo universo intelectual (B está de acordo com A quanto à atitude anterior de Pedrinho em relação à escola).

Isto não acontece quando a resposta a (7') é c ou d. c recusa o pressuposto de (7'); d faz o mesmo, mas sem fizê-lo explicitamente, substituindo o pressuposto da pergunta. Observe que, com a pergunta "Pedrinho perdeu o medo da escola?", A toma como assente que a atitude de Pedrinho face à escola era de medo; de seu lado, B, com a resposta "Pedrinho tem ou teve medo da escola", assume como incontestável que Pedrinho não tinha medo da escola. Trata-se, pois, de dois quadros intelectuais em conflito.

9. Consideremos mais detidamente o verbo temer (ou adquirir).

Seja o enunciado:

(9) Pedro tem aversão à Matemática.

Só se justifica dizer (9) se antes Pedro não tinha aversão à Matemática, pois se este dado não é verdadeiro, seria suficiente, para dizer que Pedro não gosta de Matemática, afirmar:

(10) Pedro tem aversão à Matemática.

enunciado que nada informa sobre o desenvolvimento do processo

de aversão pela Matemática. (9), ao contrário, justapõe duas informações:

- a) Pedro não tinha aversão à Matemática.
- b) Pedro tem aversão à Matemática.

Estas são, respectivamente, o pressuposto e o posto do enunciado. Os critérios operacionais corroboram esta decomposição: nenhuma das transformações atinge a indicação a, mas somente a indicação b.

(9') Pedro tem aversão à Matemática?

PP: Pedro não tinha aversão à Matemática.

P: Pedro tem aversão à Matemática.

(9'') Pedro não tem aversão à Matemática.

PP: Pedro não tinha aversão à Matemática.

P: É falso que Pedro tem aversão à Matemática.

(9''') Pedro tem aversão à Matemática, por causa do professor.

PP: Pedro não tinha aversão à Matemática.

P: Pedro tem aversão à Matemática, por causa do professor.

Com base nestes testes, podemos propor para ter, a seguinte descrição.

PP: X não tinha Y em T_1 .

P: X não tem Y em T_2 .

A relação entre pressuposto e posto pode ser lida como a modificação de uma atitude de X ou como o começo de um novo processo. Não tinha/tem é equivalente a passar a ter, vir a ter.

10. Dos verbos do campo semântico de ter, analisáveis em pressuposto e posto, falta-nos apresentar o verbo recuperar.

Só se usa este verbo, quando se admite uma perda anterior. Logo, um enunciado como:

(11) Pedro recuperou o gosto pelo estudo.

pressupõe que num tempo anterior ao momento da enunciação, o sujeito do enunciado tinha perdido o gosto pelo estudo. Esta perda pressupõe, por sua vez, que Pedro já tinha, em tempo ainda mais recuado, gostado de estudar. O verbo recuperar requer, deste modo, a indicação de três tempos na sua descrição.

$$\begin{array}{l} \text{PP: } \left\{ \begin{array}{l} X \text{ tinha } Y \text{ em } T_1. \\ X \text{ não tem } Y \text{ em } T_2. \end{array} \right\} \\ \text{P: } X \text{ tem } Y \text{ em } T_3. \end{array}$$

onde T_1 e T_2 são tempos anteriores ao tempo da enunciação (T_1 imediatamente anterior a T_2) e T_3 é o tempo da enunciação. Estes elementos, por sua relação, indicam que recuperar é ter de novo.

11. Os verbos que compõem esta pequena classe podem, todos eles, ser convertidos numa expressão com o verbo ter e mais uma partícula, que é, em si, introdutora do pressuposto. conforme vimos: conservar = ter ainda

perder = não ter mais

adquirir = vir a ter

recuperar = ter de novo

Dois destes elementos são constituintes da significação de verbos copulativos: continuar Y = ainda ser Y

ficar Y = não ser mais Y

A presença de palavras como ainda, não... mas e de novo em enunciações cujos verbos são, do ponto de vista da pressuposição, semanticamente simples, determina a sua decomposição em posto e pressuposto. Foi o que se apontou na introdução deste trabalho para as enunciações (7), (8) e (9).

NOTAS

1. É possível converter "X tinha/tem Y" numa frase copulativa, se se substitui o substantivo Y pelo adjetivo correspondente. Ex:

Ele era/é dinâmico.

Isto ocorre sempre que o objeto do verbo conservar é uma qualidade do sujeito. Quando este não é uma qualidade, por ex.,

Ele conserva o seu retrato.

esta transformação só é possível, utilizando-se a palavra possuidor.

PP: Ele era possuidor do seu retrato.

P: Ele é possuidor do seu retrato.

2. Esta descrição é também adequada para outros verbos: renunciar, abdicar, privar-se, etc. Uma análise lexicalógica se encarregaria de assinalar a especificidade de uns em relação aos outros. Tal análise deveria, por ex., dar conta da diferença entre:

Ele perdeu a herança que lhe deixou o tio.

Ele abdicou da herança que lhe deixou o tio.

Poder-se-ia pensar que o traço que distingue os verbos acima fosse vontade, em relação ao qual perder seria marcado negativamente e abdicar seria marcado positivamente. Mas diante de:

Ele abdicou contra sua vontade da herança que lhe deixou o tio.

pode-se levantar a hipótese de que o traço que distingue um verbo do outro é [+ consciência].

OBSERVAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi-nos possível verificar a aplicabilidade da noção de pressuposição à análise de verbos.

A descrição semântica em posto e pressuposto se prestou a descrever enunciados cujos verbos comportam uma referência a um tempo anterior (verbos ficar e continuar; verbos perder, conservar, adquirir, recuperar).

Esta forma de descrição semântica serviu também para distinguir dois valores do verbo achar, permitindo definir as categorias - palpite e apreciação - nas quais se incluem outros verbos.

Através dela chegou-se ainda à definição de três paradigmas: o dos verbos que pressupõem a verdade da completiva, o dos verbos que pressupõem a falsidade da completiva e o dos verbos que não especificam o valor de verdade da completiva. Tais oposições de sentido seriam difíceis de serem indicadas, não fosse o procedimento de análise semântica que decompõe o enunciado em pressuposto e posto.

A vantagem da utilização da noção de pressuposição na análise de verbos é que ela permite agrupar os verbos por suas propriedades semânticas, levando à constituição de paradigmas.

De um lado, ela se revelou útil para reunir numa só classe verbos aparentemente diferentes: é o caso dos verbos adivinhar, adiventar, esfriar, etc. na classe dos copulativos.

De outro lado, esta noção permitiu a distinção de fenômenos aparentemente semelhantes: o de apreciação implícita e apreciação explícita. Fizemos ver que esta distinção é necessária para compreender as restrições de emprego do verbo achar₂.

Chega-se assim à conclusão de que a noção de pressuposição, quando integrada numa forma de descrição semântica que tenha um carácter sistemático, é bastante útil na análise de verbos.

BIBLIOGRAFIA

BENVENISTE, Émile, 1966. Problèmes de Linguistique Générale. Paris: Éditions Gallimard.

CASTILHO, Ataliba T. de, 1967. "Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa", Alfa, 12, p.13-132. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

DUCROT, Oswald, 1972. Dire et ne pas Dire: Principes de Sé-
mantique Linguistique. Paris: Hermann.

DUCROT, Oswald, 1968. "La Description Sémantique des Énoncés Français et la Notion de Présupposition", L'Horne, VIII, cahier 1, p. 37-53, Paris-Haia: Mouton.

DUCROT, Oswald, 1969. "Pré-supposés et Sous-entendus", Langue Française, 4, p. 30-43, Paris: Larousse.

DUCROT, Oswald, 1970. "Peu et un Peu", Cahiers de Lexicologie, 16, p. 21-52. Paris: Didier-Larousse.

DUCROT, Oswald, 1973. La Preuve et le Dire: Langage et Logique. Paris: Mame.

DUCROT, Oswald, 1970. Estruturalismo e Linguística. São Paulo: Cultrix.

FERNANDES, Francisco, 1955. Dicionário de Verbos e Regimes.
13ª edição. Porto Alegre: Editora Globo.

KIPARSKY, Paul e Carol, 1968. Fact. Reproduced by the Lin-
guistics Club, Indiana University.

VOGT, Carlos, 1974. "A Palavra Envolvente", Cadernos do Ins-
tituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2. Campinas: U-
niversidade Estadual de Campinas.

VOGT, Carlos, 1971. Une Introduction au Problème de la Sé-
mantique dans la Grammaire Générative, tese de mostra-
do. Universidade de Besançon.